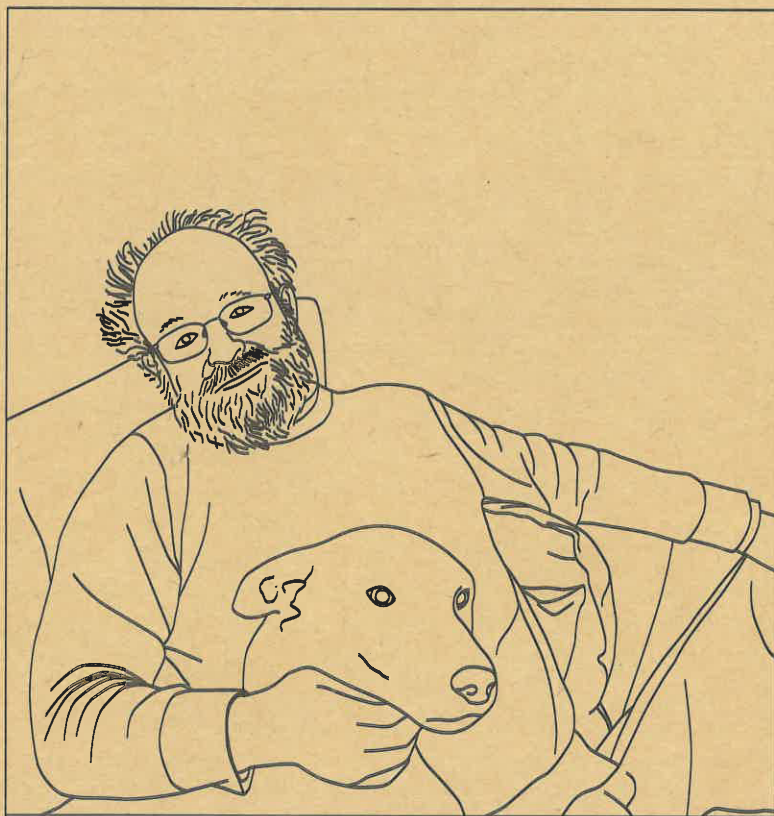


A MINHA ARQUITECTURA
O MEU PLANO DE URBANIZAÇÃO PARA O PAÍS

José Pulido Valente



José Pulido Valente

Nasceu em Lisboa a 27 de Julho de 1936. Nessa cidade fez os estudos secundários no Liceu Pedro Nunes (1946-1953). Quando se mudou para o Porto, em 1955, matriculou-se no Curso Superior de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP), curso que concluiu em 1964 com a classificação de 19 valores.

Desde 1958 que trabalha como profissional liberal na sua cidade adoptiva. Foi bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian, estagiou em Paris (*Centre Scientifique et Technique du Bâtiment*), em Hanôver, em Berlim (*Institut für Bauforschung*), em Roterdão (*Bauzentrum*) e em Londres (*Building Centre*). Ajudou a fundar a Cooperativa de Actividades Artísticas «Árvore», em 1962. Leccionou arquitectura (1977-1986), como professor assistente na cadeira de Construção/Arquitectura, na ESBAP (FAUP), e na Escola Superior Artística do Porto (ESAP).

Participou em inúmeras exposições, individuais e colectivas, seminários e congressos, tem colaborado em diversos jornais e é autor do livros: «**Acuso: Crónicas de arquitectura/urbanismo**», Porto: Estratégias Criativas, 2001, e «**A remar contra a maré**», Porto: Fólio Edições, 2005.

Contacto: jpulido@sapo.pt
www.josepulidovalente.com

A MINHA ARQUITECTURA
O MEU PLANO DE URBANIZAÇÃO PARA O PAÍS

José Pulido Valente

A MINHA ARQUITECTURA
O MEU PLANO DE URBANIZAÇÃO PARA O PAÍS

José Pulido Valente

Ficha técnica

TÍTULO

A Minha Arquitectura - O Meu Plano de Urbanização para o País

AUTOR

José Pulido Valente

DESENHO DA CAPA E COMPOSIÇÃO GRÁFICA

Paula Morais

EDIÇÃO DE AUTOR

EDIÇÃO

1.ª, Maio 2015

TIRAGEM

1000 exemplares

Depósito Legal: 393672/15

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

(Tipografia do Carmo) Dagoberto Luís de Abreu, Lda.

Praça Parada Leitão, 33-35, 4050-456 Porto, Portugal (PT)

www.tipografiadocarmos.com | geral@tipografiadocarmo.com

DESCRITORES

Cultura. Arquitectura.

CDU

00+72

Dedicatória

À Paula Morais, excelente amiga e colaboradora que muito tem ajudado nesta caminhada.

APRESENTAÇÃO

Este livro, como os anteriores, é um libelo contra o imobilismo, a idiotia, a incultura, a iliteracia... enfim contra tudo o que tem paralisado o país desde 74 e tem feito dele a imundice em que estamos. A saúde está pelas horas da morte; o ensino nem português sabe para poder ensinar; a cultura é uma feira de vaidades (música, teatro, dança excluídas - que saiba -).

Do resto não vale a pena falar pois toda a gente sabe a desgraça em que estamos.

Dada a idade, não é a mim que compete lutar por um futuro mais saudável e feliz. No entanto tenho que continuar na luta para não me sentir, e ser acusado, cúmplice.

Os poucos a quem ele pode interessar que desculpem qualquer coisinha dado que pus aqui o melhor que sei.

SUMÁRIO

I - O MEU PLANO DE URBANIZAÇÃO PARA O PAÍS.....	13
II - AS RAZÕES PARA O MAU COMPORTAMENTO GENERALIZADO DOS CIDADÃOS; PROPOSTAS DE SOLUÇÃO	19
III - A CULTURA DEPOIS DO MODERNISMO	24
IV - O ENSINO	33
V - O DESPORTO.....	44
VI - À MANEIRA DE PRÓLOGO FORA DO SÍTIO.....	46
VII - A MINHA ARQUITECTURA	52
VIII - A CLASSE	93
IX - AS CÂMARAS MUNICIPAIS / OS POLÍTICOS / OS TÉCNICOS.....	104
X - OS CLIENTES	113
XI - A ORDEM.....	118
XII - AS LEIS / OS TRIBUNAIS / OS ADVOGADOS	121
XIII - A MINHA OFICINA.....	144
XIV - A COOPERATIVA DE ACTIVIDADES ARTÍSTICAS ÁRVORE E AS COOPERATIVAS DE ENSINO	149
XV - FINAL	158

I

O MEU PLANO DE URBANIZAÇÃO PARA O PAÍS

Compreendo como foi possível que o prémio Camões não me tenha sido proposto depois do artigo que publiquei em 30 de Março de 2004 no *Primeiro de Janeiro* sobre Belgais, publicado também no meu segundo livro¹. Nessa crónica pretendi homenagear a Maria João Pires mostrando o valor do seu trabalho e dedicação ao país, ilustrando essa intenção com um esboço de plano de urbanização que dará ao país a maioridade intelectual, cultural e, espero, económica de que necessitamos.

Parte esse plano do reconhecimento e inventário daquilo que temos de bom e que pode servir para resolver as finanças públicas. Ao mesmo tempo acaba-se com a exploração dos recursos naturais promovendo-os a bem público nacional. Assim dá-se aos cidadãos meios de subsistência decentes permitindo trocas de produtos e de serviços ou apoios.

Feito o inventário ficamos a saber que temos os seguintes bens próprios que podem servir para dar o necessário fundo de maneio ao governo do país: floresta, cortiça, azeite, vinho, queijo, bolota, doces, fumeiro, fruta, legumes, sol, praias, mar, as ilhas, uma costa bem grande, algum solo fértil, pesca, artesanato, folclore, monumentos e museus, paisagem, aqui e ali alguma qualidade humana, apreciável fronteira com

Espanha, boa qualidade de vida para dar ao turista, e uma indústria cultural que pode vir a ser importante se bem gerida.

Não é pouco; é muito. Guardadas as devidas proporções, temos mais do que muitos países europeus.

Por isso é que, para conseguir dinheiro vindo de fora para nos safar da crise, o que temos de fazer é explorar o que temos e os outros não têm, vendendo o que é nosso a quem gostar. Como não temos aço, deixemos a siderurgia e anexos. Como temos uma cultura própria que sobreviveu aos crimes a que tem sido submetida, façamos as devidas e necessárias exportações e o seu simétrico: desenvolvamos o turismo, para que as divisas entrem. Não é preciso fazer barcos para salvar a economia. Não digo que se deixem de fazer, mas não é nisso que devemos assentar o financiamento da nossa economia.

Devemos apoiar as iniciativas locais de modo a contrariar a desertificação do interior onde há talentos na música, na gastronomia, no artesanato, no folclore, enfim, em todas as expressões próprias da nossa cultura que tão maltratadas têm sido. Com o chamariz do clima, das paisagens, da gastronomia e das manifestações culturais das regiões, ou das que delas decorram pela necessidade de progresso, criamos condições para a fixação das populações e para o retorno ao campo e ao mar que vão equilibrar as finanças, diminuir o número de pessoas sem trabalho e melhorar as contas da demografia.

Vai demorar? Pois vai.

Só que o que levou trinta ou quarenta anos a destruir não pode ser recuperado em pouco tempo. Tivéssemos tido a coragem de impedir os roubos e outras maldades e não estaríamos a chorar desesperados. A culpa é nossa.

Se for necessário para receber mais turistas, façam-se aeroportos, desenvolva-se a indústria hoteleira na vertente alojamento local, tipo *bed and breakfast*, disseminados por todo o país de modo a que o turista tenha mais escolhas baratas para próximas visitas. Não se façam hotéis e semelhantes investimentos de vulto. Façamos as coisas à nossa escala.

Facilite-se a vida de quem sabe e quer produzir bens de qualidade dando apoio à constituição de empresas, grupos em autogestão e de cooperativas que sejam mesmo cooperativas, isto é, que tenham um voto por cada sócio, em que todos os sócios são responsáveis pela gestão. Gestão feita através de reuniões regulares e tão frequentes quanto a especificidade do objecto social exija.

Destrua-se a burocracia vigente de modo a que os cidadãos possam organizar-se e ter apoios em tempo útil que não dificultem ou impeçam a laboração e a angariação de clientes que recebam a nossa produção ou que venham usufruir da qualidade de vida que podemos oferecer.

Assim se conseguirão as entradas de divisas necessárias e se restaurará o país que passará a funcionar como um todo com a consciência individual a reconhecer o papel que cabe a cada um na grande organização que será Portugal.

O trabalho organizar-se-á horizontalmente por afinidades e regiões; os produtores de bens terão os seus representantes no governo, condicionando-o para que responda rápida e eficientemente às necessidades comuns, sejam elas de que espécie forem.

O governo terá que ser reformulado para responder às necessidades desta nova organização social e assumir que é um mero gestor das relações produtivas que integram a estrutura nacional. Os partidos deixam de ser necessários porque a organização social, sendo nivelada, é democrática, representa-se a si própria através dos delegados escolhidos entre pessoas que se conhecem e trabalham para o mesmo fim e dos grupos ou organizações que se apoiam uns nos outros na necessária e conveniente entreaajuda.

As leis passarão a ser provocadas pelas necessidades daqueles que precisam delas e que proporão o modo de as fazer, de condicionar a produção e os negócios, resolver conflitos de interesses, interligar actividades, escolher pessoas e renovar mandatos de representantes. As condições e os limites de acção destes, as margens de lucro e suas percentagens a reinvestir na actividade, nos apoios e subvenções a dar a outras organizações ou a indivíduos deles necessitados. Afirmando a solidariedade social que está na base do nivelamento, fazendo tudo o que acabe com a hierarquização de funções no que respeita a remuneração e estatuto social. Responsabilizando cada um pela gestão do seu trabalho e permitindo-lhe ter consciência da importância daquilo que produz para que possa ter orgulho e gosto no seu trabalho.

A competição de preços será impedida. Os preços na produção serão fixados pelos representantes dos produtores; os intermediários serão pagos de acordo com tabelas estabelecidas com a participação de representantes dos consumidores. A qualidade será exigida e será impedido que os equipamentos e produtos sejam degradados para obter mais vantagens económicas repetindo as vendas em curto ou médio prazo.

A organização social feita por esta via tem de ter como objectivo o reforço da consciência nacional e a necessidade de que cada um assuma o seu papel na máquina produtiva e reconheça a sua importância de modo a ter gosto e ser feliz com o trabalho que faz.

Os serviços do Estado e anexos devem ter as condições necessárias à consciência de que o que cada um faz é importante, permitindo que o funcionário saiba para que serve o seu trabalho e a utilidade que o seu papel tem no desenvolvimento do país e no enriquecimento colectivo. Os tribunais terão menos trabalho, e este será facilitado pela participação das organizações representativas, que são conhecedoras dos assuntos em causa nos pleitos. Retira-se aos juizes, advogados e até peritos, o desconhecimento das especificidades dos processos.

O cidadão, uma vez consciente da importância do seu papel na sociedade, terá grande dificuldade em faltar aos seus deveres cívicos tanto mais que o nivelamento do trabalho exige o bom relacionamento entre os trabalhadores que reconhecem as falhas uns dos outros e impedem que o seu trabalho seja prejudicado por outrem. Os trabalhadores conscientes da ajuda

que outros lhes dão para melhorar o seu trabalho, e que têm que fazer o mesmo aos outros, sentem-se em pé de igualdade. O resultado é o constante aumento da qualidade do produto final. Deixa de haver rotinas. É difícil que, sendo todos responsáveis pelo bom funcionamento da organização, empresa ou serviço, os erros ou defeitos de comportamento não sejam detectados e resolvidos onde o trabalho é praticado pelos que integram o sector. Diga-se que já há profissionais que têm consciência da importância do seu trabalho e do respeito e apoio que devem ter por parte da sociedade. É o caso, por exemplo, dos enfermeiros, dos bombeiros, dos pescadores, dos que trabalham a terra.

Só que a sociedade não está organizada por forma a cumprir com o que lhes deve. Pelo contrário, desrespeita, explora e abusa deles. Quando o nivelamento do trabalho estiver posto em prática, todos terão consciência do seu contributo na criação da riqueza do país. Daí que a utilização dos dinheiros públicos seja necessariamente decidida por quem realizou o trabalho que a produziu. Assim, as subvenções para alimentar a máquina do Estado vêm dos que trabalham, que decidem os investimentos necessários com base na informação correcta e precisa sobre os montantes produzidos e as necessidades a satisfazer

Tudo feito por regiões - demarcadas por características geográficas e culturais - e por sectores produtivos interligados.

II

AS RAZÕES PARA O MAU COMPORTAMENTO GENERALIZADO DOS CIDADÃOS; PROPOSTAS DE SOLUÇÃO

Um dos partidos das últimas eleições Italianas recusou-se a participar no governo por entender que não é necessário governo. O Parlamento chega! Parece uma sugestão para tornar o Parlamento representativo das forças produtivas horizontalmente organizadas gerindo a coisa pública, sob a óptica da autonomia e da organização profissional baseada na entreaajuda e solidariedade social.

É um bom pronuncio!

Com o sistema vertical existente nas instituições e organismos públicos e privados criam-se tiranetes sob a forma de chefes. Dominam os que deles dependem obrigando-os à subserviência e a não reclamar, seja da prepotência do superior, seja da má qualidade do trabalho dele, dado que são eles, os chefes, que classificam e promovem os subordinados.

Criou-se assim uma sociedade de bajuladores e de dependentes que perderam a dignidade e se convencem que não podem agir de outra forma se querem conservar o emprego e progredir na carreira. Os tiranetes, de uma forma geral incompetentes e subservientes ao poder político que os nomeou, não só não produzem trabalho útil, como abusam da coisa pública retirando dos lugares que ocupam benefícios extra, obviamente indevidos, que trazem prejuízo ao erário público. Criam assim um ambiente de mal-

estar e de revolta interior nos subordinados, que se apercebem das manigâncias e mau trabalho dos chefes. Isto impede o bom funcionamento das organizações e provoca a baixa rentabilidade dos serviços.

Esta gente só serve para domesticar e pastorear os rebanhos sob a sua tutela. No entanto, são esses, os que formam o rebanho, que produzem.

Os chefes, para poderem ser melhor pagos, deviam ser sérios e competentes, organizar o trabalho e fazer com que os que produzem sejam competentes, eficientes e cumpram prazos. Coisa que não fazem. Ora não cumprindo com o exigido, não merecem receber mais que os que produzem e devem passar a ocupar postos de trabalho em que possam produzir. Sejam eles quais forem, dependendo da capacidade de cada um para ser útil ao país. Para que deixem de onerar o valor final do produto produzido. Estamos a gastar muito dinheiro com corruptos, inúteis e incompetentes que reduzem brutalmente a riqueza nacional, PIB, ao abusar do cargo sem produzir.

A situação actual retira ao trabalhador subalterno a possibilidade de ser cidadão a tempo inteiro, com consciência dos seus deveres e direitos, capaz de lutar contra o estado pútrido da sociedade. Cria cobardes que nem sabem que se demitem de lutar por uma melhor vida a que têm direito.

Os partidos são os principais responsáveis por este estado de coisas, que fomentam e mantêm para dominar os sectores em que conseguem ter o poder. Poder esse que não é utilizado para dar às populações, aos serviços, às organizações, ou às empresas

controladas, a formação e a cultura imprescindíveis à maturidade social e consciência cívica exigidas para que o país possa ser feliz e mais produtivo. Por isso, é da responsabilidade dos partidos, pelo lado da sua demissão cívica, a fraca produtividade nacional resultante da pouca ou nenhuma vontade e prazer no trabalho que é feito.

As bestas que nos governam e seus patrões, acólitos e capangas têm certamente consciência disto e só por manterem este estado de coisas devem ser julgados por crime de lesa-pátria. A apatia subserviente e bajuladora está de tal modo entranhada no cidadão, que as massas populares participam em manifestações contra o estado de coisas sem que se veja um cartaz ou ouça uma intervenção que indique outro caminho.

Vi um dia destes um cartaz com a frase: «Tirem-me daqui!» O tipo não pensa que é ele que se deve tirar dali...

Só se pede que se troque o Manel pelo Quim. Para que tudo fique como está. Por aqui se vê a domesticação do povo e a distância a que ele está de ter consciência política e cívica que permita uma intervenção consciente de cada um na vida pública.

O nivelamento da sociedade acaba com esta estrutura vertical, permitindo que cada um se sinta à vontade para participar, se manifestar, exigir e colaborar na condução do seu trabalho e na distribuição dos resultados obtidos, quer pelo grupo de trabalhadores em que se insere, quer nos apoios a dar a quem deles necessita.

A delacção, a inveja, a maledicência, o ciúme, as más acções que agora toda a gente pratica no estado e nas empresas, serão impossíveis tornando o país melhor por ter cidadãos íntegros, responsáveis e exigentes, que sabem o que estão a fazer e para que serve.

Não haverá pais que vendam na candonga os computadores dados aos filhos; não haverá desempregados que não procuram trabalho, porque vivem de subsídios, e conseguem dar telemóveis, roupa e sapatos caros aos filhos com dinheiro não se sabe vindo de onde, (a segurança social não chega). Não haverá cursos subsidiados que não são realmente dados; não se obrigará os «alunos» a assinar as folhas de presença (ou alguém por eles) sem que as aulas tenham sido dadas; não haverá «professores» desses cursos que não trabalhem como lhes é exigido, quer no tempo em que estão a dar «aula», quer na qualidade do seu trabalho; não haverá desempregados que se profissionalizem em cursos subsidiados para receberem as senhas de almoço e passarem por não estar desempregados porque se estão a «formar». O Estado não pagará ao professor/formador vinte euros à hora de aula porque sabe que além dessas horas ele gasta muitas mais em deslocações e dormidas, em casa na preparação do seu trabalho, muito dinheiro em livros, reciclagem e actualizações, para poder dar aulas com competência, *etc.* O trabalho será sempre remunerado com base em preço/hora decidido entre todos os que produzem, comparando o tempo e o dinheiro investido até se começar a trabalhar, a responsabilidade e eficiência de cada um e o resultado obtido.

Difícil? Será.

A morte anunciada do sistema capitalista de competição desenfreada vai criar condições para que as pessoas sintam necessidade de se juntar e ajudar umas às outras, nos maus dias que teremos de passar, o que permite ter esperança de que, sem deixar de ser duro, vai ser possível.

Porque é a solução, tem de se trabalhar, sem educadores, mandatários ou procuradores do povo.

O povo, unido, vai resolver.

•

III

A CULTURA DEPOIS DO MODERNISMO

Quando o modernismo deixou de se desenvolver e progredir e passou a ser redundante, a reacção ao estiolamento vigente foi extremamente infeliz dado que sem inventar e sem fazer propostas de progresso, quer nas técnicas, quer nas ideias, criou aquilo a que chamou o pós-moderno que não é mais que o moderno mascarado com roupagens que na sua maior parte vieram do classicismo. De original nada tem. É uma macacada de extremo mau gosto. E de extrema falta de imaginação.

É a globalização na cultura que deixou de pertencer a cada país, ou região. Tornou-se um carnaval universal. O mais grave é que o pós-moderno alastrou para a ética e reforçou o individualismo, o egoísmo e o analfabetismo. Ao mesmo tempo que instaurou o viver o momento sem saber, e querer saber, do passado e sem pensar no futuro.

Se até ao modernismo se verifica evolução, quer por razões técnicas, éticas, estéticas, quer por razões sociais, o pós-moderno não tem motivação, nem explicação no desenvolvimento de qualquer uma destas áreas. Daí que, pelo menos que eu saiba, não tenha havido pós na música, na dança, na literatura, na poesia, no cinema...

O pós-moderno é uma espécie pré-rafaelita da cultura da globalização. Como tal, não tem substância que lhe credite respeito e consideração como actividade cultural representativa seja do país,

seja de uma região plurinacional (Europa, Américas, Extremo Oriente, por ex.). No entanto, é uma praga que já contaminou praticamente todos os continentes.

O pós-moderno insere-se numa fase de degradação da sociedade e da cultura promovida pelos donos do dinheiro - para chegar ao maior número de consumidores - inserida na estratégia da globalização, que uniformiza e descaracteriza a produção que de outra forma poderia ser artística e ter valor cultural nacional, regional e local.

A que se deve o facto de que mal se ouve os primeiros acordes de uma música espanhola se identifica como sendo espanhola? E a música inglesa? E a alemã? E a brasileira? E a oriental? E a russa? Na arquitectura não se pode dizer que se sabe em que país está construído aquele pastel, porque a globalização retirou a arquitectura das culturas nacionais e substituiu-a por desenho de moda que é o que os que se dizem arquitectos têm estado a fazer.

O arquitecto não tem um percurso, a sua obra não tem história.

O justo reconhecimento da importância do desenho/*design* permitiu que o mau gosto geral fosse aproveitado pelos praticantes pós-modernos para poluir/infetar a cultura com as suas palhaçadas. A entrada do desenho na indústria foi feita para chegar, como é desejado pelos industriais, ao maior número de clientes, o que provoca uma degradação do gosto e da qualidade do desenho.

Na arquitectura, a decoração de fachadas com elementos retirados da arquitectura grega ou romana, ou quaisquer outros adereços, veio demonstrar a sua

falência como arte. Isto, porque nada disso tem a ver com a investigação, na criação de espaços, nem com técnicas inovadoras que obriguem a desenho novo e muito menos com propostas de novos modelos que acompanhem as mudanças nas relações dos cidadãos.

Perdeu-se o sentido da devida proporção no que à escala de valores de criação arquitectónica diz respeito e juntou-se decoração do pior gosto com modernice pós-moderna, estragando a qualidade do espaço por ventura existente nos edifícios, com avalanches de mau gosto.

Os tímpanos e arcos usados já não têm motivação técnica, nem são feitos com os materiais que a eles obrigaram. As colunas são falsas e quando são elementos da estrutura, são pilares mascarados à moda de seja o que for que foi escolhido no catálogo do *Pantagruel* dos estilos.

A indigente falta de cultura criadora destes salamaleques provém da inexistência de vocação e talento para ser arquitecto com estilo próprio, inserido na cultura do país de origem. A aldeia global está presente na arquitectura também. Só parolos e vendidos ao circuito comercial. O resultado é a crescente cópia de tiques de alguns que ainda buscam um caminho próprio, tentando novas soluções formais. São cada vez mais raros os que vão para além da forma já que buscas espaciais têm muito mais que se lhe diga e obrigam a entrar em ruptura com os modelos sociais e da moral convencional, ou a criar técnicas diferentes e inovadoras.

Não me chegou informação que algum dos grandes nomes da arquitectura contemporânea tenha proposto edifícios que respondam às mudanças havidas na organização da família e nos costumes. Entretanto, as tentativas feitas pelo mundo fora por arquitectos que apoiam as populações sem-abrigo, com abrigo degradado ou insuficiente (favelas, aldeias africanas ou sul americanas, populações da Índia, que vivem maioritariamente na rua), são ignoradas. Propositadamente não lhe é dada a publicidade devida, para não contagiar todas as populações carenciadas que não são protegidas pelo circo mediático. São estas corajosas pesquisas que fazem a arquitectura contemporânea pois que «torres e centros de mesa» não é arquitectura; é construção civil, com desenho de moda que provoca a competição de formas e materiais, mas não de espaços.

O que é que o interior do museu de Bilbao tem de novidade e tem a ver com o exterior? E a Casa da Música? O museu insere-se perfeitamente na sociedade do espectáculo e é bonito. A Casa da Música, não! É um calhau ampliado para dimensões desnaturadas.

A Natureza com aquelas dimensões teria feito outra forma. Para além disso, as salas de concerto, cujo desenho correcto devia ter condicionado a forma e o volume, têm desenho errado e obrigaram a despesas enormes para resolver os problemas acústicos criados pelo projecto e nada têm a ver com a pastelaria que as envolve.

Penso que a recuperação da arquitectura como expressão artística e cultural séria inserida na

história dos países se dará com a busca de soluções para servir as populações exploradas e socialmente marginalizadas.

Com a organização social em pirâmide existente, não há trabalho para os milhares de milhares de arquitectos existentes pelo mundo fora. Fazer recuperações de construções mais ou menos velhas não é chão que dê uvas para a realização pessoal dos que tenham a sorte de ser chamados para fazer esses trabalhos e não sejam meros burocratas com curso.

A criatividade que o arquitecto exige, tem de ser utilizada na criação de novos modelos, sejam eles de habitações destinadas a famílias e modos de vida novos, ou edifícios sociais/colectivos, que abriguem actividades dos grupos base da estrutura económica dos países organizados horizontalmente.

A pintura

A pintura pratica-se cobrindo superfícies com tinta.

O pós-moderno trouxe a cobardia que provocou a fuga às responsabilidades de fazer pintura depois da fotografia e do cinema. Estupidamente, foram para práticas com objectos ou imagens com mais ou menos movimento, com ou sem cor aposta. Perdeu-se a luta da pintura pelo seu campo de acção e criação próprio, submetendo-se os que se dizem artistas (nem se sabe se seriam pintores ou escultores ou cineastas ou músicos) a exercícios formais estafados e sem graça alguma que de actividade artística nada têm.

A Joana Vasconcelos faz coisas que não são escultura. Como soube descobrir uma maneira diferente de gastar dinheiro que se integra no pós-moderno e na globalização, os pategos trataram de a adoptar. Assim se confirma a miséria e a estupidez da cultura oficial. O recurso à «Bordalo Pinheiro», ao artesanato de Viana do Castelo e às rendas dos Açores é mera charlatanice que nada tem a ver com arte e serve para espantar o burguês inculto e fingir que é produto português. Tem noutros trabalhos descobertas, umas engraçadas outras não, para apanhar o burguês inculto e globalizado na armadilha da «novidade». São artimanhas para ganhar a vida sem fazer arte. O sapato feito de tachos é um objecto engraçado. Nada mais. Nada tem a ver com cultura. Só serve o pós-moderno. E se serve do pós-moderno. *Idem* para o lustre. E a pá de jardineiro gigante cravada à entrada de Serralves não é mais que uma decoração estúpida para a qual ninguém tem razão para olhar. Se olhar, nada retira daquilo que vê que possa dar prazer estético, psicológico ou outro.

Depois dos impressionistas que trabalharam com as emoções à sua maneira (figurativa), vieram os cubistas que desmaterializaram as formas naturais, porventura porque a fotografia e o cinema lhes retiraram o chão debaixo dos pés. Mantiveram-se figurativos.

As formas já tinham sido desfeitas e, logo, os surrealistas foram para o reino do subconsciente e dos sonhos também sem deixar de se referenciar a pessoas, animais, objectos. Estes movimentos

conservaram uma relação directa com as formas. Vieram depois os abstraccionistas e os abstractos, desta ou daquela época, que passaram a dar nome de coisas, ou seres, a pintura feita também com cor sobre suporte, sem que se pudessem reconhecer claramente objectos, animais, ou pessoas. Ainda estavam presos à ilustração. As formas já não se liam, ou eram difíceis de ler, continuando os títulos das obras a indicar objectos, pessoas, animais... Ilustração!

Pelos vistos, os pós-pintores ficaram sem saber o que fazer. Foram para fora do quadro. Foram fazer instalações e outras coisas que nada têm a ver com pintura. No meio destas angústias criativas, mas muito antes do pós-moderno, houve pintores como o Turner ou o Soutine, que ensaiaram fazer pintura exprimindo sentimentos. Aliás como Rembrandt e Goya nos seus bois esquartejados pendurados.

Separados por um século (fins do séc. XVIII a meados do séc. XIX, e de fins do séc. XIX a meados do séc. XX), ambos se libertaram o mais que puderam das formas e seres, para exprimir sentimentos e emoções em quadros por vezes praticamente sem figuração. Isto é, quase sem desenho de formas conhecidas. Turner ultrapassou em décadas os que se lhe seguiram. Soutine, um século depois, distorceu a realidade para exprimir com tal violência sentimentos e emoções, que criou obras cuja leitura se faz sem identificar objectos, paisagens ou seres. Com o intuito de dar expressão às emoções que nos levam ao nosso interior profundo. A maneira como Soutine pinta cria, não poucas vezes, dificuldade em seguir a sugestão dada

pelo título. A liberdade do desenho e da composição é tão extremada que destrói a relação do quadro com o tema ou título, permitindo, como Turner, que o fruidor o utilize para a sua própria introspecção.

Outros como o Freud, o Bacon e a Paula Rego, por exemplo, pintam sobre superfícies verticais, mantendo-se na figuração, na procura, e encontrando, maneira própria para se exprimir, que, obviamente, não serve a todos os que não querem ler uma pintura como um texto e não querem ficar nas emoções que directamente o quadro sugere.

É nas emoções e sentimentos vindos do oculto no subconsciente, que a pintura se pode agora fazer, mantendo o suporte e as tintas. Fornecer ao público imagens que permitam passear dentro de si mesmo, trazendo para o consciente memórias esquecidas ou sentimentos e emoções enterradas no subconsciente – sem a distração da busca do objecto, da pessoa, do animal ou da paisagem –. Parece ser um caminho para a pintura. Para isso, é necessário ser-se sensível e capaz de exprimir o que está dentro de nós, escondido, de tal forma que outros possam usufruir da pintura que se faz com a sua própria leitura daquilo que o pintor arranca às suas entranhas. Que poderá servir a outros como ponte para os seus interiores desconhecidos.

É isto que é arte.

É necessário que o receptor saiba/possa olhar, aderir e viajar. O desenho deixa de ser representação de seres e objectos e passa a ser o desenho da cor. Quando Monet fez os seus quadros de nenúfares, desenhou a cor em algumas zonas do quadro sem, contudo, deixar

de ser figurativo. Lá está a ponte, a água, a árvore... Daí que o público seja levado, ajudado pelo título, a ler os quadros como representações do real.

A pintura tem de sair desse espartilho. Não necessita de título que ilustre ou oriente o público na sua interpretação, que será, nesse caso, uma proposta de representação do real e não a porta de entrada para o subconsciente.

•

IV O ENSINO

O que era

No ano em que entrei no Curso de Architectura (1955), este estava a ser ministrado na ESBAP em conjunto com Pintura e Escultura.

Para quem não esteve em S. Lázaro, nessa escola, pode parecer que a saída da Architectura não iria afectar a formação dos futuros architectos. Não sei, nem me parece que haja possibilidade de saber se assim é. Porque a involução social, política e ética foi de tal ordem que é legítimo pensar que foram essas alterações que moldaram os architectos que se têm formado depois da saída do curso de architectura da ESBAP.

Sei que o ensino na ESBAP, como em qualquer outro sítio, não foi só constituído pela relação professor e aluno. Vai mais longe, contribuindo também o local da cidade em que se situa a escola, os espaços da mesma, as pessoas que a frequentam, os locais onde os que vieram de fora, comem e dormem, os cafés que frequentam e onde se joga bilhar, pingue-pongue ou sueca, os cinemas que há, os organismos culturais existentes e as práticas sociais.

Quem pode dizer que a *Rainha de S. Lázaro* ou o *Rei dos Fritos*, onde comia por 6\$00 (3 cêntimos de Euro) um almoço ou jantar, não foram importantes para a minha formação como architecto? Aí, pude conviver com muitos outros, estudantes ou não, que contribuíram para a minha visão do mundo

e, portanto, da arquitectura como actividade social. Todas as minhas actividades extraescolares foram tão ou mais importantes para o arquitecto que sou, do que o curso propriamente dito.

A rotina do café depois do jantar no *Majé*, ou no *Paládio*, onde se encontravam alunos dos três cursos, com os profissionais já no activo e de outra gente de várias origens e formações, foi fundamental para, em medida considerável, alterar o meu ser alfacinha e por o ter corrompido com os efeitos dos modos tripeiros.

Se, no princípio, o António Reis, poeta e cineasta, andava comigo, sobretudo para me ouvir falar e empregar termos pouco usados aqui no Porto, com o tempo o meu vocabulário foi-se degradando e passou a ser muito menos rico e muito mais rasca. Querem-me dizer que isto não influiu na arquitectura que fiz? Não consigo ser tão peremptório. Portanto, o curso em si, não é um curso em si. É o que o curso em si acrescenta àquilo que o meio faz de nós. Dito isto, podemos falar do curso que frequentei.

O Carlos Ramos era o Papa naquela escola, porque além de director e responsável do curso de arquitectura, era o director da ESBAF. Que responsabilidade teve ele nas vezes que, por estar sentado na relva a conversar com colegas de arquitectura e dos outros cursos, fui chamado à secretaria para me ralharem? Certamente que toda. Sim, é verdade nós convivíamos muito com os alunos dos outros cursos. Íamos, pelo menos eu ia, às oficinas onde estavam a trabalhar, mesmo com os mestres lá, namorávamo-nos e casávamo-nos; (a Lídia, minha primeira mulher, era de Escultura).

Portanto o meu curso foi muito mais que o contacto com professores e colegas do curso. O Ramos não terá tido condições para perceber que a ligação entre os vários cursos era, é, fundamental para a formação do arquitecto. Portanto, embarcou na separação física e espacial do curso. Tive a sorte de acabar o curso na ESBAP e de lá ter dado aulas antes dessa separação.

Entrámos 11 para Arquitectura; duas raparigas, a Noémia Coutinho e a Leonor Lello. Em Lisboa, não terão entrado cinquenta. A Arquitectura, em meados dos anos cinquenta era assim cotada neste país. Quando me inscrevi no organismo profissional deram-me o n.º 363.

O curso era feito em duas partes. A primeira, o *curso superior*, era uma relação corrente e normal entre aluno e professor durante o ano nos dias e horas estabelecidos e nas salas destinadas. Na segunda parte, no *curso especial*, era dado em Arquitectura um programa, um terreno ou local, um prazo e o aluno apresentava o trabalho na data prevista, sendo depois classificado não em valores, mas em pontos, ou meios pontos, conforme a disciplina. Estes eram, para efeitos de burocracia, depois transformados em valores. Em *Esboço* era a mesma coisa, com a diferença que era feito num dia. Para além das cadeiras práticas, havia, nesta segunda parte do curso, cadeiras teórico-práticas que, essas sim, tinham sala, horário e professor: Urbanismo, Urbanologia, que nunca percebi o que fosse, e Arqueologia. A cadeira de Arquitectura não existia no primeiro ano, onde tínhamos Desenho Arquitectónico em conjunto com

os alunos dos outros dois cursos. Tínhamos que copiar as ordens gregas com todo o rigor e a tinta-da-china sobre papel Cavalinho, o que criava sérias dificuldades à correcção dos erros de desenho. Foi uma tortura; valeu-me a ajuda da Lídia que ainda não era minha namorada; tinha sido minha vizinha do lado quando fizemos exame de admissão. Nos anos seguintes os desenhos continuaram a ser feitos em papel, a tira-linhas, com as mesmas dificuldades técnicas para as emendas. Só muito tarde no curso, nós, os nabos a desenhar, com a ajuda do Zé Forjaz, que desenha muito bem, conseguimos convencer o Ramos a deixar que desenhássemos em papel vegetal onde se podia raspar com lâminas de barbear para apagar os erros.

No segundo ano, calhou-me como assistente o Ricca. O professor de todos os anos era o Ramos, que vinha dois ou três dias ao Porto por semana. Fizemos umas moradias; lembro-me de ter feito um pátio num desses trabalhos. Nos outros anos calharam-me a seca do Loureiro, duas vezes, que levava um livro e se punha a ler na secretária, qual pastor a tomar conta do gado; o Filgueiras e no especial, o Arnaldo Araújo, foi destacado para nos ajudar e acompanhou alguns dos trabalhos. Os assistentes não davam aulas teóricas. O Ramos aparecia de vez em quando, para visitar as tropas e dar uns palpites e o que aprendíamos tinha essencialmente a ver com aspectos práticos do fazer arquitectura: respeito pelo ambiente, organização e proporção dos espaços, algumas luzes sobre o organigrama funcional, e, sobretudo representação gráfica.

Lembro-me de o Filgueiras ter perguntado como se aplicavam as telhas; se de baixo para cima, se de cima para baixo. Ninguém deu resposta imediata e a minha, depois de muito puxar pela memória, fundamentei-a numa imagem de um prospecto de publicidade em que se via um telhado em construção. Portanto, ninguém nos tinha feito ver como se aplicavam as telhas.

O que o Rogério de Azevedo, professor de Construção, nos ensinou, não foi além de uma ou outra cópia de pormenores existentes, sem ligação com o projecto de arquitectura.

O ensino era, visto daqui, um bocado incipiente e não estava estruturado, como ainda não estará, com base num percurso que leve do zero de conhecimento ao que se considera necessário que um arquitecto saiba quando acaba o curso. Claro que entre colegas e nos *ateliers* onde éramos recebidos, tínhamos oportunidade de ir amadurecendo mais um bocado. Só que não houve nunca ninguém que nos pusesse a fazer pormenores construtivos, detalhados, de modo a sabermos fazer portas e janelas e suas ligações às paredes dos nossos projectos.

Era uma avaliação do gosto, mais que uma formação, se calhar para fugir do estilo salazarista. Poderia, e devia, ter tido muito de oficina. Não aprendíamos construção a sério, o Rogério de Azevedo, que sabia muito de construção, não nos ensinava quase nada. Lembro-me de ele ter falado que a água, à saída da fossa séptica, podia ser bebida. Sim, parece que fizemos tentativas de desenho de pormenores de peças de madeira só que eram equivalentes a cópias

e não fiquei a saber o porquê/para quê daquilo que desenhei.

Os arquitectos estrangeiros eram falados e nós víamos imagens das suas obras nas revistas que encontrávamos. Falavam-nos do Wright e do Corbu e do Gropius e do Mies, do Aalto e de um ou outro menos relevante, Neutra, Saarinen (o Ricca). E havia uma revista japonesa que assinei durante um ano.

Quanto aos portugueses, pouco se podia dizer para além dos que faziam a arquitectura do Estado Novo, que odiávamos, e do Keil, de quem praticamente não conhecíamos nada. Não posso dizer quem trazia estes nomes à baila; se os assistentes, se os colegas que tinham mais experiência. O Forjaz tinha trabalhado com o Pancho Miranda Guedes.

Da cadeira de Urbanismo, dada pelo João Andresen, não me lembro de nada do que se ensinava. Seria tão rudimentar que nada ficou de substância que sobreleve ao que a prática depois me trouxe. Houve um exame, não sei se de Urbanismo, se de Urbanologia, em que me foi perguntado qual a especificidade da Praça da Concórdia: os cantos cortados.

Quer dizer: o que me terá marcado no curso foi o *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa*, o ambiente da escola, a iniciação na profissão, por incipiente que tenha sido, os colegas e o Távora, quando trabalhei com ele.

O que foi no tempo em que leccionei

Entrei para a ESBAP por concurso público, para a cadeira de Construção. Não escolhi a cadeira de Arquitectura porque senti, pela minha formação *Beaux-Arts*, que nas escolas de Belas Artes o que se devia ensinar era o trabalho de oficina, o ofício. Como tinha tido de aprender o ofício à minha custa, principalmente com os artistas das várias artes que construía as minhas obras, era o que mais me interessava fazer: dar a formação técnica que tanta falta fazia, e faz, aos futuros profissionais.

Nas escolas não se criam génios. Ajuda-se os génios e os outros a aprender o ofício. A escola estava a pensar em mudar brevemente para os lados da Boavista tornando-se independente das outras artes. Daí que o ensino estivesse a ser revisto, pensando-se numa reforma que foi «enverdecendo» e que acabou por dar no que deu. Uma das discussões que houve entre os docentes, na fase de discussão do que devia ser a ementa do novo programa do curso, foi a da importância a dar à «Matemática» e «Estruturas». No meu entender, a matemática, cálculo ou o que lhe quisessem chamar, não tinha lugar no cardápio do curso porque as contas de dona de casa chegavam e bastavam; caso fossem necessários mais conhecimentos dessa área, os engenheiros que nos apoiam davam conta do recado sem beliscar os projectos comuns. Isto se soubéssemos ensinar o elementar na cadeira de Construção, ou mesmo na de Arquitectura, para que o futuro profissional

pudesse dirigir o trabalho dos técnicos colaboradores. Grande celeuma e o Siza a fazer força para, num curso que se queria de alta exigência no sentido de credibilidade na Universidade, se integrar essa área de ensino. Asneira! Nem ele, nem muitos dos outros que nessas reuniões estavam, eu incluído, teriam acabado os cursos se tivessem tido que se confrontar com a cadeira que veio a ser criada. A prova poderia ser dada pelas dificuldades que o Domingos Tavares teve em fazer a cadeira que, dizem, lhe foi dada ao fim de várias tentativas sem sucesso.

No essencial, o importante, quanto a mim, era que a cadeira de História da Arquitectura tivesse um programa que desse formação teórica suficiente, sem perder de vista a evolução técnica ao longo dos tempos; que a cadeira de Construção ensinasse o ofício como deve ser; que a cadeira de Arquitectura deixasse de tentar formar ou encontrar génios e ensinasse a fazer o projecto de execução, em colaboração com a construção; que os urbanismos fizessem perceber que ao arquitecto compete também tratar dos espaços exteriores; que a cadeira de Economia desse, como veio a dar com o Rui Braz, ferramentas para informar sobre a importância da actividade do arquitecto na sociedade e, sobretudo, a sua responsabilidade na transformação do território, em conjunto com uma cadeira da área da Ecologia cujo programa garantisse o respeito pela natureza. Nesta última, o Jacinto Rodrigues, sempre torpedeado, conseguiu o milagre de chegar a professor e ficar numa posição estável que lhe permitiu fazer o seu proselitismo. Até se reformar...

Feito o cardápio do curso, cada um foi para as suas aulas e poucas reuniões houve que fizessem sentido para aferir do caminho que as coisas levavam. Mais tarde, acabaram por incluir a Construção na ementa da cadeira de Arquitectura e passei a ser professor dessa cadeira. Professor, não! Regia a cadeira, fazia o programa, como aconteceu na Construção, mas era assistente.

Quando o tempo como assistente acabou tinha feito tudo o que podia para que a Faculdade me desse condições para fazer o doutoramento. O único professor de arquitectura era o Távora, o Filgueiras tinha saído no PREC, e foi ao Távora que, naturalmente, pedi para ser meu tutor. Recusou, com um pretexto que não me convenceu. Pedi ao Conselho Pedagógico que me indicasse um outro e respondeu que procurasse na Faculdade de Engenharia!!!

Fiquei indignado, porque não via como um engenheiro podia orientar um doutoramento em arquitectura. Para mais, era dar a ideia que tanto fazia, arquitectura ou engenharia. Não, não são a mesma coisa. Não se pode fazer isso. Mais tarde, tentei fazer o doutoramento em Aveiro com o patrocínio da arquitecta Teresa Andresen, mas as minudências burocráticas, para as quais não tenho paciência, aliadas à falta de meios económicos, a FCT não dava grande suporte económico e exigia exclusividade, obrigaram-me a desistir, em boa hora.

Veio a seguir a revoada de mestres e doutores, que desvalorizou completamente esses graus académicos.

As minhas aulas foram, e continuaram a ser na Árvore, oficinas em que pretendia que os alunos

ficassem cientes da importância da técnica e também das leis e regulamentos que acorrentam a criação do arquitecto.

Sobre a relação da escola de arquitectura com o exterior, há a dizer o seguinte: logo que entrei, no rescaldo do PREC, nomearam-me delegado sindical de modo a aproveitarem a minha capacidade de militância para ter um relator que lhes levasse fresquinhas as notícias sobre as lutas dos professores do Superior. As reuniões que convoquei foram, surpreendentemente para mim na altura, muito participadas – quase 100% dos cinquenta e tal professores. Logo que as notícias que lhes dei acalmaram os medos, desertaram e foram à vidinha.

No início dessa minha actividade, pensando na responsabilidade social do curso de arquitectura, propus que se abrisse um gabinete de apoio ao exterior com capacidade para acolher cidadãos e criticar a actuação do governo e das câmaras. Claro que não foi aceite. Penso que porque a isenção e a lisura na actividade iria prejudicar a angariação de trabalho dado que, certamente, criaria reacções inconvenientes para os interesses pessoais deles por parte do poder político.

O facto de caber à escola um papel na participação cívica, cultural e ética para a formação da nova sociedade não foi considerado e não sei se passou pelas cabeças dos que estavam no poleiro na escola. Sei que até hoje a FAUP nunca participou numa discussão pública sobre Arquitectura e Urbanismo, nem sequer aquando das discussões públicas dos PDMs ou

quando o *lobby* dos «urbanistas?», conseguiu retirar o Urbanismo das atribuições exclusivas do arquitecto. O facto de ao arquitecto serem atribuídas tarefas práticas e burocráticas, regidas por leis (estúpidas) e regulamentos (estúpidos), não lhe retira o direito de exercer a profissão na área artística. Só complica, atrapalha e, na maior parte das vezes, impede que assim seja. Claro que compete ao arquitecto lutar contra este estado das coisas públicas e não se deixar transformar num mero executante de desenhos e alguns textos (normalmente maus). A costela artística do arquitecto devia ser considerada no ensino da arquitectura e, portanto, o ambiente da ESBAP era muito melhor para a sua formação que a actual faculdade, que o transforma num engenheiro especial, quando não num mero desenhador de AutoCAD, a quem estão conferidas tarefas integradas no sistema produtivo da construção sem que lhe sejam outorgados direitos de autoria reais e inalienáveis.

Resultado: a FAUP põe no mercado desenhadores de «AutoCAD» e «3D» que vão para as firmas, sejam de arquitectos, de «planeamento» ou de construção, única e exclusivamente para preencher as necessidades legais, não lhes sendo dado espaço para contribuir para o desenvolvimento dessas firmas no aspecto da cultura e da ética. São estas as razões que me levam a pensar que as escolas de arquitectura existentes, ao serem meros negócios, estão a contribuir para a degradação do território e da cultura nacionais.

V O DESPORTO

O desporto deve ter como objectivo social a promoção de condições para se ter saúde e prazer no corpo que se tem. Fazer com que milhares de jovens passem os seus melhores anos dependentes de um regime de treino feroz, só para ganhar centésimos de segundo ou centímetros nas competições, é uma monstruosidade. Toda a competição que obrigue a alcançar condições físicas necessárias para superar um tempo, ou uma habilidade, que não garanta boa saúde depois de acabado o tempo em que a competição pode ser exercida deve ser impedida porque não garante boa forma física durável a quem a pratica.

A pequena percentagem que aparece nas competições tem uma vida desportiva que acaba, geralmente, antes dos trinta anos. Empolar salários de desportistas porque a vida de competição é curta pretende esconder a verdade, isto é, que o desportista de competição não sabe, nem pode fazer mais nada; portanto, não pode ser útil ao país, já que nada produz que valor económico tenha; ganhou fortunas enormes enquanto artista do circo desportivo que lhe permitem, desde muito novo, não trabalhar para viver.

Compare-se o físico dos ocidentais com o dos anónimos orientais que fazem «ginástica social» e veja-se a diferença. Claro que na globalização (sociedade de consumo desenfreado) há desportistas orientais a competir. Isso só serve para mostrar/provar como o mundo está.

O desporto e o exercício físico são absolutamente necessários para reduzir a despesa com a saúde, só que não devem ser promovidos por espectáculos em que os praticantes são escravos da modalidade e não têm uma vida normal e, sequer, saudável.

Não deve ser permitido que um desportista se levante às cinco ou seis da manhã para ir correr vinte quilómetros ou mais antes de ir trabalhar e volte a treinar ao fim do dia. Isto não é vida, é escravatura que dá trabalho desnecessário e prejudicial a uma leva de treinadores e demais equipa. Essas pessoas devem ser empregues em trabalho produtivo para o país. Por exemplo monitores de aulas de ginástica, nas oficinas, fábricas, escritórios e outros centros de produção para ajudar o trabalhador a ter saúde física que garanta longevidade e bons resultados no trabalho. Contribuirão assim para elevar o PIB nacional.

•

VI À MANEIRA DE PRÓLOGO FORA DO SÍTIO

O ADN psicológico de Lisboa é diferente do do Porto.

O que é o mesmo que dizer que o provincianismo de Lisboa e do Porto são diferentes. No Sul, os sociólogos devem saber quantos habitantes de Lisboa são nados e criados na cidade há mais de duas gerações. Calculo que sejam menos de 50%; muito menos. A migração para a cidade provocou alterações de comportamento nas pessoas criadas pelo «deslumbramento», e necessária agressividade para arranjar espaço próprio, do aldeão que chega à «grande metrópole».

A falta de raízes e a luta pela vida provocaram um novo perfil de cidadão, fácil de identificar e reconhecer nos comportamentos rotineiros de toda a gente que se conhece ou de que se tem conhecimento. Traduzem-se na ausência ou maior frieza nas relações de cidadania, agressividade, menos paciência e dedicação ao outro, mais e pior egoísmo, vontade de parecer sem vontade de ser, assimilação deficiente de padrões culturais... e por aí fora.

No Norte, a pequena dimensão e a força da cidade não permitiram que a mistura destes comportamentos, o dos cidadãos residentes e o dos que foram chegando, alterasse as características dos portuenses, sobretudo porque a miscigenação foi homeopática e a sociedade estava hierarquizada por «castas», conforme a riqueza e o sangue. Havia os Ingleses, com o seu Clube; a alta burguesia com o Clube Portuense; a alta finança e os industriais com o Ateneu e o Associação Comercial

Portuense, por um lado; a pequena burguesia com os Fenianos, por outro, e, por fim, a arraia-miúda com o Sá da Bandeira e as tascas.

A invasão dos que vieram e a modernização da sociedade, não trouxeram alterações profundas no dia-a-dia da cidade. A xenofobia para com quem não é do Porto e a desconfiança para com os que não são do bairro, permaneceram. Em Lisboa, lembro que a maneira de estar era humana e fiável. Dou como exemplos as lavadeiras que iam a Lisboa buscar a roupa suja e voltavam da aldeia da roupa branca com ela lavada, para entregar às senhoras burguesas.

Lembro os leiteiros, os carvoeiros, as tascas em que se fazia o convívio nos bairros, as casas de fado (a serem assaltadas pela burguesia rica), os rebanhos de perus pelas ruas no Natal, os pregões de várias vendedeiras e vendedeiros, os amola-tesouras e navalhas; toda uma população mais próxima da vida da província, que da grande cidade.

Os valores sociais subjacentes a estas práticas: confiança e solidariedade, foram destruídos pela involução havida. E a cidade ficou a selva do «cada um por si» e do «não importa como lá chegar». O cavaquismo veio reforçar muito esta destruição do tecido social, da ética e da consciência de cidadania que ainda permitia fazer contratos sem papel e com um aperto de mão. A cidade era grande e monstruosa se tornou.

O grande número de habitantes da classe média-alta permitiu que a área cultural tivesse espaço para se desenvolver e condições para se manter com expressiva cobertura territorial, permitindo que as

actividades e as modas pudessem existir, permanecer e desenvolver-se, para o bem e para o mal. Enfermam hoje de provincianismo subserviente macaqueador e mimetismo, para com o estrangeiro.

Perderam-se as características que diferenciavam o país e estamos uma província da cultura ocidental. Na arquitectura isso é mais que evidente: os edifícios que são produção do imobiliário, nada têm a ver com o país. Podiam ser construídos noutra sítio qualquer que não se notava a diferença. Segue-se a moda. O que é que o Centro Cultural de Belém, a CGD, as Amoreiras, a Fundação Champalimaud, a zona Oriental têm a ver com Lisboa?

No Porto, o Clube Portuense, o Ateneu e os Fenianos permanecem. Perderam-se, tal como eram na origem, o Teatro Experimental, o Cineclube, e a *Árvore*.

Quando cheguei ao Porto, em 1955, não havia nada daquilo que conhecia em Lisboa. Não havia lavadeiras, rebanhos de perus, pregões, etc.

A cidade era fechada e as relações que havia eram de vizinhança e, portanto, pouco iam além do café, e das agremiações populares - de que ainda há exemplos: columbófilas, desportivas, bandas, grupos recreativos e culturais de bairro, que não me lembro de ter conhecido em Lisboa - que davam ao povo miúdo condições para se entreter à margem da política. Ou acobertando fins políticos, sabe-se lá!

O estrangeiro e «o que não é de cá» têm dificuldade em se misturar com o povão e, claro, com a alta burguesia, fechada nos seus clubes e circuitos próprios. Esta «xenofobia» ao que não faz parte do burgo já vem

de longe. Vários reis, entre o fim do séc. XIV e o fim do séc. XV, confirmaram a proibição a terra-tenentes e a altos dignitários estrangeiros, de comprar propriedades na cidade para nela se instalar. Como estes quisessem contrariar estas disposições comprando à socapa, muitos foram os negócios anulados e os bens voltaram aos antigos possidentes.

Deparei-me com um clima muito agressivo que não permitia facilmente encontros fora de casa; a burguesia vivia nos clubes e congéneres que usava à porta fechada. Tomava-se o café e... até amanhã.

Daí que nada havia de estrutural da *muy* nobre e sempre leal, cidade «invicta» que tinha perdido os calafates e ficado com as tripas. Era uma cidade-aldeia com poucas e fracas manifestações culturais em que a Galeria Alvarez era uma luzinha ténue e os Fenianos uma agremiação eclética, tanto quanto possível. Havia o Cineclube e o Teatro Experimental do António Pedro para os intelectuais; o Teatro Sá da Bandeira, para o povo. Contam-se pelos dedos de uma mão e não tinham o peso cultural que tanto uns como outros poderiam ter. A vida era fechada, no *rame-rame* e nem sequer as praias eram devidamente usadas. Até há pouco tempo sobreviveu um estaleiro de calafates que se mudou para parte incerta ou morreu, e a pesca sazonal no rio, dos pescadores da Cantareira e da Afurada em Gaia, já teve muito melhores dias.

Apareceram as marinas e os barcos rabelos foram substituídos pelos que fazem os circuitos turísticos Douro acima com o apoio, para o ano, de paquetes com helicópteros. Isto para dizer que o Douro está

a ser explorado turisticamente, o que é bom, só que deve manter a sua tradição e identidade. Acresce que, havendo ainda muitas «ilhas» e sendo a câmara do Porto um dos maiores senhorios do país, o grosso da população era e continuará a ser, constituído por pessoas de fracos recursos económicos e culturais o que permitiu uma estratificação muito acentuada das classes sociais que não se misturaram; não houve migração expressiva para a cidade depois da revolução tecnológica do fim do século XIX, altura da construção das ilhas. O que não impede que na classe média haja, como em Lisboa, a competitividade e o «chega para lá» característicos do cavaquismo.

A grande proximidade de muitas aldeias dos concelhos vizinhos permitiu que a cidade tenha recebido menos gente vinda do interior o que não foi um factor de desequilíbrio na estrutura social. Pelo contrário, fortaleceu a separação dos poderosos e dos pobres ou remediados. Daí que, dada a dimensão fixa da cidade espartilhada pela Circunvalação e o rio, o Porto seja agora uma aldeia grande que sofreu grande degradação social e perdeu população da burguesia e serviços para os concelhos vizinhos.

A competição provinciana com Lisboa de que não consegue livrar-se («o FCP é uma nação! Morte ao Benfica!!!»), e a parolice dos dirigentes camarários e dos fazedores de opinião provocam a diminuição do nível cultural. A sujeição psicológica a Lisboa leva a malta do Porto a seguir *flautistas de Hamelin*, tipo presidentes de clube ou de câmara. Parolos como compete a provincianos.

Portanto, afigura-se que a pequenez das gentes do Porto não é muito melhor que a pesporrência e a altivez das de Lisboa. Talvez, ainda, estas gentes não estejam tão individualistas e a selva seja mais modesta. Mas que é selva, lá isso é! Os ADN psicológicos são diferentes: o de Lisboa traz frieza às relações; o do Porto traz complexo de inferioridade e medo de quem vem de fora. Ambos são provincianos, mas são diferentes. Um é brutal; outro tacanho, por xenófobo e desconfiado.

•

VII A MINHA ARQUITECTURA

A formação do arquitecto

Como vim parar à arquitectura

O meu primeiro sinal de envolvimento com a natureza como estímulo artístico, deu-se antes dos 13 anos, numas férias em Sintra, quando pedi ao meu pai para, quando voltasse de Lisboa, me trazer tintas e suportes pois que a vista que tínhamos da casa alugada para a serra, me dava vontade de a pintar. Infelizmente, o meu pai deve ter pedido ao *chauffeur*, o Sr. Francisco, excelente homem meio albino e rudimentar, que conduzia o *Buick eight FF-11-20*, para dar conta do recado e o que me chegou foi uma caixa de lápis de cor e um bloco de papel branco.

A experiência não foi feliz.

Continuei a tentar fazer alguma coisa com tintas. Primeiro, com guache e aguarela, mais fáceis de obter, e logo de seguida, com o Zé Pacheco, com óleo e barro. Essas experiências foram feitas ainda na casa onde nasci, que tinha um jardim com um lago e uma cascata, uma palmeira e cinco nespereiras, separado por um muro baixo, de um horto a que chamava quinta e no qual passei muitas e muitas horas. O meu jardim e a quinta foram importantes na minha história porque fiquei ligado à natureza, aos ritmos sazonais das plantas e dos animais, principalmente pássaros, abelhas, vespas e lagartixas e também a animais de capoeira de várias espécies.

Não sou propriamente um cidadão. Nunca me senti urbano, nem mesmo quando saía à noite, sorrateiro, com dez tostões no bolso, 5 cêntimos, para ir a pé da Rua S. Felipe Nery até ao Bairro Alto, ouvir fados.

Esta minha origem telúrica foi reforçada pelas férias que passei, quer na quinta da Beira Alta do Dr. Carlos Olavo, em Oliveirinha, em 1945, quer pelas passadas na casa dos pais do meu cunhado Ângelo Pena, em Vila Franca das Naves, em 1950. Aí comecei a caçar a sério a perdiz. A somar a tudo isto estão ainda as férias passadas em Soutosa, já em 1953, em casa de Aquilino Ribeiro com quem, para além do mais, fui visitar vários museus na região.

Em 53, ano em que o João Cutileiro entrou na minha vida, tivemos um espaço cedido pelo mestre Abel Manta, anexo ao seu atelier, onde o João fazia escultura e cerâmica e eu pintava. Não havia electricidade e tínhamos de usar acetilene nas noites em que saltávamos o muro do vizinho para ir trabalhar.

Para a 10.^a e última Exposição Geral de Artes Plásticas, na S.N.B.A. tentei apresentar um quadro grande, uma placa de *platex* (1,20 m x 2,10 m aproximadamente), intitulado «Concerto n.º 1 *opus* 1», feito com tintas de esmalte. Pretendia ser o casamento da pintura com a música e a dança. Formas planas de dançarinos, cada um da sua cor, dando as mãos no género do quadro do Matisse, que na altura ainda não conhecia. A ideia era fazer corresponder cada cor a um som, ou naipe, ou instrumento e harmonizar tudo dentro daquilo que a pintura era para mim.

O António Alfredo e o Zé Dias Coelho foram ver o quadro a .um atelier que tinha alugado clandestinamente numa garagem (o meu pai não queria que perdesse tempo com a pintura) e aconselharam-me a não expor.

A partir daí, além do óleo, usei pastel, lápis de cera, guache, desenho e uma ou outra experiência com barro. Lembro que, ainda no *atelier* do Manta, tentei fazer a cabeça em barro do *Stalin*, nos dias a seguir à sua morte, mas os meus manes fizeram com que tudo se estatelasse no chão, ficando assim livre desse pecado. O meu pai não queria que enveredasse pela pintura porque, amigo do Manta e de outros artistas, sabia as dificuldades materiais deles para sobreviver. Médico, advogado, engenheiro, podia ser.

Além disso eu tinha, segundo ele, começado muito tarde pois, por exemplo o Picasso, tinha começado aos 5 anos. (Terá referido o Mozart?). Fui atrás da minha namorada, a Leonor Cortez, que desde que se lembra, quis ser arquitecta. Quando estava a acabar o liceu no Pedro Nunes já a Leonor, a Natacha e a Clara tinham ido para o liceu Maria Amália, por ordem do Salazar que acabou com os liceus mistos (a filha era nossa colega). Passei a estar mais tempo em casa da Leonor onde desenhávamos e eu comecei a fazer o primeiro desenho de um móvel. Antes disso, por volta dos meus 12/13 anos, tinha sido reptado para fazer um projecto para uma gaiola, o que me trouxe grandes dificuldades porque a minha cabeça não tinha em armazém nada a que pudesse deitar a mão para fazer o trabalho. Assim foi o meu primeiro contacto com a arquitectura.

Como tínhamos feito, a Leonor e eu, uma exposição de candeeiros na galeria Pórtico, em 1955, já o desenho do móvel me pareceu possível. Para os candeeiros, utilizámos toda a espécie de materiais recuperados, desde boias de alumínio das redes de pesca e garrafas de cerveja a que mandamos cortar o fundo, a peças desenhadas por nós. Foi a primeira vez que tive contacto com oficinas chegando a trabalhar numa, na rua da Quintinha, por coincidência a rua da Escola Inglesa para onde fui depois do fim da guerra e do fecho do colégio alemão. Era a escola da Leonor!

Ficámos conhecidos e mais tarde aquando da doença e morte do meu irmão Francisco, mandaram-me, no dia dos anos dela, para sua casa de modo a não assistir à tragédia que se deu no dia seguinte. A partir daí os meus pais fecharam-se na dor, deixaram de sair, nem sequer para concertos. A minha mãe era pianista, discípula de Viana da Motta, premiada no estrangeiro antes de casar.

A música teve até essa altura grande presença lá em casa pois lembro-me muito bem da maneira apaixonada, vigorosa e expressiva como a minha mãe tocava, para além das conversas sobre música, entre outros com o Lopes Graça, que continuou sempre a ir almoçar semanalmente ao domingo, por vezes às quintas, dado ter sido grande amigo do meu irmão Francisco Eduardo. Também por solidariedade para com a sua situação de artista, perseguido politicamente.

Fizemos exame de admissão à E.S.B.A.L., Arquitectura claro, e eu chumbei. Pelo que me lembro,

já que tinha feito grande parte do trabalho do Gonçalo Duarte e de mais outro que passaram, o meu chumbo deveu-se a uma infantilidade, pois vi uns colegas pôr a folha de desenho sob o gesso do ornato que tínhamos para desenhar para marcarem os pontos em que o acanto tocava as margens e fiz o mesmo. Um contínuo viu e apontou-me, e a outros, ao Leopoldo de Almeida, presidente do júri.

A informação que me foi facultada quando fui saber do resultado foi no verso de um envelope A4, obviamente escrito à mão, onde estavam os vários nomes dos chumbados. O meu era o primeiro em maiúsculas garrafais, só o nome da família. Os outros eram os António, Manuel, Joana, Filomena, *etc.* No ano que passei à espera do exame seguinte, tive lições de desenho, primeiro com o Martins Correia, depois com o Pomar no *atelier* comum com o Vasco Conceição e a Maria Barreira, escultores. Só que o exame não foi para a E.S.B.A.L., mas para a E.S.B.A.P., graças à ajuda do Carlos Ramos, amigo da família, que era o director, em 1955. Fiz o exame, passei com boa nota e aqui estou desde aí.

Assim começou a minha vida de arquitecto.

Assim como? Bem, se a Leonor me abriu a porta da arquitectura, como entrei? Com cultura sólida graças à família que me deu acesso à música, literatura, filosofia, política, - lembro os judeus que, fugidos, passavam lá por casa e do cheiro especial que tinham; o que demonstrava os padecimentos havidos - ética, pintura clássica, *etc.* Quanto às artes plásticas do tempo, e às posteriores ao classicismo, aprendi

com os artistas com que ia convivendo e com o meio que frequentava. De arquitectura, para além da época clássica, pouco sabia. Um verdadeiro inocente. Nestas circunstâncias, a minha chegada ao Porto e a entrada na ESBAP só podiam corresponder a uma expatriação. Cidade nova e muito diferente, clima diferente, meio artístico e social diferentes.

Estava no estrangeiro. Para conhecer aquilo com que me confrontava, abri os olhos e os ouvidos; afinei o nariz. Fui andando às apalpadelas com a ajuda dos pintores e dos escultores. António Quadros, Eduardo Luiz, e do lado dos mestres, Dórdio Gomes e Salvador Barata Feyo.

O meu primo Alberto de Serpa foi muito útil para a minha adaptação ao Porto, porque para além de estar comigo pelo menos uma vez por semana, em casa de sua mãe, prima direita da minha, na Rua de Fernandes Tomás, perto da ESBAP, levou-me a conhecer o atelier do Camarinha e a colecção de pintura do Sr. Abreu. Também me levou ao *Português do Atlântico* para ver os móveis desenhados pelo Losa para o gabinete do director. Deu-me o exemplar da *Flores do Mal* que conservo.

**Os primeiros passos, o início da prática
profissional, a profissão em cheio,
a travessia sem fim do deserto**

O curso era uma confrontação constante com o desconhecido. Aquilo que tinha sentido quando tentei fazer o projecto da gaiola, isto é, o vazio total da memória sobre o assunto, passou a ser preenchido

com a informação que dia a dia ia recebendo dos colegas e dos professores com os quais nem sempre podia estar de acordo.

Entretanto, militei em áreas paralelas ao ensino como sejam o Sindicato dos Arquitectos, onde participei nas reuniões para destinar a nova reforma do ensino e em algumas outras actividades, como seja o acompanhamento das iniciativas que conduziram à publicação do *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa*. Para tal, foi necessário que uma embaixada fosse ao Salazar para que ele permitisse a publicação.

Acompanhei com os elementos das duas brigadas do Norte, os arquitectos Arnaldo Araújo e o Rui Pimentel que ficaram meus grandes amigos, juntamente com o pintor Adelino Jordão de Sousa Felgueiras, vizinho do Rui Pimentel e, mais tarde meu vizinho de patamar. Fez-me conhecer o *jazz hot*, pelo qual era apaixonado e muito conhecedor. Nessa altura, ouvia eu o Brassens, principalmente, e o Brel no gira-discos portátil comprado em Lyon na *Guilde du Disque*, na primeira vez que fui a França, em 1956. Viagem em que visitei galerias, museus; vi, num mês, em Paris, muita pintura, 29 filmes e uma peça de teatro; depois, estive em casa de um *marchand* de pintura, Nikos Masaraquis em Vence, levado pela amiga de infância da minha irmã Maria Lúcia, Maria Beneduchi. Comprei cerâmica do Picasso em Valauris e, em Paris, a obra completa do Proust. Anteriormente, já tinha ido a Barcelona conhecer o Gaudí, única viagem, que me lembre, em que a arquitectura prevaleceu. Saído de Lisboa e com as obrigações do

curso, deixei de pintar, o que não impediu a minha relação muito forte com o Quadros e o Eduardo dos quais me tornei «apoderado» ficando com as vendas e necessária divulgação das suas obras.

Levava quadros para Lisboa e mostrava-os na *Brasileira* ao Manta e ao Diogo de Macedo, director do Museu de Arte Moderna que recusou comprar um quadro do Eduardo, o retrato da bailarina Inês Palma, por não ter a forma rectangular; como o modelo tinha um carrapito, o Eduardo cortou a tábua com forma trapezoidal.

Graças a estas andanças de caixeiro-viajante da pintura dos meus amigos pensei que devia promover a criação de uma galeria para que eles, mais tarde ou mais cedo, não fossem colonizados pelos galeristas, actividade que conhecera em Paris, e assim pudessem ganhar mais algum dinheiro com regularidade, de modo a poderem viver da e para a pintura.

O Eng.º Abeilar de Castro, que conheci por ser cunhado da médica que substituiu o pediatra dos meus filhos enquanto ele estava fora, informou-me que o que eu queria era promover a constituição de uma cooperativa. Cooperativa? O que é isso? Informe-se! Fui para casa e, com o Zé Emílio Calvário, dei início aos trabalhos conducentes à Cooperativa *Árvore*, em 1961/62.

Em 1958 tinha casado com a Lídia Vieira, estava no 3.º ano. Tinha chumbado, ou chumbei nesse ano, a *Arquitectura* porque o Loureiro, assistente, não era professor e não tinha cultura para acompanhar pessoas diferentes. Explicou ao Ramos que o meu

projecto tinha uma grades em XX sem falar no projecto. Casado, tive que ir trabalhar para os ateliers. Primeiro, passei sem receber pelo Losa e Cassiano Barbosa, tendo ficado amigo deste último. Logo a seguir, fui pago pela primeira vez a 10\$00/hora, 5 cêntimos, mas saí e, depois de outra experiência, fui para o Távora que me contratou pelo mesmo preço, mas que me pagou logo no primeiro mês 12\$50 por ter resolvido um problema na casa «Gali» que estava por resolver. Estive lá seis meses nos quais, muitas vezes, a Lídia telefonava às nove da noite a saber se demorava para o jantar quando os dois estávamos no estirador; eu a absorver, ele a evangelizar (em Arquitectura, entenda-se).

Foi o meu mestre no ofício e ainda me levou a sua casa ver a colecção e a vários antiquários, no Porto e não só. Quando fui almoçar a sua casa, prática recorrente dele com os colaboradores, levei um carro de bombeiros com um guindaste para o Zé Bernardo, que veio a ser meu aluno. No Távora estavam o Sampaio, o Alberto Neves e o Augusto Amaral. Julgo que também o Coutinho, que veio a trabalhar muitos anos com o Cristiano.

Foi aberto concurso para o monumento aos Calafates, lançado com a organização da escola, entre os alunos, com o apoio dos assistentes de Escultura. Destinava-se ao local onde está agora o trabalho do Lagoa Henriques. Concorri, sem escultor, e fiquei em terceiro lugar, atrás das equipas formadas pelos Siza, Amaral e Lagoa – 1.º – e Vasco Cunha, Duílio Silveira e Gustavo Bastos – 2.º . Todos estes finalistas.

O Ramos não era pessoa para dar a um aluno do 3.º ano o prémio deixando para trás os que eram finalistas e os seus assistentes. Em todo o caso, fiquei à frente da equipa do quarto ano. Foi o máximo de que o Ramos foi capaz. Foi pena, porque o meu trabalho era mesmo o melhor. O Barata Feyo, do júri, disse que foi reconhecido que o meu era o que tinha mais «garra», era mais imaginativo e assinalava melhor a gesta marítima e o trabalho dos Calafates. O que o Lagoa tem lá no sítio tem inspiração na minha proposta, pois não tendo sido construída a proposta do 1.º lugar, foi-lhe encomendada uma escultura e ele foi buscar à minha solução: um cavername de barco com quinze metros de altura, na previsão das vistas da futura ponte da Arrábida para a Foz. A quilha de dois metros e meio que lá está nada tem a ver com a gesta dos calafates.

Não me lembro se, quando fiz o concurso, estava na primeira ou segunda vez a fazer o terceiro ano. O que sei é que fui chumbado pelo Loureiro na primeira vez e ele quis chumbar-me na segunda. Disse ao Ramos que eu não tenho jeito para arquitecto: talvez pintura ou escultura... O Ramos mandou-me chamar a casa, estava a tomar banho, e disse-me o que se passava. Propus que me deixasse passar e que no 4.º ano, último da primeira parte do curso, o superior, e com outro professor, que veio a ser o Filgueiras, se veria se era como o Loureiro dizia. No quarto ano, tive a segunda melhor nota da turma. Passei para o curso especial e logo o primeiro trabalho que saiu foi um circo.

Ora o vazio na minha cabeça não tinha sido preenchido com nada a que me pudesse agarrar para

imaginar como se põe uma tenda daquela dimensão em pé. Não concorri e à pergunta do Ramos sobre a razão para tal, disse que até aquela altura só tinha trabalhado com pedra, tijolos e outros materiais mais ou menos tradicionais e que para aquilo não tinha informação e conhecimento. Acabei por fazer essa parte do curso em tempo mínimo, graças a duas classificações com 3 pontos em dois trabalhos de arquitectura, eram necessários 6 pontos, e a algumas andanças de somenos nas cadeiras teóricas e práticas

Em *Esboçeto* eram necessários dois pontos, se não me engano, que, depois de obtido o primeiro meio ponto, podiam ser preenchidos por um trabalho de arquitectura. Foi o que fiz. Depois de serem necessários vários concursos de *Esboçeto* para conseguir o meio ponto, fiz logo, em dois ou três meses, um trabalho de arquitectura e resolvi a questão. O esboçeto era feito num dia.

O início da prática profissional

Terá sido quando o Augusto Amaral me propôs sociedade para fazermos, além do mais que aparecesse, propostas para o F.F.H. patrocinadas pelo Filgueiras. Não fomos longe porque dali não saiu nada, além de trabalho e prática de desenho num *atelier* instalado numa casa partilhada por vários architectos, na Rua do Barão de São Cosme; nem aos projectos se chegou.

Quando o Távora deu ao Augusto o projecto de uma moradia para a esquina da Rua das Mercês com Fernão de Magalhães que lhe tinha sido pedido, este

tinha que ir para Itália com uma bolsa da Gulbenkian, pelo que acabei por ficar com o meu primeiro trabalho construído. Aí, ouvi pela primeira vez e última o canto da pedra. O projecto foi buscar os aros em pedra à volta das janelas, o embasamento em perpiano e a passagem, por de baixo do patamar da escada, da cozinha, na fachada para a avenida, para a sala ligada ao jardim. Assim, evitei que a ligação da cozinha com a sala se fizesse pela entrada, o que execro. Foi o meu trabalho para a obtenção do diploma de arquitecto, 1963, que só vim a receber um ano depois do acto público, já em 64 por razões burocráticas.

Percebi que tinha tudo a aprender das técnicas de construção – nada nos tinha sido ensinado... pobre Loureiro! - junto daqueles que põem as mãos na massa e sabem dos seus ofícios. Foi logo aí, na primeira obra, que o empreiteiro foi ao meu atelier perguntar se os dez contos que tinha incluído na proposta, destinados a mim, chegavam. Disse-lhe para descontar no custo da obra, o que ele não fez para não denunciar a marosca, e terei feito uma cena de que me envergonho tanto que esqueci o que mais disse. O Eng.º escolhido pela dona da obra, a D. Alzira Carvalho, não fez a consola da varanda e propôs um pilar na ponta da viga porque, segundo ele, não era possível. Acontece que a varanda está em consola há mais de cinquenta anos; o empreiteiro, da zona de Paredes, disse que sabia como fazer.

Como o piso dos quartos balança sobre o terraço da sala, tive que resolver como impedir que a junta entre o tijolo da parede e o betão da laje viesse a

aparecer por deformações destes materiais distintos que se comportam de maneira diferente sob a acção das alterações de temperatura e eventuais mexidas da estrutura. Resolvi mandar cortar todas as caneluras menos uma da primeira fiada dos tijolos que foram tapar o topo da laje passando a junta para o plano do tecto do terraço.

O Augusto tinha uma relação próxima com o Viana de Lima, julgo que por ser nessa altura seu colaborador, e como tal, acabamos por ir para um atelier do Viana, no 1.º andar da Avenida dos Aliados, sendo o outro onde ele estava, no segundo ou terceiro. Foi quando estive nesse *atelier* que fui arquitecto urbanista da C. M. de Viana do Castelo pela primeira vez, com a ajuda do Dr. João Oliveira Machado, discípulo do meu pai, que me levou ao Ministério para que o Secretário de Estado do Urbanismo me arranjasse trabalho. Perguntou-me o que queria e eu disse. Pegou no telefone e ligou ao Presidente para o informar que eu ia para lá. Assim mesmo. À saída, quando entramos no carro, o Machado perguntou porque é que estava tão nervoso. Respondi que era porque tinha ido pedir aos gajos que tinham demitido o meu pai. Ele não percebeu bem. Que me lembre, foi a única cunha que aceitei.

Apresentei-me na C.M.V.C. e dali a seis meses saí porque ninguém ligava nenhuma. Os meus pareceres nem apareciam nas reuniões da Câmara em que os processos eram decididos.

Entretanto, tive a oportunidade de conhecer melhor a cidade e a sua gente e de fazer por minha iniciativa uma proposta para o edifício da Câmara

que estava mal instalada num edifício da Rua da Bandeira. O local escolhido foi aquele em que o João Andresen veio a construir o mercado, demolido com a conivência dos da Faculdade de Arquitectura, que nos últimos tempos têm estragado Viana. Colaboraram na destruição do mercado do João Andresen e substituíram-no por cimento paralelepipedico, tipo «pato bravo»; desvirtuaram a Avenida Central e remataram-na com mais construções sem graça ou originalidade que nada têm a ver com Viana. Podiam estar em qualquer outro lado; mesmo fora do país. Para fazer a minha proposta para o edifício da câmara, tive que ir pedir plantas nos serviços respectivos no rés-do-chão. Depois de as ter na mão, veio um telefonema do primeiro andar a dar ordem para não mas darem. Em Viana ainda há pelo menos uma marca que deixei dessa experiência de consultor pois consegui que umas casas de rés-do-chão para pessoas de poucos recursos fossem afastadas do passeio, na rua do Colégio do Minho, uns metros antes da obra que lá está forrada a pastilha de várias cores da autoria do Domingos Tavares...

A segunda obra que fiz já foi em sociedade com o meu amigo da altura, Luís Alvares Ribeiro, a quem chamava *Luca Paccioli* por ter muita aptidão para álgebra e calculo. Entrou com a minha ajuda no Losa, eu já não estava lá, onde conheceu o empreiteiro que fazia parte da fábrica da Igreja de Santa Marinha, Lamaçais, em Gaia, Sr. Joaquim, que lhe propôs o projecto. Já tinha feito um projecto para uma igreja quando fui aluno do Filgueiras e parece que me saí bem com esse novo projecto pois há quem ache

uma boa obra. Verifica-se que um ateu, não baptizado, pode fazer bons projectos de igrejas. Havia no sítio uma igreja pequenina e sem interesse que seria demolida. De uma das vezes que lá fomos levamos o Zé Forjaz. Os locais ficaram muito contundidos porque sempre que eu e o Zé passávamos frente ao altar, não nos benzíamos e até lhe virávamos as costas. Como a Comissão Fabriqueira tinha pouco dinheiro a obra levou, julgo, dezenas de anos a acabar. Depois que nos separamos altura em que o Luís foi para a CMP por não poder aguentar a família com o que ganhava, foi ele que ficou com ela. Além dessa obra, fizemos juntos, 1962, as instalações da *Renault* em Coimbra, obra que me foi entregue porque numa viagem a Lisboa o carro que o meu pai me tinha dado derrapou e parei na *Renault* para saber o que era. Eram pneus rechapados oferecidos por um cliente, que me tinha vendido o carro, que, grato por serviços que lhe prestei, se propôs dar-me os pneus. Assim era, como assim é.

Em 1963/64 fiz o projecto da casa do Ângelo de Sousa, cuja mãe se tinha reformado em Moçambique e trazido trezentos e tal contos que lhe deu para fazer uma casa. Como o dinheiro era curto, como sempre foi na minha vida profissional, escolhi um terreno «à desamão», na Rua da Beneditina na Foz Velha, e, por segurança, aconselhei o Ângelo a comprar dois lotes, pois quando fosse necessário mais dinheiro vendia-se o outro lote. Não foi preciso vender o outro lote.

A casa já não tem aros em pedra, mas em betão; é forrada a azulejo com desenho do proprietário. Foi um caso sério conseguir a aprovação. Fiz vinte e três aditamentos e a resposta era sempre um carimbo da

«comissão de estética» de não satisfaz sem qualquer explicação, até que o João Veloso (era conhecido por «tijolo de burro») se apiedou de mim e me disse que o chumbo se devia ao facto do projecto ter escada exterior. Fiz a 24.^a proposta com novo projecto com escada interior, que «comeu» muito espaço do pouco que havia, e o projecto ainda recebeu mais um «não satisfaz» mas dessa vez, soube não sei como, que foi por a chaminé estar de frente no plano da fachada. Devia estar de cutelo. Fiz a alteração, que foi aprovada. Neste momento é a única que não tem escada exterior e os processos das outras todas deram entrada na CMP logo depois do meu. Mais tarde, durante a construção, pus a chaminé como estava originariamente no projecto e foi aprovada.

A casa foi a primeira em que usei no interior tijolo à vista caído directamente, tanto em paredes, como em tectos. A razão desta decisão tem duas motivações: economizar no emboço, reboco e pintura – a cal era mais barata – e a cal ser higroscópica e permitir que as superfícies respirassem. A tinta plástica faz um filme impermeável onde a água de condensação se fixa nas superfícies frias, criando bolores.

Usei cortiça negra por razões térmicas, forrando os tectos do último piso, inclinados por dentro. Em 1973/4 o Ângelo precisava de mais atelier e fizemos-lhe, nessa altura com o Dídimo e o Alfredo, mais uma casa ligada por dentro com a primeira, usando a mesma escada interior.

Se na casa da Rua das Mercês, por imposição da CMP, usei telhado com três águas para partilhar a

caleira existente na meação, nestas, o telhado é de duas águas e pronto. Situam-se na Foz Velha. As coberturas horizontais ainda não se faziam nessa zona.

Em 1965 comprei o terreno de Carreço, depois de muito procurar nos arredores de Viana e de passar de carro, no caminho de penedos com sulcos feitos pelos carros de bois que ligava a praia à estrada nacional e aos campos onde o sargaço era usado como adubo.

Fiz o projecto de remodelação da casa existente depois de pedir à família que lá vivia para ir ocupar a parte livre da outra casa feita no outro extremo, o Sul, do muro confinante com a praia. A outra parte era ocupada em férias pela filha de doze ou treze anos de um homem de Barcelos que nunca vi nos anos em que estivemos ao mesmo tempo na praia, e uma empregada que tomava conta dela. A casa a remodelar era de rés-do-chão com pé-direito alto e planta quase quadrada com portas a meio das fachadas Poente, para a praia, e Nascente para o terreno.

Tinha um corredor a ligá-las, criando quatro compartimentos; três que serviam de quartos e um o Nascente/Norte servindo de arrecadação e despensa da família de pescadores que lá vivia. Já tinha um alpendre na fachada Nascente, feito com madeiras recuperadas do mar e telha, que tapava a janela desse quarto que era, portanto, interior. O alpendre servia de cozinha onde, à boa moda minhota, ficava a família quando não estava fora na pesca ou na horta onde tinham um aido para o porco.

Na obra tudo foi caiado directamente sobre a pedra e o tijolo: paredes de pedra, exteriores e de

tijolo, interiores e tectos para que a cal absorvesse a humidade. Como não gosto das lajes aligeiradas, feitas com vigotas e tijolo, resolvi fazer as lajes dos quartos e coberturas dispensando as vigotas e fazendo, moldadas no chão do quintal, as vigotas só em tijolo com os ocos cheios de massa e verguinhas de nove milímetros, salientes de maneira a poderem se solidarizar com as zonas de betão armado aquando do vazamento da camada de cimento.

Os dois pilares em que apoiam as lajes dos quartos e a escada não vão até à cobertura. Esta, em duas águas, apoia-se numa viga espalmada, v invertido, de betão armado, na cumeeira, nas paredes exteriores em pedra e nas paredes de tijolo de sete dos quartos. Está tudo no sítio desde 1965 e sem qualquer sinal de envelhecimento ou «jogo» por efeito térmico ou movimento, selagem, das lajes.

Nessa obra, fiz pela primeira vez aberturas nas paredes que separam os quartos da sala que tem pé-direito duplo, de modo a fazer circular o ar e evitar, conjuntamente com a cal e uma ventilação permanente na claraboia do quarto de banho, bolores e humidades, quer nos armários, quer nas paredes e tecto. Resulta.

Em 1966 estava a obra de Coimbra em construção e muito adiantada. Estive fora com uma bolsa da Gulbenkian. Paris, visita a Estrasburgo e a Colmar para ver obras com sistemas de pré-fabricação, Hannover, Berlim, Amesterdão, Copenhaga, Londres, *etc.*

Na Holanda, estive, assim como em parte do tempo em Paris, com o Jorge Pinheiro o que me

permitiu ver ainda mais museus e exposições. Por meu lado, levei-o a casa do arquitecto Hartsuiker – dica do Luís Cunha assim como o Bossart, em Paris – que nos encaminhou para o Constant que nos deu a conhecer o movimento Cobra, o Appel, o Corneille e as suas próprias obras e ideias. Ideias que tiveram eco em mim na escada da *Renault*, desenhada logo que cheguei. Não sei se o Jorge me acompanhou nas visitas que fiz, aconselhado pelo Hartsuiker, às obras de arquitectura em Amsterdão.

Logo a seguir, 1967, através do empenho da D. Laura Aroso, excelente pessoa que não me lembro como conheci, foi criado um grupo que se constituiu para a construção de um edifício em propriedade horizontal na Pasteleira, no Talhão O (ó) que foi comprado em hasta pública por mais um lance que o preço base. O lote estava livre porque se situa frente ao Bairro Rainha D. Leonor, dos pobres. Nem os investidores, nem o grupo que fez os edifícios do Pedro e do Sérgio, apadrinhados pelo Losa, o quiseram. Tem excelente vista para rio e assim/ assim para o mar. Daí que em 1968 eu não fizesse outra coisa senão trabalhar no projecto que foi aprovado sem dificuldade, apesar de o lote ser rectangular e o edifício ter uma forma irregular, não cumprindo portanto com a implantação constante da hasta pública.

Hoje, com os burocratas analfabetos que o Rui Rio recrutou, isso seria impossível. Passaram também as varandas com dois metros e meio de balanço por o regulamento ainda não ter sido aprovado. O grupo foi coeso e muito bom como cliente, talvez por ser constituído por médicos que no fim, 1972, ficaram

contentes com o negócio. Tanto, que logo a seguir compraram novo terreno para o qual fiz o projecto. Não foi construído porque veio o 25 de Abril e tiveram medo. Venderam a um empreiteiro. Que não me quis.

Em 1969 o Manel Nicolau que estava a acabar o curso e não podia assinar, veio com mais dois ou três colegas de vários anos desafiar-me para fazer equipa com eles no concurso para a sede da companhia de seguros *Mutual* no gaveto de Gonçalo Sampaio com o Campo Alegre. Claro que aceitei. Desafios são comigo. Trabalhámos que nem uns doidos e alteramos os dados da planta topográfica que a CMP deu à *Mutual* para ela instruir o processo de concurso. Eram duas torres com planta de cruz suástica, uma de cada lado de Gonçalo Sampaio, na entrada na cidade para quem vem da Ponte da Arrábida, além de uns edifícios mais baixos com frente para Campo Alegre.

Em substância, como tem sido norma até hoje, a solução de arquitectura já estava decidida e, neste caso teríamos de enfiar o programa dado no concurso, dentro das formas/volumes fornecidos.

Ganhámos o concurso graças ao Távora e ao Gigante, que faziam parte do júri, indicados pela ESBAP e pelo Sindicato dos Arquitectos, respectivamente. Mostraram ao júri que o concurso, se seguido à risca, impedia que os concorrentes fizessem propostas originais. Preencher volumes previamente decididos com o programa fornecido, não é pedido que se faça, pois impedia propostas criativas, quiçá inovadoras.

A profissão em cheio

A nossa proposta para o concurso tinha sido feita no meu *atelier* da Rua Alexandre Herculano, n.º 90, 4.º, sala 5, alugado ao director da polícia que tinha a família no rés-do-chão a explorar um negócio de azeite. Voltarei a falar deste *atelier* a propósito da *Árvore*.

Para o processo de licenciamento e o projecto de execução, precisávamos de mais área; a solução foi ir para casa do Manel na Rua de S. Victor, esquina com a Avenida Rodrigues de Freitas. Aí, completamos a equipa primeiro com o Zé Bandeira, exímio desenhador e logo depois, com o Alfredo Gomes e o Dídimo Vieira que tinham acabado o curso na escola de Gondomar onde o Ricardo dava aulas, que, verificamos, não ficavam atrás do Zé Bandeira. Para engenheiro civil tínhamos no concurso o Manel Sousa Pereira, a quem solicitamos para o projecto de execução apoio, a ser dado no nosso atelier. Ele respondeu que se quiséssemos que trabalhasse connosco no projecto teríamos de levar os desenhos ao seu atelier lá para os lados de Santa Catarina, junto ao Marquês. Claro que era impossível.

Pedi então ao Gigante que me indicasse um outro que pudesse trabalhar connosco. Teve dificuldade, mas lá se resolveu a indicar o Eng.º Manuel Costa Figueiredo, o Nelinho. O electrotécnico António Araújo foi arranjado na *Electro del Lima*, por intermédio do João Lemos Costa, e do saneamento encarregou-se o José Pereira dos Santos, funcionário da CMP. Éramos todos muito amigos, os arquitectos,

e fazíamos jogos de futebol de salão onde eu brilhei como melhor marcador *ex-aequo* num campeonato em Gaia, e, de futebol de 11 em vários campos, Ramaldense, Senhora da Hora, *etc.*

Nessa época, o Fernando Maia Pinto foi uma âncora pois levava-nos a casa de seus excelentes pais para jantaradas; era mais atrasado no curso, ajudava em tudo o que era preciso para além da parte de projecto em que ainda estava verde.

Logo a seguir a ser conhecido o resultado do concurso, começou uma grande campanha para que eu não fizesse a obra, com o argumento de que era muito novo (35), e, portanto, inexperiente. Campanha tanto mais estúpida quanto o segundo prémio foi para Lisboa, para o Nagi, que era pouco mais velho e o terceiro para o Madureira, da idade dos meus rapazes; menos de trinta anos. Está claro que a campanha vinha de arquitectos. Não liguei nenhuma, nem sequer para confirmar que tivera início na CMP.

Chegados ao projecto de execução, os rapazes foram todos para a tropa, colónias e o Fernando para a aviação em Aveiro, onde, como arquitecto, ia a Lisboa de avião comprar cortinas. Fiquei só, com a obra às costas.

A direcção da *Mutual* era chefiada pelo excelente Sr. António Silva e tinha destacado para acompanhar a obra o Sr. Mário Santos, negociante em caixilharias de alumínio que durante o projecto sempre afirmou que não iria interferir com as nossas escolhas de materiais. Só que, quando se deu conta que as caixilharias seriam em ferro ficou completamente de cabeça perdida e tentou por todos os meios que

passassem para alumínio. Mandou vir um técnico da Alemanha que deu como solução perfis de secção tal que o efeito pretendido, dar a menor visibilidade possível à caixilharia das fachadas, previsto para perfis de ferro de 5 cm, para que se visse, como se vê, um plano contínuo, desaparecia. A utilização dos perfis sugeridos iria provocar que, quer de dentro, quer de fora, se deixava de ver o vidro e trazia uma presença insuportável do alumínio nas fachadas.

Fiz o meu dever, lutei pela nossa solução, e com a ajuda do Eng.º João de Araújo Sobreira, consultor da direcção, e do Humberto Vieira, seu colaborador até se formar em arquitectura na *Árvore*, chegamos a um perfil de alumínio com a mesma secção que o previsto para o ferro e que ainda por cima melhorava, quanto a mim, o efeito pretendido pelo Manel e *sus muchachos*, que era o de reproduzir o efeito das caixilharias de madeira, tradicionais no Porto, criando determinadas sombras ao longo do dia. Os perfis são quadrados e têm em todas as faces rasgos que criam riscos de sombra. Fiz inúmeros desenhos em perspectiva para casar os sulcos, que criavam sombra, uns com os outros, de maneira que o efeito fosse contínuo em todos os planos sem soluções de continuidade. Um desses foi exposto no Museu Soares dos Reis na exposição da colecção da tristemente chamada Faculdade de Belas Artes, ex-ESBAP. O Manel, entre muitas outras coisas que fizeram com que a obra seja o que é, propôs que se incluísse no caderno de encargos a instalação de um pré-fabricado no estaleiro para o nosso *atelier*. Mudei para lá logo que a Soares da Costa o deu por pronto.

Estava-se a acabar a betonagem das dezenas de pilares da subcave quando um elemento do gabinete de fiscalização foi solicitado para ir ao laboratório da FEUP para verificação da compatibilidade do provete aí apresentado com as condições técnicas previstas. Operação rotineira feita por elementos da construtora. Só que o operador do equipamento não sabendo da troca de mensageiro recebeu o provete e perguntou quais os valores que deviam ser indicados no relatório de ensaio. Bronca!

Acabou em reuniões da *Mutual* comigo à frente de dois professores da FEUP que, pela Soares da Costa, pretendiam que os maus resultados obtidos nos ensaios, feitos a sério, não implicavam a demolição dos pilares. Argumentavam que, talvez o impermeabilizante previsto no caderno de encargos para adicionar ao betão fosse o responsável

Perguntados se não houvesse esse produto os pilares estariam em condições de suportar as cargas previstas não foram claros e deixaram dúvidas. Os pilares foram demolidos. Mais uma vitória, que certamente os meus detractores não teriam conseguido.

Já a obra ia adiantada nos toscos com várias lajes prontas, veio o fim da ditadura, a nacionalização das companhias de seguros e a demissão da direcção da *Mutual*, que foi substituída por elementos da Comissão de trabalhadores afectos ao PCP. O ministro da tutela resolveu que a obra devia ser destinada à «judite» (Judiciária) tendo eu recebido o organigrama ilustrando o programa fornecido para a alteração, em

que na subcave com 2,20 m de pé-direito, se queria instalar elevadores para lubrificação das viaturas.

Recusei que se fizessem transformações do projecto dado que tudo tinha sido pensado com espaços abertos em contacto franco e múltiplo com o exterior, com uma passagem interior de ligação entre Gonçalo Sampaio a Campo Alegre, quando a *judite* queria um *bunker* com umas entradas tipo obturador de máquina fotográfica. Mais bronca!

Acabámos, a Comissão de Trabalhadores e eu, no Ministério onde fomos recebidos por um juiz assessor do ministro que me informou que havia já dois irmãos, arquitecto e engenheiro, retornados de Moçambique, a fazer as alterações ao projecto. Perguntei se ele sabia da existência no contrato de uma cláusula posta lá pelo Presidente do Sindicato dos Arquitectos, o Jorge Gigante, a qual impedia a mudança de destino sem o meu acordo. Ganhei mais esta e três dias antes da Comissão de Trabalhadores deixar o poleiro, esta rescindiu o contrato por eu não ter ajudado à venda. Venda? Não sei como, já que havia a nacionalização da companhia. Uns meses depois, tomou conta da administração um grupo que tinha como Presidente o Dr. Leopoldo Mourão, CDS, que me chamou, fez novo contrato e me colocou novamente no meu posto.

Aos solavancos, a obra foi andando até ter ficado praticamente pronta, por volta de 1982, já sem o Dr. Mourão e há muito tendo deixado de ser *Mutual*, para ter sucessivos nomes.

Até hoje, as diferentes administrações têm feito modificações na obra sem me darem a conhecer o

que faziam e recorrendo a arquitectos que nunca me contactaram e que substituíram perfis e materiais, só porque sim. Claro que nada melhorou, nem podia, os espaços ou as funções é que foram alterados e as substituições de materiais só serviram para gastar dinheiro escusadamente.

A seguir ao 25 de Abril, consciente da minha impreparação política, fui para Vila Nova de Cerveira, onde tinha uma casa para estar mais tempo com o meu amigo Miguel Lemos Costa com quem caçava no rio e no monte. Fui para trabalhar junto da população, nos movimentos mais ou menos espontâneos, nunca se sabe como actua o PCP, com a ajuda do MDP, na altura um movimento apartidário de facto, que juntava quem quisesse trabalhar, sem inscrição e sem direcção partidária, que se dizia e era de união dos que lutavam independentemente dos partidos.

Andei por todo o Alto Minho a fazer discursos nas campanhas de esclarecimento, acabando seguidamente a acompanhar os elementos da LUAR que também actuavam na área e noutros distritos e províncias onde também trabalhei.

Cheguei a ir a um congresso da LUAR; não fui bem recebido pelas bases por não ser militante. Também fui a Lisboa ao congresso do MDP, convocado para que o movimento unitário se transformasse em partido. Aí, com a ajuda do Pereira de Moura que dominou as vaias que recebi quando subi ao palco e que só podiam vir dos do PCP, declarei que era um erro político fechar a porta a quem não quisesse inscrever-se nos partidos. Fomos a votos e fui o único a votar

contra a manobra estúpida dos comunistas. Pode-se confirmar no *Século* do dia seguinte que só houve um voto contra.

O Presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Viana do Castelo, militante do MDP, propôs-me em 1974, o lugar de arquitecto urbanista, que aceitei.

A história do tempo em que ocupei o cargo está relativamente clara no meu escrito fotocopiado, distribuído pelos cafés de Viana e vendido numa ou outra tabacaria e que publico no meu sítio – www.josepulidovalente.com -. Só falta dizer que antes de ter tomado posse, já o Marta, o Presidente da Comissão Administrativa, numa reunião que solicitei para tratar das condições de trabalho e do contrato, me recebeu acompanhado pelo Arménio Losa. Não esperavam que eu me apresentasse na companhia do Jorge Gigante e do Álvaro Sisa a quem pedi que me acompanhassem de modo a que os três pudéssemos criar condições para que o meu trabalho, em conjunto e amparado por eles, fosse mais útil e profícuo para Viana. O Losa desertou e fiquei. O Álvaro, dias depois, disse-me, sem vir a propósito, que não queria conflitos com o Losa. Perguntei quais e não foi capaz de dizer.

Os três Planos de Pormenor, já na altura previstos, deviam ser distribuídos pelos três; as minutas de contrato deveriam ser entregues para nosso conhecimento e propostas de alterações se fosse caso disso. Foram-me impostos num dia em que fui chamado ao Presidente que me informou que os contratos estavam a ser escritos no livro de actas da

Câmara e que a assinatura ali no gabinete era às tantas horas. Assinei, convicto que os meus amigos não se importavam, já que era mera burocracia. Importando-se ou não se importando, a verdade é que nenhum dos dois quis fazer um dos planos de pormenor. Com a ajuda do Jorge fui trabalhando.

Levei para Viana uma equipa para fazer o levantamento possível da situação nas várias áreas dos Planos e corrigir as ilegíveis plantas fornecidas pela Câmara. Depois de muito trabalho, entreguei os projectos. O Marta não gostou; não tinha edifícios altos. Socorrera-se de opiniões várias que o influenciaram.

A seguir, o primeiro Presidente eleito, o dono da agência de viagens *Avic*, Sr. António Cunha, também não gostou, assim como toda a vereação a quem fomos tentar explicar os projectos. Assim sendo, também recusaram os trabalhos.

O Cunha tinha o sonho de fazer, até ponte de Lima, uma espécie de Copacabana com edifícios altos nas veigas e zonas ribeirinhas. Confirmou-se assim que os Presidentes de Câmara, sem preparação para tal, se outorgam o direito de ter opinião sobre urbanismo e arquitectura. Pelo menos.

Os trabalhos dos Planos não foram para a frente e vi-me e desejei-me para receber, o que acabou por acontecer, com juros satisfatórios por ordem do Tribunal Administrativo, muitos anos depois. O trabalho feito para os Planos de Pormenor tinha sido pago pelos meus honorários da obra da seguradora. Entretanto, de 1972 a 1974, tinha feito a casa de Montedor e a Cooperativa União e Boa Vontade,

em Viana. A Cooperativa tinha um terreno grande numa boa zona da cidade e pediu-me que fizesse um projecto para o seu aproveitamento com construção, 1978. Na altura, a *Celnorte* tinha construído as suas instalações do outro lado do rio com uma edificação muito alta, integrada, o que me levou a dizer que se ela podia construir em altura, fosse lá para o que fosse, eu podia propor também um edifício em altura.

A razão da minha escolha desse volume radicou no facto de, se construído, ser um marco para assinalar a entrada na cidade de quem entra vindo de Ponte de Lima e, agora, da ponte nova. Daí nasceu a Torre do Liceu que lá está. O resto do terreno foi alienado pela Cooperativa e os desenhadores da cidade encarregaram-se dos projectos dos edifícios que eu tinha previsto, mesmo aqueles que encostam ao meu edifício.

Em 1976 comecei o trabalho de Arcos de Valdevez, que para além do calote do dono da obra, o Zé Brito, um contacto do MDP, só merece dois apontamentos a deixar aqui. O primeiro: a Câmara dos Arcos não ter aceite a minha primeira proposta com 1000 m² de construção, ver esboço no meu sítio, porque o urbanista, o Carlos Carvalho Dias, entendia que se devia fazer um edifício em altura. Por isso deu um desenho com a implantação e o volume, dez vezes maior, 10 000m². Já que era a música que se tocava, para que a coisa não ficasse atarracada, acrescentei mais dois andares na «torre» que ficou com dez pisos.

Foi o único trabalho que fiz sujeitando-me a uma imposição destas. Serviu-me para aprofundar e amadurecer a minha técnica, quer no que respeita ao

isolamento acústico, quer no tratamento das fachadas que foram revestidas com peças de tijolo refractário destinadas a ser utilizadas pelos caminhos de ferro e que pedi que em vez de seis centímetros de espessura fossem feitas com dois.

Ao fazer a colocação das peças nas fachadas, que não estavam dimensionadas para aquele material, havia que arranjar maneira de resolver como acabar os espaços de dimensão inferior à das peças utilizadas. Resolvi estudar a maneira de as colocar e modo a que as «falhas» ficassem onde me convinha e aí colocar tiras de ardósia. Os revestimentos das fachadas ficaram lá até 2012, altura em que começaram a cair e a ser um perigo. Fui chamado para fazer a necessária substituição e orientar as reparações ao edifício que ainda não tinha tido obras desde que foi construído. Ainda há clientes gratos, neste caso o condomínio.

Foi uma boa experiência e só quando a fachada foi alterada é que, trinta anos depois, o edifício recebeu mais um prego, mais verniz, mais pintura de guardas em ferro, etc. Tudo sobreviveu todo esse tempo sem qualquer manutenção. Claro que houve condóminos que substituíram as caixilharias (combinação de ferro e madeira) por alumínio, fecharam varandas, etc.

O segundo apontamento diz respeito ao engenheiro director da obra adjudicada à *Engil*, que em determinada altura resolveu usar as telas na posse do Brito para fazer rasuras, alterar o desenho e apresentar o resultado à Câmara, mantendo a minha assinatura. Claro que não me disse nada. Nem ele, nem o Brito, nem a Câmara.

Também no fim dos anos setenta, 1976, fizemos a casa Montenegro em S. Mamede de Infesta que teve uma história parecida com a do edifício dos Arcos; foram ambas feitas pela mesma altura e só trinta anos depois voltaram a ter obras de conservação orientadas e projectadas por mim. Aí fiz a minha primeira experiência com o tijolo maciço. A casa era para um casal que, na abordagem que me fez, me deu a conhecer a sua ligação com a vida fora de casa. Tinham uma quinta no Douro e faziam campismo. Fiz uma casa com pátio, aproveitando uma palmeira que existia no terreno.

A caixilharia exterior da sala foi feita em ferro e vidro simples que, como disse, só foi reparada – por acaso foi substituída por caixilharia de alumínio da mesma cor e expressão plástica e vidro duplo – trinta anos depois. As outras caixilharias de quartos e banhos eram de madeira e só foram tratadas e envernizadas. A cobertura originariamente acabada com terra confirmou a minha convicção de que é uma ótima solução para o isolamento térmico. O que foi demonstrado quando o dono da obra resolveu mandar retirar a terra e substituí-la por poliestireno.

Daí para cá, o conforto ficou muito reduzido e nem mesmo agora, quando fiz as obras em 2012, consegui voltar a por a terra e sei bem quanto lutei. Preconceitos tão fortes, que nem com as evidências à vista se conseguem ultrapassar.... Os tectos eram originariamente caiados, mas o dono da obra resolveu mandar pintar com tinta plástica. Acontece que assim os tectos ficaram cheios de bolores provenientes

da humidade que se fixava e não era absorvida. A cobertura deixou de respirar. Os práticos consultados disseram que era da infiltração da água do terraço e lá arranjaram uma obrinha para ganhar uns cobres...e substituíram a terra por «telas».

Lá para 1978 houve uma leva de cooperativas de habitação que lançaram concursos para escolher equipas de projecto. Sabendo que os honorários que pagavam eram os dez por cento da comparticipação do F.F.H., concorri e tive dois sucessos. Fiquei com a Cooperativa 11 de Outubro em S. João da Madeira e a de S. Mamede de Infesta, a Gente do Amanhã.

Total 373 fogos. Ganhei também a adjudicação do projecto de um conjunto de 23 fogos em Canedo, próximo de Coimbra, lançado pelo F.F.H. porque na minha proposta a concurso propus entregar o processo de licenciamento, se fosse escolhido, no dia da assinatura do contrato. Enganei-me! A burocracia deu-me ainda mais tempo e entreguei o projecto de execução.

Ainda fiz um projecto para uma cooperativa de Gaia. (Afinal, foram-me adjudicados três projectos de cooperativas). Não chegou ao projecto de execução porque a localização era muito boa. A Câmara tirou o terreno que tinha dado para o entregar à especulação imobiliária.

A travessia sem fim do deserto

Enquanto estas obras iam terminando, chegava-se aos primeiros anos oitenta.

Daí para cá, 2013, o que é que pude fazer?

Comecemos pelo loteamento da Rua Padre Xavier Coutinho e pela dezena e meia das suas vinte moradias. A minha, no lote 10, com cave e um andar foi sendo ampliada ao longo dos anos até chegar aos quatro pisos.

Nessa campanha a confrontação com a CMP foi um caso sério. A câmara queria que as moradias tivessem rés-do-chão, um andar e aproveitamento do vão do telhado. Não podia fazer isso porque os terrenos eram mais altos que a rua e, se o fizesse, tinha que tirar muita terra e construir um muro de suporte para ficar com o terreno nas traseiras quase à altura do telhado das casas, criando um fosso com cinco metros, ou mais, de altura por outro tanto de profundidade.

Quer dizer, o piso «térreo» seria afinal uma cave disfarçada, uma vez que tinha uma parede alta na frente. Além de que o andar ficava a meio pau em relação ao jardim ao qual se acederia por esse piso. Que seria o dos quartos se usasse o esquema comum de fazer a entrada pelo piso da sala e da cozinha. Ninguém na CMP conseguiu ver/imaginar que o que propunham era um perfeito disparate. Confirmou-se a completa inutilidade de ter «arquitectos» a julgar projectos de arquitectos. A burocracia usada pelas hierarquias políticas cria burocratas, que deixam de ter qualificação técnica, submissos e cordatos.

Para implantar as construções onde deviam ser implantadas, isto é, no terreno natural, tinha que fazer uma cave com as garagens e anexos e fazer as casas sobre o terreno com pelo menos dois pisos. Só que,

pelo menos num caso, a diferença de cotas obrigou a fazer duas caves, ficando assim a moradia com cinco pisos. Lá consegui fazer as construções como deviam ser feitas, com as salas a terem acesso directo para o jardim e os quartos no piso acima, à custa de muita água a bater na pedra . Como o terreno tinha boas vistas para o rio e Gaia, ainda acrescentei um pequeno solário nas coberturas planas.

Foi uma fase feliz porque vivia, clandestino, na minha casa com água e luz fornecidas pelos meus vizinhos e generosos amigos António Roquette e mulher, Manuela. Durou anos até conseguir ficar independente depois das obras do loteamento terem terminado. Até lá, o acesso era, como é fácil de ver, uma aventura. Principalmente no inverno, com aquela lama toda, para além dos obstáculos inerentes às obras. A minha casa foi a primeira e começou lá para 1983, com cave ao nível da rua e andar, num lote de 129m², já que, divorciado, vivia só na altura em que fiz o projecto. Nessa altura já vivia com a Carla Afonso em casa do Manel, que estava em Moçambique, e depois no *atelier* por alguns meses até podermos entrar na obra ainda em curso. Na cave tinha garagem e escritório com sanitário, voltados para a rua, muro de suporte nas traseiras e escada para o piso ao nível do terreno onde estavam a cozinha, uma casa de banho e uma sala, já que eu tencionava dormir nesse espaço.

Felizmente, quando a obra acabou, já estava a viver com a Carla de modo que quando ela, anos depois, começou a falar em ter filhos tive que comprar o terreno ao lado, de cinco metros de frente, para

ampliar a casa de modo a poder ter, pelo menos, dois quartos. Fizemos a ampliação dos dois pisos existentes e acrescentámos mais um.

Mais tarde, quando a Carla precisou de um escritório, fiz o tal solário. Só em 1986, quando o loteamento foi aprovado, comecei a fazer a série de casas da rua que foram até aos anos 90 e pico.

Em 1988 fiz o concurso particular entre três arquitectos escolhidos pelo promotor, para um empreendimento turístico em Esmoriz, que ganhei e do qual falarei mais adiante, a propósito de arquitectos, clientes, engenheiros e empreiteiros.

Em 1989 foi a vez do bloco da esquina das Ruas do Montebelo e da Beneditina; foi uma experiência edificante, tanto no que diz respeito à colaboração com o engenheiro Jorge Nunes da Silva, como na experiência de promotor de obra.

O terreno, de gaveto, claro, está situado no sítio que antigamente se chamava Monte. A Rua do Montebelo está na cota alta e a da Beneditina escorre até ao rio, na Cantareira, Pilotos, barra e respectivo farol.

No projecto, por haver uma diferença de cota de sete metros entre a Beneditina no ponto mais baixo do terreno e a do Montebelo, previ duas caves limitadas por muro de suporte do lado Norte que, aquando da escavação o empreiteiro deixou sem escoramento. Nesses dias, houve chuva fortíssima que me pôs os cabelos em pé pois pensava que a chuva poderia provocar a derrocada da rua do Montebelo para dentro do lote. Fiz telefonemas e telegramas para a CMP para avisar do perigo que imaginava existir de modo a que

fossem tomadas providências quanto ao trânsito em Montebelo. Nada foi feito, não houve problemas e recebi uma coima de um balúrdio por uma qualquer razão/pretexto inventado pelos serviços que deviam, quanto muito, contactar o empreiteiro. Recalcitrei e acabei por não pagar.

Em 1977 tinha começado a estar de olho num terreno perto do loteamento da Padre Xavier Coutinho e acabei em 1987 por marcar uma primeira reunião com o representante dos variadíssimos proprietários. Só que no dia e hora da reunião, nós estávamos no hospital da Lapa onde o Dr. Luís Pereira Leite devia assistir ao parto da Carla. A Leonor nasceu. Por isso, já do hospital, telefonei a remarcar. Não houve problema. Acabei por comprar o terreno pelo dobro do seu preço de dez anos atrás.

Ao terreno acedia-se por um portão com o n.º 44 da Rua da Beneditina, ao lado de um terreno que também eu tinha tido debaixo de olho com o intuito de, fazendo parceria com alguém, o juntar ao «meu».

Esse, estava na mão de empreiteiros que iriam construir o prédio que lá está da autoria do Virgínio Moutinho, depois de ter tido um estudo do Távora. Tanto o portão, como o terreno do prédio vizinho, tinham acesso pelo troço da rua que estava assinalado com tendo 1,80 m de largura e o prédio foi projectado de tal modo que demoliram uma casa de fins do séc. XIX, típica daquela zona, feita em pedra, com revestimento em soletos de ardósia no último dos dois andares. Pespegaram ali com um edifício de rés e três que ocupou todos os mil metros quadrados

do terreno com a cave. O edifício pouco espaço deixa até ao muro de separação com o terreno que comprei. De nada valeram os protestos da vizinhança e o abaixo-assinado entregue à CMP. Aquilo não se integrava na zona, mas a obra fez-se e lá está. Não tem absolutamente nada a ver com a Foz Velha onde se situa, bem perto da Cantareira. É tão indiferenciado que podia ter sido construído em qualquer sítio, por um qualquer desenhador.

Comprado em 1988, feito o projecto de loteamento, confrontado com a imbecilidade dos pareceres dos funcionários da CMP e a tacanhez dos do IPPAR, - Instituto Português do Património Arquitectónico - lá se obteve o alvará recorrendo ao deferimento tácito. Este, oportunisticamente, foi mais tarde abolido com o pretexto que permitia aos mafiosos comprar funcionários para porem os processos na gaveta até ao deferimento tácito. Realmente foi assim que se fizeram muitas maldades ao país, muitos crimes de lesa-pátria, mas a solução não era acabar com este procedimento justo e sim acabar com as máfias e os corruptos. E alterar as leis e regulamentos indecentes.

De seguida, mais deferimentos tácitos para as moradias que previ para vender e pagar a minha nova casa. Em 2 mil metros quadrados construí cinco moradias e uma garagem para um carro, ao passo que no prédio de gaveto, do Moutinho, com mil metros quadrados de terreno se fizeram onze apartamentos e o terreno foi totalmente ocupado em cave com a garagem. Na Foz Velha não havia apartamentos. O promotor desse prédio de apartamentos foi a firma

de engenheiros que tinha indicado para trabalhar comigo em Esmoriz, com os quais já tinha cortado relações pelo que fizeram nessa obra ao meu projecto e aos meus direitos autorais. Depois desse prédio construído, compraram a moradia que faz gaveto do outro lado da rua do meu loteamento, com o que ficaram proprietários dos edifícios de ambos os lados da entrada dessa rua. Destruíram a moradia e construíram outra, sem permitir que a rua do meu loteamento aproveitasse uns centímetros da espessura de 60 centímetros da parede dupla com grande caixa de ar da moradia antiga.

A rua do meu loteamento ficou entalada entre essas duas construções por eles promovidas. Três dos condóminos do edifício fizeram um processo contra a CMP por ela ter permitido a construção do meu loteamento e respectivas moradias, por lhes ter tapado as vistas. Só que não falaram nas vistas e usaram outros argumentos que o advogado julgou terem pés e cabeça. Perderam. Recorreram. Perderam. Recorreram. Perderam.

Os portugueses são considerados boa gente. Ó que engano! Ou será só a tacanhez provinciana do Porto?

Foi aí, na Rua Berta Alves de Sousa, resultado do loteamento e segunda rua que pus no mapa, que o meu amigo, ex-exilado em França, Fernando Echevarria aceitou a cedência, por um preço módico, do lote meeiro com o meu, para eu lhe fazer o projecto e acompanhar a construção da moradia que habita há mais de dez anos depois de vir de Paris. Esta tem, como é de esperar neste país de palhaços, mais uma história

para contar no que respeita à CMP e aos tribunais. Tratarei disso mais adiante. Quanto à construção e ao projecto, que considereei um dos meus melhores, antes da Flor Campino, mulher do Fernando e pintora de talento, ter dado cabo da fachada. Esta era em azulejo desenhado por mim, sobre o qual mandou pintar de camurça. Há a dizer que o interior é feito em tijolo que não foi revestido; as paredes, as lajes com vigotas, tudo caiado directamente. Aí tentei, pela primeira vez, que se fizesse ao longo das paredes uma calha embutida nos pavimentos, tapada com madeira amovível para instalar a tubagem de electricidade, antenas várias, e o mais que fosse possível e necessário.

Para não estragar as paredes, e poupar, não se fizeram roços para embutir os tubos por onde passam os cabos ou fios eléctricos - dos comandos e pontos de luz - que são fixos à parede e cobertos por tábuas de madeira de câmbala onde são colocados os candeeiros, os comandos e as tomadas. O empreiteiro, um «broeiro» (que foi preso por pagar ao pessoal com droga), não foi capaz, ou não quis e fez-se de sonso, não fez as galerias. Assim sendo, só nas paredes a que se sobrepõem os tubos com os fios eléctricos para tomadas e candeeiros estes foram tapados com peças de madeira onde se inseriram as tomadas e comandos, e fixaram os candeeiros. Fica bem. De seguida, na casa da Patrícia, na Beneditina, já foi possível fazer o sistema completo. Impecável.

Fiz ainda a casa da minha amiga Rosa, entre 1997 e 2003, que nada tem de diferente a assinalar a não ser o tempo entre o início do projecto e o fim da construção

devido, é claro, à CMP e demais empecilhos. Em 1998 uma surpreendente carta da Câmara de S. João da Madeira convidou-me para fazer um plano de pormenor. Tinha nessa altura colaboração do Victor Lopes e do Paulo Barros, ex-alunos na ESAP, e lá fizemos o trabalho sem o ter visto aprovado pelo presidente que queria que fizéssemos ruas largas na continuação das ruas estreitas existentes.

Os colaboradores saíram para o seu próprio *atelier* com mais três ex-alunos. Roda-Pé.

Em 2000 houve o projecto grande para o Sr. António Monteiro, em Gaia, de que tratei no meu livro «A remar contra a maré» e que foi mais uma prova da monstruosidade e da prepotência dos agentes «políticos» e «técnicos» das Câmaras.

Esse trabalho teve a colaboração, além do sempre presente Alfredo, dos meus ex-alunos na Árvore do Largo de S. Domingos, Ricardo Tolentino e João Pinto que, logo em 2002, tiveram de abandonar a sociedade por razões económicas óbvias.

Portanto, de princípios de 90 até 2004, nada de maior apareceu para projecto e construção. Houve uma aventura na Póvoa de Varzim de que provavelmente falarei e, a não ser moradias e mais moradias, que como se sabe não dão sustento, tive que me contentar com as obras de iniciativa própria.

Em 2002, com tanto tempo livre, desde 2002 que só vou ao *atelier* de tarde dois dias por semana, recomecei a pintar e tenho aqui ao meu lado uma tela de 30 x 40 cm, primeira e única experiência de reencontro com o óleo.

Passsei a pintar com acrílico, para não estar à espera que o óleo seque. .

Em 2004, apareceu-me um ex-aluno da Árvore com um terreno de mais de cinco hectares e meio, entre a Praça das Flores, já destruída, e o viaduto de ligação à Corujeira, de que falo no «A remar contra a maré»,pág. 291, e a que possivelmente voltarei mais adiante.

.

VIII A CLASSE

Os architectos são hoje tantos, ou mais, quantos os médicos, ou os advogados.

Os poucos, em percentagem, que têm trabalho, arranjam-no nas capelinhas, e, para manterem o filão, assaltaram a Ordem onde fecharam a porta aos interesses legítimos dos que, além deles, ainda se mantêm associados. Fazem-no para terem a declaração obrigatória que a Ordem passa semestralmente, declarando que o referido architecto está no pleno uso dos seus direitos. Isto é, pode exercer a profissão. Ora os que estão no desemprego são a grande maioria dos licenciados e mestrados. Só que a Ordem não lhes permite actuar no âmbito das suas necessidades profissionais, não lhes concedendo direitos e apoio (não passa a declaração) se não pagarem as quotas. Que não podem pagar porque estão no desemprego...

Deste modo, os problemas profissionais da maioria estão fora das acções da Ordem, gerida por arrivistas imorais, sem ética e solidariedade de classe, que favorecem os seus próprios interesses e os das firmas de architectos que empregam outros architectos, em condições de escravatura e desrespeito inaceitáveis.

O Governo não se importa e até favorece esta situação. Os que trabalham nos serviços não têm qualquer tipo de estatuto próprio que os impeça de ter, paralelamente, actividade «tipo» profissão liberal, aproveitando a clientela obtida no emprego. Passam assim a integrar a máquina corrupta do Estado.

A classe é mais um dos factores de degradação da saúde do país e da sua persistente perda de qualidade de vida. Para dar uma ideia de como a Ordem está, posso lembrar o que se passou numa Assembleia Geral a que fui empurrado pelos colegas sem trabalho, para apreciar e votar o Relatório e Contas de 2011 e o projectado para o ano seguinte. Apareceram verbas destinadas à construção da nova sede (tinha sido comprado um terreno e feito um concurso para o projecto) e perguntei quantos lugares para o estacionamento dos sócios (Assembleias, etc.) estavam previstos. Nenhum!

O PDM obrigava, mas que não obrigasse, é fundamental que um projecto preveja condições para que o edifício funcione. Para além de que, estando entre «arquitectos», seria impensável que o estacionamento não fizesse parte do programa de concurso. Isto esclarece por onde andam a vaguear as cabeças dos que lá estão e dos sócios que vão às assembleias. Nem antes, nem depois da resposta à minha pergunta, alguém se mostrou indignado. O que comprova que a Ordem está tomada pelas máfias.

Os «meus colegas arquitectos» na profissão liberal

Logo que cheguei ao Porto procurei os estudantes mais adiantados e alguns arquitectos para saber o estado da arte. No entanto, não consegui aproximar-me daqueles que estavam a fazer projectos e

construções com carteira de clientes e contactos com o meio da construção civil. É preciso dizer que nessa altura as grandes firmas estavam menos agressivas e tinham procedimentos mais curiais. O que interessa é que graças ao *Majestic* e ao *Paladio*, mais as visitas aos *ateliers* que ia fazendo, o que não era prática corrente, nem é, fui conhecendo os arquitectos que tinham algum trabalho, principalmente depois de ter começado a trabalhar nos *ateliers*, 1958.

Os gabinetes de arquitectura tinham as suas clientelas. Industriais fora da construção que construía prédios para investir, bem como a clientela do cidadão comum que quer construir a sua casa ou investir. Havia, no entanto, quem tivesse um filão; um desses era o dos emigrantes da Venezuela que chegaram a dar quase duzentos projectos por ano a essa fábrica (*Machado e Rodrigues*), que os fazia de Sexta para Segunda seguinte, adaptando os já feitos aos novos terrenos.

Além destes, havia os meninos do Auzelle, que ao chegar, dividiu a área do Plano em cinco ou seis zonas e as entregou, uma a uma, aos arquitectos do Gabinete de Urbanização da Câmara, passando cada um deles a informar os pedidos para a sua zona. Isto deu como resultado que houve quem se aproveitasse desta circunstância para arranjar farta clientela cá fora a fazer projectos para a sua zona. Assinados por outrem. Claro.

O caso que mais me revoltou foi o do Maia Nunes (MN), que se fartou de fazer projectos para a sua área, a zona rica da Foz, e de chumbar os dos colegas que para lá projectavam, para assim levar o requerente

a procurar os seus bons ofícios. O MN, pelo menos uma vez, considerou-se incapaz de fazer o projecto encomendado; este, fora da sua zona. Pediu ao Benjamim do Carmo que o fizesse. É o edifício alto na António Patrício a chegar a Campo Alegre, esquina com a rua da Venezuela.

Outro dos seus projectos foi construído na Praça Afonso V, esquina da Rua Afonso Baldaia, pegado com a moradia do Eng.º João Lemos Costa, que se sentiu prejudicado pelo edifício em construção e foi à obra perguntar como era possível fazer aquilo daquela maneira. «*Que voltasse quando lá fosse o arquitecto, para este lhe explicar*». Foi no dia indicado e deparou-se como o MN. Depois, quando foi vereador do urbanismo, não aproveitou saber disto para mudar as coisas de modo a que passassem a ser sérias.

Quando a CMP quis recompensar os arquitectos que lá trabalhavam com salários baixos, uma das obras que entregou foi a das Torres na Pasteleira, para a Caixa de Previdência, ao Carlos Carvalho Dias e Almeida D'Eça, que veio a ser chefe do gabinete de urbanização, e outro que não sei quem seja. Só que, para esconder o pecado, quem assinou o contrato foi o Losa que tinha muitos projectos no Porto e se pôs a jeito para ficar com a vida ainda mais facilitada na Câmara. Tinha sido funcionário e tinha já bom relacionamento lá dentro.

Mais tarde, o Jorge Rodrigues resolveu assinar um dos seus projectos e foi chamado para «emendar» a coisa, ao que respondeu que se todos projectavam e era sabido, sem que tivesse havido consequências, não

havia razão para esconder. Mandaram-no entregar outro termo de responsabilidade e, portanto desenhos e textos sem a sua assinatura. Ficou tudo na mesma.

Quando cheguei à profissão liberal, tive logo que afrontar as violências dos serviços da Câmara e dos seus funcionários para com o recém-chegado que iria entrar no mercado do trabalho.

Lembremos o caso dos 23 «não satisfaz» ao meu segundo projecto, sem que tivessem sido indicadas as razões que decidiram a decisão. Logo a seguir, um colega lá de dentro mais «simpático» (ou estava à pesca?), informou-me que havia architectos que tinham por hábito ir pedir aos colegas das Câmaras que lhes dissessem o que podiam e como fazer. Alguns chegavam à Câmara e entregavam um rolinho de desenhos ao colega escolhido, por ser o da área em que estava o terreno, para que desse uma ideia do que fazer e, claro!, lhe dissesse quanto tinha de pagar pelas horas gastas em casa a fazer esse trabalho.

Uma vez, tive que ajudar um amigo a comprar um terreno e num dos possíveis, topei com um cliente do Prata. Telefonei ao Prata a perguntar se ele tinha alguma coisa feita ou se podia estudar o assunto, ele disse que não tinha nada feito, daí eu ter perguntado o que as leis e regulamentos permitiam que se fizesse, ao que ele me respondeu que ainda não tinha ido à CMP perguntar o que era possível construir. Agradei e desliguei. O que um architecto livre e independente tinha a fazer, era estudar as leis e regulamentos e decidir como pegar no projecto Esta situação mostra que os architectos na profissão liberal não são livres,

porque não querem estudar as leis e confrontar os mafiosos das Câmaras quando estes se valem de interpretações absurdas para propor indeferimentos. Como consequência, ficam na necessidade de ir perguntar aos das câmaras e serviços o que e como fazer o seu projecto.

É uma outra forma de prostituição e representa uma falta enorme de carácter e de hombridade, assim como mostra que esses que assim praticam a profissão, não têm a menor vocação e respeito próprio. É o que se conclui ao ver as suas produções, que repetem os mesmos modelos, com desenho de moda para as fachadas (entre architectos, diz-se *alçados*), conforme os materiais em voga e os preconceitos estéticos do momento.

Se houvesse na classe quem se interessasse pela profissão, para além de fazer dela o ganha-pão comercial ou industrial, o que se veria no país seriam formas de fazer, por exemplo, habitação colectiva, diferentes do famigerado bloco de rés-do-chão e x andares.

Os mesmos que assim agem, são os que fazem os planos e os regulamentos e são conselheiros dos juizes, dos políticos e dos advogados que fazem as leis, o que dá como resultado que quer os planos, quer as leis, estrangulam a criatividade dos architectos. Estes não têm coragem ou condições (nesse caso mudam de actividade profissional) para se revoltar e lutar pelos seus direitos como criadores de cultura.

O país fica neste mísero estado de repetição até à náusea de caixotes mais assim do que assado, e de

urbanizações que nem sequer permitem a utilização pública dos espaços livres que ficam ao abandono por falta de cuidados das Câmaras.

Quanto a casos com colegas na profissão liberal, basta deixar aqui o que aconteceu com os meus primeiros projectos para a Fundação de Serralves. Fui abordado pela pessoa responsável pelo Parque para adaptar uns estúbulos para local de actividades das crianças, fossem elas de escolas, ou as que visitam durante as festas anuais.

Nessa altura, já o Álvaro Siza estava a começar com os trabalhos para destruir a horta e plantar lá o Museu. Soube disso e declarou que ou fazia tudo ou não fazia nada! Eram umas merdinhas de cacaracá que não chegariam a 100m²; só que se sentiu ameaçado por ser eu o outro. Durante estes quase 50 anos de vida profissional não foi a única vez que me prejudicou. De outra vez, quando o Armando Alves quis fazer uma exposição de trabalhos meus e dele recusou e obrigou a que se fizesse uma exposição sua e dos seus apóstolos onde eu podia aparecer lá pelo meio. Para não dar nas vistas. Como colega, é mesmo miserável. Quanto a mim, como arquitecto e cidadão deixa muito a desejar. Que o digam as muitas pessoas que com ele contactaram e ficaram mal impressionadas.

Quando vim para o Porto no *Majé* dizia-se uma frase lapidar: «os *arquitectos* são *pior que putas*».

Claro que, com a entrada dos partidos, tem sido mais fácil ser puta porque, continuando a tirar os trabalhos aos outros quando podem, se apoiam nos partidos, na Opus Dei, na Maçonaria e no meio homossexual

para arranjar clientela bastante. A explicação para, nos edifícios projectados por «arquitectos», não ter existido enquanto foi obrigatório uma placa indicativa da autoria do projecto de arquitectura, deve-se a não lhes convir que se saiba que têm contactos com as firmas, entidades ou pessoas que estão na origem da encomenda do trabalho. Há muitos negócios/gabinetes de arquitectura em que o dono, que dá o nome, não faz os projectos: limita-se a administrar a firma. Assim como há os que são filhos, ou família de empreiteiros, que foram para arquitectos porque tinham (julgavam que tinham) emprego garantido.

No geral, os que trabalham para o negócio não têm o mínimo de preocupações éticas, sociais, culturais ou interesse em tratar bem o património, seja ele edificado, ou natural. São negociantes que angariam encomendas. Contratam a preços imorais os desgraçados que aceitam esses valores, e põem-nos a fazer os projectos. Isto quando não é um desenhador, ou gráfico, que é encarregado do trabalho. As revistas servem de alimento para esses processos de licenciamento.

Penso que as encomendas não são de projecto nem de obra, mas de licenciamento, porque o que os investidores e os demais que os encomendam pretendem é a licença. Daí para a frente, há o conflito entre o dono da obra e o arquitecto que queira manter o que criou e que diz que a obra é sua. Dois proprietários: um do bem material, o outro do bem imaterial/cultural. Quer se queira, quer não, quem ganha é o dono da obra que pode despedir o arquitecto

que não tem protecção conveniente no código dos direitos de autor.

Acontece, também, que há os outros «arquitectos» que vivem de fazer processos de licenciamento e telas finais, que são as alterações feitas na obra (sobretudo pelo dono durante a construção), ao projecto aprovado, para a obtenção da licença de utilização. Além desses, há uns quantos, poucos, que arranjam clientela que gosta do que eles fazem e da sua seriedade profissional, e que se vão aguentando sem «fechar a tasca». Enquanto a encomenda dura e os «ajustes directos» permitidos por lei se mantiverem.

Veja-se na rede – www.base.gov.pt, - no menu dos «ajustes directos», o que a APDL, a Parque Escolar e as Câmaras que lá aparecerem têm atribuído. Basta ir pondo os nomes dos arquitectos para ver como cheira mal.

Não esquecer os milhares de licenciados em arquitectura que não trabalham na profissão, porque não têm estômago para o que deles é exigido. São professores, *designers*, ilustradores e até mesmo caixas de super ou hipermercados. Encontrei uma, no outro dia, na *Leroy Merlin*. Não sei onde mais vão eles buscar o sustento, sendo certo que haverá muitas outras actividades em que estão pessoas que entraram para as escolas para exercer outra profissão. E não só esta.

Quanto à concorrência desleal, refiro o caso de um processo de licenciamento que estava aprovado e para o qual era necessário arranjar construtor. No final do concurso de empreitada, depois do projecto de execução feito, esbarramos com uma empresa de construção que tinha um engenheiro que eu tinha conhecido quando

estive em contacto com uma Fundação que queria fazer um concurso que acabou por não fazer.

Como a Fundação era confiável, pensei que o Eng.º também o seria e não perguntei porque ele tinha saído do emprego anterior. A firma e o Eng.º revelaram-se uns vigaristas e envolveram o dono da obra em sarilhos, um dos quais foi o de terem arranjado maneira de ele me ter afastado do processo ficando assim sem protecção contra as manobras do empreiteiro. Seguiu-se a transferência do processo da construção para as mãos do empreiteiro que... tem uma filha arquitecta, a quem mandou fazer outro projecto. Esta, sem me contactar, alterou o meu projecto, fez um outro e apresentou à CMP que aceitou. As leis permitem que assim seja. Queixei-me da colega à Ordem e estou há mais de cinco anos à espera da decisão final. A Ordem não tem que perder tempo; basta seguir os regulamentos e castigar a prevaricadora.

Há tempos, encontrei um colega muito mais novo, que me disse ter estado a falar de mim, não pelas melhores razões, porque se tratou do caso que estou a referir. Ele acha que eu fui um chato ou um estupor. Veja-se com andam as novas gerações. Já não têm uma ideia, por mais ténue que seja, sobre a moral profissional/ deontologia, etc. Este colega é simpático, de boas maneiras e não parece mafioso; só que assim como pensa que eu não devia ter incomodado a colega, acha que a firma dele pode fazer arranjos de comissões com os fornecedores. Não entende que seja errado. Disse-lhe que, dessa forma, estava a ter outra via para receber dinheiro que não os honorários contratados,

que devem ser o único pagamento pelo trabalho que é feito. Acresce que contribui para aumentar ao custo da obra o que é faltar à confiança do cliente a quem deve proteger dos abusos dos empreiteiros. Se recebe do empreiteiro ou fornecedor, não vai manter a isenção e a independência. Os putos estão feitos assim pelos cursos que frequentam e pela cultura pós-moderna.

•

IX
AS CÂMARAS MUNICIPAIS/
OS POLÍTICOS/OS «TÉCNICOS»

O Presidente de Câmara, a de S. João da Madeira, foi reeleito depois de passar uns tempos na cadeia por fraude nos negócios de construção civil em que estava metido como empreiteiro. Muitas vezes não podia estar nas reuniões porque tinha de ir a um funeral, o que era frequente já que ia a todos os funerais do concelho para o que estava sempre com gravata preta.

Quando apresentámos o projecto do Plano de Pormenor, ele entendeu que uma rua que tinha sido prevista por nós devia ser mais larga. Disse-lhe, nesse dia não houve funeral, que se a rua ia continuar por uma outra muito estreita, não fazia sentido alargá-la, gastando mais dinheiro sem conseguir maior fluidez de trânsito. Insistiu e às tantas, como não me demovia, disse que tinha muito trabalho para me dar se aceitasse a «sugestão». *«Ó Sr. Presidente, não se está aqui a fazer negócio; se o Sr. acha que me deve contratar por fazer bem o meu trabalho está tudo bem...»* O projecto foi para a gaveta e não houve mais trabalho.

Claro que, como tenho pretensões a artista, tive de lidar com a iliteracia, a falta de cultura e de horizontes, a estupidez inata de todos aqueles que integraram as Câmaras e demais serviços com os quais tive de me entender e confrontar.

Quanto aos políticos, o facto de ainda não ter havido um partido que os forme nas áreas em que, uma vez em funções, têm de intervir (já que nunca

têm condições, formação e qualidades para tal), diz por si só o que tem sido a acção dos mesmos no que ao ambiente, urbanismo e arquitectura diz respeito.

De nada tem servido que se coloquem arquitectos nas estruturas políticas do poder local, ou sequer do governo, pois nenhum deu até hoje qualquer contributo para evitar que o negócio comande a destruição que se tem feito por todo o país.

Quanto aos funcionários das autarquias e outros serviços, no posto de arquitecto há que reconhecer que o que por aí está implantado é o negócio e a corrupção. Há casais de arquitectos que trabalham em Câmaras vizinhas e que assinam para a Câmara do lado, os projectos do «cônjuge», seja ele de facto marido ou mulher, ou simplesmente cúmplice. Há quem tenha a mulher ou o marido, ou cúmplice, fora da Câmara a fazer os projectos que encaminha para essa pessoa, ou, simplesmente, que são entregues a essa pessoa porque se sabe da ligação. Conheci muitos casais desses.

Um deles, é o caso de um ex-aluno a quem dei dez para que ele seguisse no curso por me parecer que podia ser sério na profissão. Chegou a estar uns meses no meu *atelier* para se «upgradar» e foi para a câmara de Viana do Castelo, onde acasalou com um Venceslau que lhe assina os projectos. Chumbou os meus que lhe passaram pelas mãos, segundo se diz, porque gosta de chumbar os projectos dos seus ex-professores.

Há autarcas arquitectos que fazem projectos para as firmas que têm processos para aprovar no seu município, só que para municípios diferentes daquele em que

eles estão. É o caso do G. Fernandes, que encharcou Matosinhos com «urbanizações» e construções logo ali do outro lado dos limites do concelho do Porto.

O Rui Martins, vereador do urbanismo e construção da C.M. de Viana do Castelo, era autor de projectos que apareciam nas reuniões da Câmara onde eram votados e aprovados porque ele saía da sala quando eles apareciam na reunião camarária para serem apreciados. Trabalhava de manhã, no escritório; de tarde, na Câmara. Fiz uma queixa ao Procurador da República junto do TACP que me respondeu que se ele saía da sala, estava tudo bem! Claro que o facto de os serviços sob a sua responsabilidade não estarem à vontade para dar os seus pareceres e, eventualmente proporem o indeferimento do projecto do chefe, não mostra que havia ali conflito de interesses...

Esta situação leva-me a falar na relação dos políticos com os arquitectos, que para eles, e não para os concelhos, cidades ou regiões, trabalham.

De uma maneira geral, não tem havido políticos que saibam o que estão a fazer de mal, julgo, mas se sabem, são criminosos. Daí que usam os arquitectos para terem suporte para as suas decisões, já tomadas, antes de os arquitectos informarem os processos. O caso de Vila do Conde, com o Vereador Alfredo Maia (AM), do PS, é exemplar. Foi-me pedido para fazer um projecto numa área muito boa, cerca de meio hectare, na frente do mar. Antes de começar com o projecto, sabendo como são as autarquias e os seus arquitectos, agarrei no cliente e fui com ele à câmara para saber quais os planos aprovados que condicionavam a sua

ocupação. Também me interessava apalpar o sentir dos serviços e, se possível, do vereador quanto ao terreno para contornar as dificuldades esperadas.

Estávamos há menos de dez minutos a falar com os responsáveis técnicos da Câmara e aparece o AM. Fiquei contente por ter ali o Vereador do Urbanismo e poder sair dali com uma resposta que me permitisse fazer o projecto descansado. Não havia nenhuma condicionante legal para o terreno e não me foi mostrado nenhum plano ou projecto que condicionasse a sua utilização. O AM disse que eu podia fazer o que quisesse desde que não fizesse uma torre de 10 ou 15 andares. Estiquei a mão para que ele a apertasse. Ele demorou um bocadinho, mas apertou.

Sabia que dentro de meses iria ser introduzido um programa Polis que iria ter poder para retirar o terreno, se apetecido, para fins do interesse do AM. Por isso, disse ao proprietário que ia fazer o estudo prévio, E.P., de modo a ele entrar na Câmara antes da efectivação do Polis. Ele não foi sensível e tendo o E.P. na mão, não o entregou a tempo de modo que, quando entregamos o processo, ele foi chumbado com um pretexto que não assentava em nenhuma irregularidade ou ofensa de lei ou regulamento. Achei que o projecto era rebarbativo demais para aquelas cabeças e reformulei-o, perdendo qualidade, de modo a ser mais legível por eles. Novo chumbo, desta vez com o pretexto de haver na Câmara um desenho, que não me tinha sido mostrado antes, que não tinha sido respeitado. Não foi invocado qualquer suporte legal para recusa. Só que, afinal de contas, o AM não

queria que o meu cliente construísse ali com projecto meu. «*Se fosse de um arquitecto da terra...*» Vim a saber disso por telefonema de um desses «técnicos» que me sondou para uma parceria que não recusei, mas o homem não chegou a aparecer para conversar sobre o assunto. Mais tarde, um advogado da Póvoa, que conhecia o caso, confirmou.

O AM era o chefe da Polis e fui falar com ele para perceber o que se passava e tentar desbloquear o processo. Disse que o terreno era apetecível e que ele achava que a Câmara devia utilizá-lo para já não me lembro o quê; que o meu projecto ia promover a instalação de prostituição no local, visto ter grandes áreas livres cobertas em rés-do-chão.

Dei-lhe os parabéns, pois ele tinha-me ensinado como o PS entendia a municipalização dos solos e o respeito pelas leis. Até hoje, dez anos passados, nada foi lá feito. Não é bem verdade. Demoliram uma chaminé de tijolo que lá existia e que o meu projecto conservava.

Tempos depois, recebi um telefonema de um colega funcionário da C.M. de Vila do Conde que me pediu que não dissesse a ninguém, mas tinha-lhe sido entregue pelo AM o meu projecto para que desse um parecer que permitisse o chumbo. Textualmente: «*Tome lá isto, que é para chumbar!*» Mais uns tempos passados, voltou a telefonar-me queixando-se de eu ter posto a boca no trombone o que é falso, pois não tinha dito nada a ninguém e, julgo que depois disso e até hoje, não disse, nem escrevi sobre o assunto. Trapaças e abusos dos políticos e seus acólitos

houve muitos durante a minha carreira. Além dos já referidos, temos:

- Poças Martins, acolitado pelo Eng.º João Mota e Silva e *sus muchachos*, isto é, os seus capangas arquitectos, no processo que está amplamente documentado no «A remar contra a maré». Só não disse nesse livro que, na altura, o Manel Correia Fernandes era consultor do Poças e que as queixas que fiz dos arquitectos que me boicotaram o projecto levaram a que estes fizessem uma queixa contra mim na Ordem; esta, castigou-me por escrito, por falta de respeito para com... os colegas...

As minhas queixas não deram resultado. Lembro a reunião que o meu cliente, a quem acompanhei, teve com o Poças Martins e na qual o cliente ligou para um dos eventuais compradores do terreno. que lhe tinha apresentado duas minutas de declarações a serem por mim assinadas para me pôr fora do processo. O telefonema foi feito com o altifalante aberto para se ouvir o outro lado. Com habilidade, o cliente levou o interlocutor a confirmar que os documentos eram oriundos da Câmara de Gaia, não indicando nomes. Queria com esta prova conseguir que o Vereador revisse a posição dos serviços e desse luz verde para aprovação do projecto. Nada feito!!!

Acabei por ser ameaçado pelo Poças de me fazer um processo no tribunal por estar a dizer que os serviços não são idóneos e sérios e que ele, mantendo-se sem actuar, era cúmplice. Claro que lhe lembrei o meu currículo em tribunais e que sim, que ele viesse para cima de mim que não tenho/tinha medo. Não fez processo.

- O processo que o Fernando Reis, presidente da C.M. de Barcelos fez contra mim, com o apoio do Manel Teles, meu sócio no projecto, aquando da remodelação do edifício do antigo Hospital para instalar a Câmara. Também está documentado no «A remar contra a maré». No fim do processo judicial, ganhei mais uma vez e ficou provada a trapaça. Teve algum efeito esta demonstração de cidadania/tesura da minha parte? Não. Nem a Procuradoria, nem qualquer outra instância, fez o que devia: uma sindicância às contas e procedimentos.

Falta referir as relações institucionais dos políticos e dos «técnicos». Estes estão debaixo da pata do político, pelo que não querem perder o emprego, ou ir para a prateleira, submetem-se, fazendo o que lhe mandam, ou aquilo que julgam ser o que ele quer. Sendo assim, os serviços estão preenchidos por pessoas que não são técnicos pois os seus pareceres não são feitos como tal, mas como funcionários que devem obediência aos chefes, que os dominam, e aos políticos, que controlam toda a máquina do estado e autarquias. Isto não é democracia, ou, se é, a democracia não presta. O político, por seu lado opta por duas situações:

- Quando tem um parecer do técnico que suporta o que ele quer fazer diz-se incompetente na matéria e que o técnico tem conhecimentos que ele não tem pelo que não pode fazer outra coisa senão despachar de acordo com o parecer;

- Ou não leva em consideração o parecer, se este não lhe convém. Assume assim o poder discricionário que a lei confere às autarquias.

A Ordem dos Arquitectos sabe deste estado de coisas e nada faz. O arquitecto que seja isento e não ceda vai para a prateleira, ou para a rua. Portanto, não interfere nas vigarices e nos crimes. Os outros, para ganhar a vidinha, prostituem-se. Fazem o que lhes mandam, ou julgam ser o interesse do «patrão». Os serviços criados pelas Câmaras permitem óptimas oportunidades para as manobras mafiosas. Veja-se o caso de um dos chefes de gabinete do Rui Rio, o Rui Quelhas, que sendo administrador executivo da SRU, comprou, com o amigo de negócios Adérito Oliveira, um prédio no gaveto da rua dos Mercadores com a rua Clube Fluvial Portuense, à saída do Túnel da Ribeira. Veja-se o blogue «*A Baixa do Porto*». Fê-lo, negociando com a F.D.Z.H.P. (Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica Porto), cuja administradora, Ana Teixeira, ex-tesoureira CMP, é muito sua amiga. O edifício está localizado num Quarteirão Estratégico, ou seja, sobre a alçada da própria SRU (Sociedade de Reabilitação Urbana).

Isto não tem provocado a reacção de quem quer que seja para além dos combatentes da «*SSRU (Serviços Secretos de Reabilitação Urbana)*»; o que não surpreende, sabendo-se o que se sabe. Por cima disto, há que dizer que está a realizar as obras sem qualquer licença e apropriando-se do edifício lateral (esq.) cujo único dono faleceu sem deixar herdeiros. Quem será o arquitecto do Quelhas? É um tipo de imoralidade que revolta, pois os técnicos da Porto Vivo são capazes de obrigar um desgraçado de um proprietário, com um prédio cheio de inquilinos, a contratar um arquitecto

para licenciar a reparação de um telhado e nada fazem em situações bem piores, que envolvem amigos e eles próprios. É a máfia, é a máfia.

•

X OS CLIENTES

Nota prévia: cliente aqui é quem me contacta e encomenda trabalho seja particular ou entidade. É com quem dialogo ao longo do processo.

Um dos clientes com quem gostei de trabalhar foi o grupo que construiu o condomínio no talhão O (ó) da Pasteleira, liderado pela D. Laura Aroso. Era um grupo constituído por médicos, que tiveram sempre bom trato comigo, individualmente e em grupo, e de quem tenho muitas saudades.

A minha relação com o cliente não pode ser formal, nem fria. Tenho que ter empatia e confiança suficientes para poder saber o que o dono da obra pretende, para que fim, como pensa que o edifício deve funcionar e em que condições. O montante que pretendem, ou podem?, investir (nunca dizem, querem sempre ao menor custo), e quais as imagens que tem na cabeça para o que pretende mandar construir.

É óbvio que as imagens do cliente nunca têm o que quer que seja a ver com aquilo que o arquitecto pode fazer. Por duas razões muito simples:

A primeira: ao arquitecto cumpre continuar nas suas buscas espaciais, formais e técnicas na continuidade do seu percurso como criador. Por seu lado o cliente tem umas ideias do que viu e ouviu que lhe foram impingidas pelo meio em que vive e pela cultura que tem. Têm pontos de partida diferentes para o caminho que devem empreender juntos;

A segunda: os gostos do cliente e a busca criativa e informação técnica do arquitecto quase sempre colidem e estão fundamentados em razões diferentes. Uma, a do arquitecto, profunda, e a outra, a do cliente, superficial e mudando conforme os ventos da moda ou das opiniões que ouve.

Daí que haja clientes brutamontes que entram na obra e mandam demolir e fazer diferente sem dar cavaco ao criador. Outros há que já levam revistas no primeiro ou segundo encontro.

Já fui convidado a ir resolver problemas decorrentes de alterações feitas pelo dono da obra que não previu as consequências das ordens dadas na obra sem meu conhecimento. A minha reacção foi sempre a de que se sabe alterar, também sabe resolver as consequências da alteração e portanto não precisa de mim; continue com a obra, que eu não estou interessado em trabalhar com este modelo de funcionamento.

O cliente é sempre influenciado pela família, amigos, ou aqueles que considera «saberem do assunto»; também pelo empreiteiro que, se o arquitecto não se deixa comprar, vai fazer tudo para o desacreditar aos olhos do dono da obra para poder roubar à vontade.

Tive um cliente que mandou para a obra o processo de licenciamento depois de lhe ter chegado às mãos o projecto de execução, que estive a fazer enquanto o processo de licenciamento não chegava ao fim, durante muitos meses. Esse mesmo, que era uma firma de construção a quem o meu cliente inicial tinha vendido o terreno em troca de andares,

fez com que o engenheiro da empresa apresentasse aditamentos à Câmara sem o meu conhecimento e a minha autorização, dando a ideia que o trabalho continuava a ser da minha autoria.

A construtora não precisava de mim, tentava não pagar os honorários em falta e fazer as alterações ao projecto que lhe convinham. O projecto tinha sido feito para um advogado e não correspondia por inteiro ao que interessava à firma construtora. Reclamei na Câmara e no Ministério Público e não deu em nada! Tudo bem, os poderes públicos acham que sim.

Para receber tive algumas vezes de ir para tribunal, tanto com Câmaras como com particulares. Esta foi uma delas.

A antiga *Mutual* está, ainda (2014) sem licença de utilização ao fim de mais de 30 anos. Fui chamado para tratar do assunto, só que as novas companhias que foram estando no edifício, deixaram passar os prazos após a aprovação do meu projecto. Isto, há mais de dez anos. Entretanto, as leis foram muito alteradas e quando me voltaram a chamar para repegar no trabalho, já os previsíveis orçamentos para as obras que seriam necessárias para pôr o edifício dentro do que a lei exige eram tão altos, que a *Axa*, actual proprietária, recusou o nosso trabalho, o meu e do GOP, responsável pelas especialidades, entregando tarefa a uma firma de Lisboa que é associada de uma imobiliária.

Aquando da entrega do processo de arquitectura na Câmara, cujo desenvolvimento acompanhei para garantir que a obra não era assassinada, houve mais

um *quid pro quo*. Resolvi, nessa altura, pedir que me fossem pagos uns honorários de há anos com a correspondente correcção de escudos para euros e a respectiva actualização. Mandaram um correio eletrónico, dizendo que além do que pedia, da ordem dos dez mil euros, me dariam mais uns 50% se eu assinasse uma declaração abdicando dos meus direitos sobre a obra. Só respondi que tinham a obrigação de me conhecer, não me comprem. Nunca mais falaram em acertar contas e nunca mais tivemos contactos.

Tem havido tantos clientes que alteram as obras durante, e depois da construção, que julgo que não tenho nenhuma obra que esteja rigorosamente como a projectei. No trabalho de Esmoriz, o cliente aproveitou as minhas férias para fazer uma sociedade com os engenheiros que eram os autores das especialidades do meu projecto, para fazerem a obra por administração directa. Depois, trataram em conjunto de fazer tudo para que eu abandonasse a obra: as visitas ao local não serviam absolutamente para nada, já que ninguém comparecia às reuniões, nem levava em conta as minhas indicações dadas ao empreiteiro e escritas no livro de obra. Desisti e fui para tribunal para tentar receber os milhares de contos que me ficaram a dever. A obra ficou muito maltratada e deformada, havendo bocados que parecem ter sido redesenhados pelo advogado, administrador, embora tenham sido por um ex-aluno que não contactou comigo como é o dever de qualquer arquitecto que seja chamado para substituir outro. O que só poderá fazer, se o substituído não tiver honorários por satisfazer.

Claro que houve clientes que tiveram comigo uma relação boa ou excelente; mesmo entre aqueles que estiveram trinta anos sem fazer obras de conservação e me chamaram para fazer a conservação e restauro dos edifícios. É o caso da D. Sissi Montenegro e do condomínio dos Arcos de Valdevez, cujas obras foram feitas na mesma altura, tanto no início, como trinta anos passados.

O Dr. Afonso Fernando, que me procurou por sugestão do Dr. Orlando Juncal, com quem estava na tertúlia de advogado da *Brasileira*, foi outro bom e simpático cliente para quem fiz a moradia logo no início da carreira e que me pediu para fazer o projecto do edifício em frente à sua casa na Póvoa do Varzim.

Anos mais tarde, indicou-me para ser consultado pelo cliente de Vila do Conde que deu a história com o Alfredo Maia que já contei.

A D. Laura Aroso ficou ainda mais amiga que os clientes que ficaram amigos, dado o seu perfil psicológico e moral; tenho muitas saudades dela.

•

XI A ORDEM

Quando cheguei à profissão, havia o Sindicato que passou a Associação e finalmente, com a mania das grandezas, a Ordem (OA). Esta, por estranho que pareça a quem é sério e sabe como estas coisas devem ser feitas, representa todos os arquitectos do país que nela são obrigados a inscrever-se, para praticar a profissão com todos os direitos e obrigações inerentes. Portanto, estão lado a lado o patrão e o empregado.

Este facto não deu ainda aos sucessivos mandantes na Ordem um lampejo de lucidez que lhes permita arranjar maneira, se é que se pode arranjar, de resolver os conflitos decorrentes de, dentro dela haver grupos de profissionais com interesses diferentes e, por vezes, antagónicos; salários, férias, direitos dos empregados, *etc.* dos empregados e a ganância do lucro do patrão.

A lei obriga a que todos os arquitectos que queiram exercer se inscrevam na Ordem. Como solução nazi para este conflito, a OA adoptou um regulamento que deturpa a lei que existia e que, parece, foi já alterada pelo Governo abrangendo todas as Ordens, para ficar de acordo com a prática existente. Esta, consiste em impedir que aqueles sócios que não paguem quotas, exerçam a profissão, participem activamente e votem nas assembleias. Assim, cala e domina a maioria dos arquitectos, que corresponde àqueles que não tendo trabalho não podem pagar as quotas, mais caras que as de outras ordens profissionais. Acontece que o cidadão que esteja em dívida para com o estado não

é inibido de exercer os seus direitos. Pode não pagar impostos, mas pode votar. Decretar que quem não pode pagar quotas seja impedido de exercer os seus direitos de associado, incluindo o livre exercício da profissão, é criar um círculo vicioso: quem não tem dinheiro, não pode exercer para assim ter capacidade económica para pagar quotas. São criminosos.

Vê-se nesta manobra uma acção dos ricos, contra os menos ricos e os pobres, característica da globalização. A Ordem está, portanto, nas mãos dos que têm gabinetes e dão emprego aos outros. Sejam arquitectos ou arquitectos/desenhadores. Esta posição é complementada pelos exames de admissão que são suspeitos de criar dificuldades aos candidatos, não ao nível da competência para exercer, mas para limitar as inscrições (mesmo assim já são mais de vinte mil).

Claro que ser das estruturas «da Ordem» tem muitas vantagens para cada um. Permite contactos com o poder político e económico e com todos os que se dirigem a ela a pedir apoio, seja ele para concursos, ou para escolher arquitecto.

Como os dirigentes e os funcionários, ou colaboradores, técnicos da OA não querem ter conflitos com o poder, sujeitam-se e não actuam de acordo com o Estatuto que obriga a agir para tomar posição pública nos assuntos que dizem respeito às práticas das Câmaras e dos serviços, dos ministérios, do Governo e da sociedade em geral; assim como dos arquitectos cuja prática devia dar azo a processo disciplinar.

A Ordem é uma associação de interesse público e serve para defender os direitos dos cidadãos e impedir a degradação do meio ambiente, seja ele natural, ou edificado. O caso da adjudicação/cambalacho de uma dezena, ou mais, de escolas a um único gabinete de arquitectura, num total de dezena e meia, não foi suficiente para a Ordem interpelar o governo, a Parque Escolar e o arquitecto.

As discussões públicas de Planos e as consultas não tiveram, nunca, a participação pública da Ordem. As decisões das Câmaras e do poder político que ofendem o património e os direitos dos arquitectos, não deram azo a que a Ordem se tenha manifestado publicamente. Chegou-se ao despudor e irresponsabilidade de a Presidente da Direcção da Ordem, no Porto, ter concorrido ao concurso para o projecto do Museu do Carro Eléctrico. Este foi organizado pela Ordem que teve um representante no júri. Quer dizer, a Ordem é um serviço de apoio aos arquitectos que mamam nas teta do poder e das firmas, e nas dos que encomendam projectos.

•

XII AS LEIS, OS TRIBUNAIS E OS ADVOGADOS

As leis

Como já demonstrei à saciedade em escritos anteriores, as leis que condicionam o trabalho do arquitecto dão uma clara ideia da incompetência dos governos e das várias gestões da Ordem pós-1974. Nada permite admitir que as centenas de leis e regulamentos que estão à disposição das Câmaras e demais organismos públicos, para indeferirem um projecto de arquitectura, tenham razão de ser e legitimidade para acorrentar inquisitorialmente o poder criativo do arquitecto.

A maior parte é estúpida e inconsequente. Vejamos: porque é que as áreas dos quartos são obrigatórias se não se diz quantas pessoas lá podem viver? Porque é que certas funções têm de ter um pé direito mínimo de 2,40m mesmo quando se debruçam sobre o andar inferior, em *duplex* como o Corbu fez no bloco de Marselha, 1950, quando o volume de ar disponível pode duplicar ou triplicar?

São tanto mais estúpidas quanto não havendo possibilidade de fiscalizar se torna impossível que as intenções do legislador tenham o efeito prático porventura desejado. E, no segundo caso, se o que se pretende é que o volume do compartimento seja suficiente, é óbvio que ter contacto directo com espaço com maior pé-direito aumenta o volume. Quer

o espaço de menor pé-direito esteja no nível inferior, quer em cima, balcão, o benefício do aumento de volume trazido pela outra parte do espaço é óbvio e contribui indiscutivelmente para a boa qualidade desse local.

Os restaurantes por lei, devem ter três metros do chão ao tecto (pé-direito). Imagine-se um projecto para um que tenha de pé-direito seis metros e num recanto da sala, correspondente a 20 por cento da sua área, o pé-direito de dois metros e setenta sem qualquer separação entre ambos os espaços. A lei não permite. O processo de licenciamento será indeferido porque um restaurante tem de ter o pé-direito mínimo de três metros. É uma estupidez, tanto mais que a lei admite, em prédios antigos, que os restaurantes tenham pé-direito menor que os três metros regulamentares.

Não havendo hipótese de fiscalização durante a utilização dos espaços não faz sentido ter leis tão apertadas porque, depois da fiscalização para emissão do alvará de utilização, quem explora o restaurante, ou seja o que for, pode fazer as alterações que lhe apetecer sem ser incomodado. No caso referido do restaurante, bastava, seguir a prática ensinada pelos próprios serviços. Isto é arranjar uma designação para esse espaço de menor pé-direito para a qual a lei admita pé-direito de 2,70 m ou mesmo menos. Portanto escrevendo na legenda uma designação que implique que o espaço não é para colocar mesas mas para uma outra função, permitida, armazenamento de louça, talheres e bebidas, p. ex., já o processo é aprovado.

O legislador faz as leis sem ter a menor ideia de como elas vão condicionar o trabalho do arquitecto e de como os serviços as vão aplicar. Além disso, acontece que o legislador não é arquitecto e terá de se socorrer da ajuda de alguém. Quem garante que não vai pedir ajuda a um engenheiro, ou outro curioso? Quem garante que um arquitecto consultado tem condições e capacidade para ajudar? Quem garante que o legislador que pediu ajuda, percebe o que ela lhe traz, e percebe quando não é correcta e inconveniente? Este é o grande senão das leis e dos tribunais a quem se aplica por inteiro.

Portanto, prescindindo de minudências e pormenores, fiquemos por aqui: as leis são estúpidas/ ineptas e não servem senão como instrumentos para os corruptos serem o que são. Tanto mais que estão mal escritas, têm várias interpretações e são «aplicadas» por «técnicos» que não sabem português, não escrevem, nem leem correctamente. Mesmo quando querem fazer o seu trabalho com competência, o que não é frequente.

Isto de os funcionários e também os políticos, terem poder, sem saber ler nem escrever, para dar pareceres, informações ou despachos em minutos sobre o trabalho do arquitecto que levou meses a ser feito, tem uma facilíssima solução. Basta que a lei responsabilize o arquitecto pelo cumprimento das condicionantes legais do seu trabalho dando-lhe a possibilidade de, em sede adequada, defender as infracções, desrespeitos ou a não consideração das regras jurídicas. Ao mesmo tempo que mantém o

poder das Câmaras da fiscalização que lhes caberá depois da emissão da licença, durante a construção ou no final desta na altura da licença de utilização.

Os diferendos devem ser resolvidos em tribunal, com a participação obrigatória de arquitectos independentes, como peritos, para o que terão de ter a formação e seriedade exigidas. Os juízes devem poder conferenciar com os arquitectos, incluindo os autores dos projectos, e com os peritos, antes do julgamento em sessões de trabalho que substituam a acareação entre peritos em tribunal.

Fica, assim, a necessidade de se fazerem leis que, dando total liberdade criativa ao arquitecto, garantam a boa qualidade quer da construção, quer do projecto.

Agora entra um novo sistema de política nesta área que é o de saber que valor dar às faculdades de arquitectura na formação do arquitecto. Se ninguém se pergunta porque é que um cirurgião entra para o bloco operatório sem um fiscal à perna, porque é que o arquitecto tem todo um sistema que lhe dá conta do juízo para que possa construir o seu trabalho? O cirurgião tem a vida nas mãos; o arquitecto, o património. Pela maneira como estão feitas as leis e está a ser feita a fiscalização do trabalho do arquitecto, verifica-se que o país dá mais importância ao património do que à vida dos cidadãos. No entanto, é óbvio que nem as leis até aqui vigentes, nem as fiscalizações das Câmaras e demais organismos públicos, conseguiram dominar e controlar a devastação do património feita pela indústria da construção civil entendida aqui no seu todo.

Portanto, neste momento as leis e as práticas das Câmaras e demais serviços, são assassinas, como o serão os cirurgiões incompetentes que matem o doente.

De facto, há ainda muitos outros profissionais que têm relevante importância na vida e segurança dos cidadãos, que uma vez empossados nas suas funções não estão sujeitos a qualquer controlo sobre aquilo que fazem no exercício da profissão.

Assim, parece que, com maioria de razão – porque o património não tem sido salvo por estas leis, das enormes barbaridades de que tem sido vítima – ao arquitecto deve ser permitido, uma vez formado e na plena posse dos seus direitos profissionais, exercer a profissão sem controlo prévio. Abre-se assim um sistema de duas vias para dar solução à necessidade de impedir mais devastação do património: uma, o da formação do arquitecto como técnico e outra o da garantia ética e deontológica inerentes, que são da responsabilidade exclusiva das escolas e da associação de classe em fases diferentes da vida profissional.

Ora as escolas podem ser perniciosas ao criar estilos ou modelos que impingem aos alunos, o que é difícil de evitar. Há pois que garantir a necessidade de liberdade de criação do arquitecto que as escolas não proporcionarão. Há duas vias necessárias:

Uma, a da acção de grupos de trabalho constituídos por arquitectos, - não funcionários, não enfeudados a o que quer que seja, ou a quem quer que seja – com juizes e advogados, convenientemente formados para o efeito acrescidos de cidadãos, após candidaturas,

votados nas freguesias onde as obras vão ser construídas, que tenham como função exclusiva o controlo ético da profissão. Outra: as juntas de freguesia convocarão os moradores para comentar os projectos expostos. Reuniões a que devem estar presentes os autores.

Será uma das atribuições dos cidadãos que vivam na área onde o trabalho do arquitecto se implantará que deve ser exercida pelos fregueses (os que vivem na mesma rua, praça, avenida, *etc.*) que na Junta de Freguesia devem ter documentos, infraestruturas, condições e horários para se reunir. Os cidadãos serão alertados para a necessidade de se pronunciar por avisos colocados pela Junta no local da futura obra. Quando esta prática estiver a ser adoptada, será uma das formas de preparar o cidadão para o exercício da cidadania que poderá contribuir para a formação da cultura urbana inexistente neste momento e que tanta falta faz. Além disso, com a intervenção obrigatória do arquitecto autor do projecto, poderá haver um progresso cultural para ambas as partes, o que é muito desejável. Será uma forma de diminuir a distância entre o arquitecto e a cidade.

Chegámos! É preciso ter coragem e encarar o desconhecido.

Como resolver a dificuldade que insistentemente temos estado a contornar?

Tudo isto é muito bonito. Gostos não se discutem?

Aquilo a que se chama estética afinal não é mais que o gosto. Claro que o gosto é uma construção do ambiente cultural em que se está submerso e é

formado, principalmente pelos meios de comunicação e suas escolhas na difusão das imagens, dos textos e dos sons.

No que à cidade diz respeito, o facto de os fregueses se poderem pronunciar sobre a obra a construir vai trazer a necessidade de impedir que o gosto atrasado e mau condicione a exequibilidade das construções. É necessário que a participação do cidadão não contenda com a liberdade criativa do arquitecto.

Lateralmente a estas dificuldades, está o facto de a formação do cidadão e a sua participação quer no exercício da cidadania, quer na área cultural, ser uma das obrigações do estado que não é cumprida. As tradições locais e regionais circunscrevem-se a aspectos que não incluem a cidadania, embora em muitos casos envolvam solidariedade e participação.

Estamos no âmago do assunto que tem a ver com a actividade do arquitecto: como libertar a sua criatividade das amarras a que a sociedade o sujeita, sem com isso lhe dar meios e licença para agredir ou mesmo destruir o património seja ele o natural ou o edificado.

No meu entender, isso resolve-se com escolas de arquitectura em que sejam adoptados programas que garantam que os que acabam o curso estão em condições e têm consciência necessária para serem exigentes e sérios no exercício da profissão; sem isso, não acabariam o curso.

Como estamos em Portugal, é bom de ver que será difícil conseguir isto nas escolas, o que leva à sugestão de haver a possibilidade de suspensão do

direito de exercer, ou mesmo a retirada desse direito para aqueles que não mereçam ter a honra de intervir no território.

O médico é forçado a fazer a sua especialização durante quase tanto tempo quanto o que durou o curso. Os juízes têm igualmente uma carreira para além do curso de direito. Ambos, ao começar a exercer, têm a obrigação de ter uma prática impoluta que não exige fiscalização dos seus actos antes, depois ou enquanto os praticam. Isso não impede que a sociedade tenha meios para verificar a qualidade e o rendimento do seu trabalho e intervenha quando necessário.

Só que as leis e os mecanismos de controlo e fiscalização existentes não funcionam e permitem que o corporativismo, o caciquismo e os sistemas mafiosos actuem dentro e fora dessas e de outras profissões.

Até aqui, tenho defendido que bastaria responsabilizar o arquitecto pelo seu trabalho e deixar a pendência para os tribunais, sabendo que não há garantia satisfatória de que não façam asneira.

A arquitecta Paula Morais, conhecedora em profundidade das leis portuguesas e das de uma dezenas de outros países, afirma que alguns deles já substituíram as leis que dominam a actividade do arquitecto e dos técnicos colaboradores, por normas técnicas elaboradas por organizações corporativas, na boa tradição medieval de cada arte. É o caso dos bombeiros, técnicos e práticos das várias artes da construção, arquitectos, paisagistas, sociólogos, antropólogos, arqueólogos. Essas normas são actualizadas sempre que há evolução, técnica ou outra,

que obrigue a corrigir a prática anterior acabando-se assim com os edifícios legais anquilosados, desactualizados e burocratizados que estão em uso. Isto já resolve o sistema de licenciamento e permite julgamentos mais justos e equilibrados, já que liberta os juízes da necessidade de aprenderem cada especialidade e de ler projectos, dado que as organizações profissionais participam com a responsabilidade, autoridade e competência que são obrigadas a assumir.

Parece legítimo que seja o picheleiro que tem o seu trabalho objecto de queixa, a defender-se com o apoio da sua organização, já que se o seu trabalho não merecer a aceitação dos seus pares, estes não assumem a defesa dos erros, omissões ou traficâncias por ele praticados. Se assumirem, há instrumentos para corrigir esta má prática e essas organizações não querem ser objecto de processos que as desacreditam e obrigam o estado a intervir.

Os tribunais

Os juízes, conselheiros e desembargadores não aprendem a ler projectos, por isso, não podem estar à vontade e ser independentes nos processos que os obrigam a fazê-lo.

Verdade seja dita, os advogados, também não; os peritos e as testemunhas arroladas pelos dois lados têm muita dificuldade, se mal escolhidos, em ser úteis a julgadores imprevistos. Para além disso, há

que referir que é também na linguagem que usamos, quer nos escritos, quer oralmente, que se criam dificuldades por parte das pessoas não formadas em arquitectura para entender o que se escreve e o que se diz.

Há dezenas de exemplos que se podem dar. No entanto, escolho só um: a confusão entre *fronteiro* e *frontal* para a interpretação dos artigos 59.º e 73.º – dos mais importantes, bem como os 60.º, 61.º e 62.º – do desactualizado RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas).

O termo *fronteiro* refere-se ao prédio que está em frente, *fronteiro* portanto, e já foi interpretado em acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo como devendo ser o alçado da frente, digamos o *frontal*. Troca-se o edificio construído, o *fronteiro*, pelo a construir, o que tem o seu alçado frontal em frente do prédio *fronteiro*. Será pois legítimo pensar que as decisões dos tribunais sobre assuntos que digam respeito a construção e urbanismo, quando são correctas, correspondem a juízes ou colectivos bem preparados e/ou, bem assessorados. Infelizmente não serão muitas.

Para além destas dificuldades, há as que os próprios juízes acrescentam aos processos.

Se considerarmos o facto de os julgadores não se importarem de adiar a decisão meses, ou muitos anos, mandando refazer o julgamento anterior por pécadilhos formais (além de descuido, incompetência de advogado, e outros) não assumindo que o seu dever é despachar o processo o mais rapidamente possível,

para que as partes tenham solução para o pleito, vemos que os processos, quer no Administrativo quer no Cível, provocam grandes transtornos ao cidadão, incluindo aquele que se dispôs a testemunhar perdendo tempo e dinheiro.

Para com estes, os senhores juízes abusam, desrespeitam e provocam a sua eventual desistência, ou impossibilidade em participar no processo, o que desequilibra imediatamente o curso da contenda. Aqui ficam alguns casos da minha já bastante experiência de tribunais.

- O processo Fernando Gomes (FG): estava no meu sossego a escrever semanalmente no *JN* quando, de acordo com o Pedro Aroso que foi deputado Municipal, o FG mandou que o jornal me cortasse o pio. Terá sido por não gostar das minhas críticas e correcções às suas afirmações e decisões. Para além disso, fez-me um processo e ao *Jornal de Notícias*, por numa das minhas crónicas o ter afrontado com argumentos fortes. A crónica seguiu-se à sua campanha nos jornais, feita com grande alarido, pedindo ajuda aos munícipes para erradicar a corrupção nos serviços da Câmara, campanha essa que vinha a propósito de ele, presidente, ter feito processos disciplinares a um ou dois fiscais a quem competia fazer a fiscalização de rampas para as garagens dos munícipes. Eles impunham as rampas, recebiam o dinheiro e não obrigavam aos respectivos processos de licenciamento camarário.

Na crónica, disse simplesmente que ele devia deixar o peixe miúdo para outra altura, depois de olhar para

o que se passa dentro da Câmara e sobretudo, nos serviços ligados ao licenciamento de construções que era, e será, o sítio onde mais traficâncias e corrupção existia. Acrescentei que com o peixe miúdo ele só queria protagonismo e fingir que estava a defender o cidadão, quando isso não correspondia à verdade.

Sentiu-se ofendido. Na 1.^a instância, perdeu por ter sido confirmado o meu direito a manifestar uma opinião. Foi para a comunicação social dizer que não recorreria, que respeitava os Tribunais, *etc.* Simplesmente, no último dia do prazo para apresentar o recurso, recorreu. Porque terá sido? Estive sempre no Tribunal nesse segundo julgamento e fiquei convencido que foi porque alguém, ou o partido, lhe terá dito que o recurso seria ganho.

Os juízes estiveram sempre desatentos e desinteressados, como quem diz, vamos apressar isto porque já tenho a decisão. Pareceu um julgamento a fingir. Ganhou, pois então; fui condenado. E amnistiado por uma mudança de Presidente da República. A liberdade de expressão e o direito a ter uma opinião foram dessa vez censurados pelo Tribunal. Tenho a certeza que foi um frete.

- Esmoriz: já disse que tive de abandonar a obra de Esmoriz, que tinha ganho em concurso limitado entre três arquitectos, por ter sido feita uma sociedade entre o dono da obra e os engenheiro que tinha até aí na minha equipa.

O administrador principal no que à obra disse respeito, era advogado, bem como a sua mulher, advogada também. Têm escritório em Lisboa e, pelos

vistos, as práticas e os modos como estiveram em tribunal foram tão diferentes das praticadas aqui no Norte que eu estava todo contente por ver os juízes ameaçá-los de expulsão da sala de audiência, depois de lhes terem retirado várias vezes a palavra.

Eles sabiam-na toda e criaram a necessidade de vários processos ao desfazer a sociedade que era a minha cliente, substituindo-a por outra igualzinha, com outro nome e com um sócio a menos. Isso obrigou a que se fizesse mais uma acção, essa pauliana, que prosseguiu ao mesmo tempo que a primeira. Quando se estava a chegar ao fim da pauliana que iria condicionar a principal o juiz desta acção, sabendo que a outra estava a correr, resolveu acabar com ela, mandando arquivar o processo sem esperar pelo resultado da outra. Invocou um fundamento que poderia ter sido alvo de recurso. Seriam necessários mais dois mil contos que não tinha. Ficou-se por ali.

- Alameda 25 de Abril: por terem sido maltratados pelos mafiosos da CMP, que os endereçaram para um comparsa a quem entregaram o projecto anterior, uns irmãos que se dizem herdeiros de uns grandes terrenos onde foi construída a Alameda, com base numa DUP, Declaração de Utilidade Pública, vieram ter comigo por saberem que sou combativo e não contaminado por máfias. Nessa altura, estava correr no STA, Supremo Tribunal Administrativo, o processo contra a CMP por a DUP ser ilegal. Eles tinham ganho nas instâncias anteriores. Era tão evidente que iam ganhar, que aceitei o trabalho.

A história está publicada no meu livro «A remar contra a maré». Falta dizer que no processo que interpus para receber uns honorários elevados, os clientes foram buscar o testemunho de um arquitecto da CMP, Lacerda (o tal que os tinha levado ao «colega» que fez os desenhos anteriores, Frois), e o apoio de um advogado do escritório e da família de um dos advogados avençados e «dispensados» pelo Rui Rio. Perderam, e quanto ao pagamento, ainda estou à espera que as penhoras deem algum resultado, embora haja banco ou bancos antes de mim, na fila para receber.

Os variadíssimos processos, quer de loteamento, quer de autorização de construção, que tive de interpor para ter o direito de construir algumas moradias na Foz Velha foram ilustrativos do provincianismo dos serviços técnicos da CMP e da sua incapacidade para escrever informações e despachos. Também mostram a sua incapacidade para ler as leis como e para o que foram feitas. Para além disso, demonstram como os funcionários usaram os lugares para agir de acordo com os seus interesses, (por mais estúpidos que fossem), sem se preocupar com a cidade e o munícipe.

O Presidente da Câmara resolveu refrescar e equipar o pessoal dos Serviços de Urbanização com burocratas que estavam na prateleira de Câmaras de província. E foi o que se tem visto. Até hoje, 2015, não encontrei nenhum técnico que informa processos que saiba ler e escrever português e quanto aos gestores de processos, encontrei um.

São perfeitos analfabetos e ganham mais de 1500 Euros para estar ali a atrapalhar e a fazer asneira.

- O «*shopping*» Bom Sucesso: já se falou tanto neste processo, que só falta dizer que os donos e inquilinos do edifício, volta e meia, apresentam no tribunal processos contra a execução da sentença de demolição por não terem sido ouvidos no processo. Têm sido todos recusados e, logo a seguir lá vem mais um. Entretanto, o Governo fez o frete aos criminosos que construíram e revogou um artigo de um regulamento que serviu, com outros, para fundamentar a decisão de demolir. Trata-se do artigo que obrigava as construções a afastar-se 12 metros do limite dos terrenos em que estavam construídas escolas. A escola está lá e o «*shopping*» também. Com uma grande parede, mesmo colada ao muro da escola.

Por seu lado, a CMP alterou o PDM, Plano Director Municipal, para que outro artigo, de outro regulamento, fosse anulado. A alteração corresponde a modificar a regra para determinar a altura de um edifício, fazendo entrar no processo de cálculo o espaço público eventualmente circundante.

Claro que o edifício onde está a repartição de Finanças, na Rua Gonçalo Sampaio, segundo o RGEU obriga a que a altura do «*shopping*» seja muito menor. Não sei como irão os Tribunais descascar esta batata. Fica-se à espera que quando esta palhaçada acabar, não haja demolição, porque as leis actuais permitem que não se deite abaixo o monstro, depois de uma sentença transitada em julgado do Supremo Tribunal Administrativo.

Quer dizer que o processo está a ser demorado o tempo necessário ,para permitir manobras que conduzirão a mais uma ilegalidade: desrespeitar uma sentença do STA porque as leis foram mudadas. Lindo, não é? Se o Governo e as autarquias podem mudar as leis que fundamentam os acórdãos, depois destes serem feitos, os Tribunais não servem para nada; fazem perder tempo, neste caso mais de vinte anos, e gastar dinheiro estupidamente. É mais uma prova que a máquina do estado está feita para trabalhar para as máfias.

- O Viaduto de Santo António em Viana do Castelo: quando estive, depois de Abril, na CMVC fiz um estudo de urbanização, por minha conta, a propósito de uma encomenda do Presidente da Comissão Administrativa, no qual estava resolvido o constrangimento de trânsito que posteriormente levou à construção do Viaduto de Santo António, rigorosamente como está nesse estudo. Quando vi o que se estava a construir com a autoria de um engenheiro, fiz entrar uma acção reivindicando a autoria. Perdi a acção, porque o Eng.º levou como testemunhas vários professores da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto que disseram que o meu desenho era, afinal, uma variante da solução em trompette que vem nos livros e que pode ser usada por quem quiser. Ora o assunto não estava só na originalidade da solução que, quanto a mim, é mesmo real pois nada tem a ver com a do trompette, mas sim no saber se, tendo sido feito previamente um desenho com a solução, aquele que depois a adoptou devia, ou não, entrar em contacto

comigo para esclarecer a questão e pedir para usar o desenho, que é, repito, o mesmo.

Claro que os funcionários da Câmara que testemunharam garantiram que não tinham dado a minha solução ao Eng.º contratado pela Câmara. Portanto, perdi a acção, uma vez que o Tribunal não soube tratar o assunto como devia.

Julgo já ter referido o caso do loteamento em que o Augusto Lopes Cardoso não ouviu todas as testemunhas. Só falta dizer que, talvez porque a CMVC ter ficado inconformada, por a sentença reconhecer o deferimento tácito, anos depois houve nova sentença do STA que fez as contas para saber se tinha havido, ou não, deferimento tácito e decidiu que não tinha havido.

Houve assim duas sentenças do STA que se contradizem e, segundo o ALC, não há nada a fazer; a última decisão é que vale. O requerente do processo ficou sem o alvará que a primeira sentença lhe tinha permitido obter. Engraçado?

Não!

Os advogados

Podemos pegar no caso do viaduto, para começar com os advogados. Quem fez o julgamento foi o Carlos Grijó da equipa do meu patrocinador, Augusto Lopes Cardoso (ALC). Acontece que, durante o julgamento, estou sempre sentado ao lado do advogado, e lhe perguntei porque é que não tinha sido utilizado o recorte do jornal com a notícia de que se iria construir

o viaduto a partir de uma ideia minha. Disse que não tinha encontrado esse papel. Agarrei no processo que ele tinha em cima da mesa e em dez segundos mostrei-lhe o papel que estava lá dentro!!!! Fica-se a saber que, um bastonário da Ordem dos Advogados que estava em Lisboa e por isso mandou outro não utilizou a notícia do jornal na sua petição inicial. Além disso fez-se substituir por um maçarico, nestas condições, com este recado. É evidente que a equipa em quem tinha confiado não quis aproveitar a notícia do jornal para, assim, beneficiar a outra parte.

Num outro julgamento, em que estava em causa se um loteamento que fiz era legal, ou não, e, sendo, qual a indemnização a pagar ao requerente pela Câmara por o ter indeferido ilegalmente, estava o ALC. Quando se chegou às últimas testemunhas, depois de ter sido ouvido o Rui Braz professor de economia na FAUP (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto), resolveu perguntar-me se eu queria ouvir mais testemunhas dizendo que o Rui tinha sido claro e bastava. O Rui tinha explicado os mecanismos que levam ao aumento do valor do terreno depois da obtenção de uma licença de loteamento,

Ora as outras testemunhas eram uma cliente a quem tinha feito um loteamento poucos anos antes e que vinha confirmar a diferença do valor do terreno depois da aprovação do loteamento e um Eng.º da Câmara, que me disse, depois, iria confirmar o quesito.

Respondi ao ALC que ele é que era o responsável pelo processo e que fizesse como melhor entendesse. Dispensou essas duas testemunhas. Quando saiu a

sentença dos 143 quesitos, todos os que interessava provar foram dados como provados excepto aquele de maior interesse, já que seria utilizado para calcular o valor da indemnização, que só ficou parcialmente provado. Isso acarretou uma indemnização muito menor a pagar pela Câmara ao requerente do processo. Penso que isto é uma prova de que o poder judicial não é independente e favorece o poder político! Isto porque se bastava o depoimento do professor de Economia o tribunal fez o frete à Câmara: Se não bastava quem fez o frete foi o advogado do dono do terreno. Lindo!

Digo isto porque, em outros julgamentos, foram referidos os testemunhos de uma única testemunha para fundamentar as decisões e neste o depoimento do Rui Braz não foi referido, apesar de ele ter demonstrado e quantificado os mecanismos que influenciam a valorização do terreno, após a emissão da licença de loteamento. O advogado do autor não reforçou a sua posição, ao prescindir de duas testemunhas-chave, dando assim aos juízes mais condições para fazerem a sentença prejudicial ao autor e proponente da acção. Sentença essa que beneficiou a câmara ré ao não levar em conta o depoimento de uma testemunha altamente qualificada já que é professor de economia na FAUP e trata deste assunto nas suas aulas.

Os advogados são, tanto quanto a minha experiência me diz, uma classe que não tem como objectivo profissional contribuir para que a nação seja séria e tenha práticas eticamente correctas, respeitando o cidadão e os seus direitos e dando razão a quem tem razão. Muitos negam, mas recebem à percentagem do

valor do resultado da acção. Prática acompanhada por mandar bilhetes de visita a pedir provisões ou a dar como recebida a verba entregue para evitar recibo.

A minha experiência diz que a maior parte daqueles com quem trabalhei, por serem meus advogados ou de clientes meus, faz o retrato do cliente e insere-o no esquema do seu valor social e político, de modo a tratar do processo por forma a não fazer danos nas suas relações políticas ou sociais (partidos, Maçonaria, Opus Dei, etc.)

Os processos que foram provocados por maus tratos aos projectos tiveram que ser propostos pelos clientes/donos da obra por a lei não me permitir defender o meu trabalho. Outros foram processo contra mim ou que tive de propor para receber os honorários.

Para me apoiarem nas reivindicações junto dos Tribunais tive durante estes anos todos, cerca de trinta contactos com advogados diferentes e contratos com umas dúzias de advogados.

A forma como eles lidaram comigo não encaixou naquilo que entendo dever ser a colaboração que se lhes pede. Uma vez senhores da encomenda, os advogados passam a tratar do processo como se nós, os clientes ou os seus arquitectos, não existíssemos, comportando-se como se o direito fosse aquilo que unicamente estava em causa. Ora como já disse, é necessário fazer compreender a esses senhores que devem dar apoio ao cliente ou seu representante, garantindo segurança psicológica, o que é também do interesse deles. Porque pode evitar muita asneira.

Para isso, devem fazer equipa com quem os contrata e dar todas as informações decorrentes do processo a par e passo, à medida que ele se vai desenvolvendo. Durante muitos anos pedi aos advogados que me dessem cópia das peças escritas que entravam no Tribunal, fossem elas nossas, ou da outra parte, bem como das sentenças, de modo a poder ajuizar sobre o que se estava a passar e ter a oportunidade de ajudar o advogado que estava do meu lado. Apesar de exterior à contenda jurídica, com esta minha participação nos processos, lá fomos ganhando a maioria, julgo que porque me impus e me fiz ouvir, mostrando que posso ser útil.

Os advogados são uma classe eminentemente corporativa e extremamente formal, tratam-se uns aos outros por Sr. Dr. e V. Exa., e são incapazes de se afrontar, se lhes é pedido para corrigir as asneiras de um colega, nem que seja em reuniões informais para esclarecimento do cliente e do seu arquitecto.

Excedendo em muito os seus deveres para com o mercado do trabalho, aceitam mais trabalho do que aquele que podem fazer em tempo útil com bom resultado para os clientes, além cargos ou afazeres na Ordem. Dão aulas de formação, pertencem às Universidades, estão em conselhos consultivos, em empresas, na Maçonaria, *etc.* Não é por isso invulgar que deixem passar prazos e cometam outros erros processuais graves.

Como os que exercem arquitectura, os que exercem advocacia são uma classe de empresários. Admitem maçaricos para as suas equipas e põem-nos a trabalhar

com responsabilidades que, dada a sua imaturidade, não lhes devem ser atribuídas. Ou põem os familiares a tratar dos assuntos que lhes foram entregues a eles e a mais ninguém. Claro! O empresário gere a firma como muito bem entende.

Continuemos com o paralelo entre advogados e arquitectos. Ambos são escolhidos, ou devem ser, por serem conhecidos, os primeiros, pelas causas que ganharam e os segundos, pelas obras que fizeram. É a eles que é feita a encomenda do trabalho, são eles que devem criar a estrutura dos edifícios de jurisprudência ou de projecto que vão ser entregues nos Tribunais ou nas Câmaras. É evidente que uma vez a solução encontrada e suficientemente desenvolvida, quer um, quer outro, pode pedir a ajuda e colaboração de outro advogado, ou arquitecto, para por o processo de acordo com o que o Tribunal ou a Câmara exigem.

Quero com isto dizer que nestas actividades não deve haver subempregadas, ou escravos, a trabalhar para os donos do trabalho. Já vi pareceres de sumidades da praça dos advogados e juristas, como o Freitas do Amaral, que são feitos pelos auxiliares e por si assinados. Sempre de acordo com os interesses do cliente. Pode-se dizer que se assinam, é porque estão de acordo. Poder, pode; no entanto, não seriam essas as peças que eles próprios produziriam se as tivessem feito de raiz, com o que faltam à expectativa do cliente que queria que o trabalho fosse todo feito por eles.

No caso do arquitecto é mais fácil admitir que o desenho pode ser corrigido se for feito por um auxiliar, porque o que deve ir para as mãos do auxiliar

já deve estar suficientemente maduro para que não haja necessidade de entrar no campo da criação, quer espacial, quer funcional e formal. Nunca um arquitecto deve entregar a um colaborador a iniciativa de fazer o projecto de raiz, porque é ele próprio que tem de estudar o assunto e escolher a solução.

No caso do advogado, quando uma peça está nas mesmas condições, está pronta. Não há que fazer detalhes semânticos ou gramaticais. Só corrigir erros de ortografia, se os houver. Claro que um colaborador pode lembrar ao patrono um processo julgado, de onde se pode tirar um precedente, ou uma lei ou artigo que reforça a construção do chefe. Isso não é mandar fazer a peça e assinar.

•

XIII

A MINHA OFICINA

Está tentado o retrato do meio em que a minha actividade teve de ser exercida. Falta dizer como me arranjei para poder trabalhar sem ter que me vender. Como nunca me passou pela cabeça ser empresário, sempre estive na situação de responder ao que me era encomendado, da maneira mais expedita e satisfatória, sem criar dependências, isto é, mantendo-me livre de subserviências. Com a decisão tomada de não me deixar prender pela estrutura pesada da oficina, em cada momento, conforme o trabalho que aparecia, ia arranjando colaboração eventual para as tarefas de desenho que eu não podia fazer, tanto por desenhar mal o desenho rigoroso necessário, como por falta de condições psicológicas para o fazer.

Deste modo, a colaboração que fui tendo era a de desenhadores mais ou menos incipientes, que não iam além do desenho solicitado; ao mesmo tempo, servia para que o colaborador fosse praticando e aprendendo alguma coisa do que é desenhar arquitectura. Paguei sempre.

Sempre senti que trocava apoio. Isso não impediu de decidir a remuneração e a forma de a fazer, e, se o trabalho o justificava, fazer variações nos honorários a pagar. Nos primeiros tempos, os desenhadores eram principiantes e paguei-lhes à hora conforme o que pediam, ou se aceitavam o que estava a pagar até ali. A partir de certa altura, quando começou a haver trabalho remunerado decentemente, com previsão de manutenção desta situação, passei a

propor colaboração à percentagem. Uma vez no projecto em que trabalhavam; outras, no volume de recebimentos da oficina, o que queria dizer que recebiam por trabalhos em que não participavam. Isto conforme as pessoas e as previsões de tempo de colaboração e, principalmente, da importância da colaboração.

Os meus primeiros «grandes» colaboradores foram os desenhadores José Bandeira, Alfredo Gomes e Dídimo Vieira que vieram trabalhar no projecto da *Mutual*. Foram-se mantendo, até que as encomendas deixaram de ser uma segurança para a oficina e logo aí, o Bandeira teve de sair. Depois disso, ensaiei um sistema de colaboração à percentagem com os outros dois, para evitar a necessidade de pagar todos os meses ficando na obrigação de, por cada recebimento, dividir conforme o combinado.

Só que houve projectos que acabaram por não ser pagos e nós ficamos sem receber. Às tantas, o Dídimo abandonou e foi fazer projectos para arquitectos que sabiam menos que ele. Ficou o Alfredo, que em determinada altura esteve cinco anos fora, a trabalhar com o Dídimo na oficina de marcenaria que este ia tendo, paralelamente aos projectos. Durante esses cinco anos tive lá o José Maria Ferreira Dias, arquitecto, que foi meu aluno e que me veio pedir para trabalhar comigo para aprender.

Foi um bom colaborador, trabalhou sempre muito e bem e acabou por sair aquando de um conflito que houve com um cliente que saiu da oficina e levou o Zé Maria com ele, como arquitecto, para continuar com

a obra. Foi a seguir a isto que o meu Alfredo voltou, porque estava a precisar de colaboração e lhe pedi para me arranjar alguém. Foi ter comigo e disse que voltava. Foi uma das sortes grandes da minha vida. Está comigo desde 1970, com o interregno de cinco anos que estive como marceneiro e a tentar arranjar trabalho noutros *ateliers*, sem conseguir entender-se com os patrões. Comigo é que está bem. É o meu outro casamento e dura há tanto, ou mais tempo. Quase não falamos, passamos horas e, algumas vezes, dias, juntos, lado a lado, sem dizer palavra. Sabe muito mais de construção do que eu, principalmente na área das madeiras, alumínios, saneamento e águas, e está sempre atrás de mim a ver como faço os cadernos de encargos para evitar asneiras. Não recebe o que merece, porque não tenho trabalho e não entram honorários que permitam uma justa remuneração. Estamos a trabalhar só de tarde. Ele, cinco dias; eu, dois ou três. Porque não quero fechar a tasca por não saber o que fazer com o Fredo e o acervo.

Quanto a esse, há um pré-contrato com a Casa da Arquitectura de Matosinhos, sem que o contrato apareça, já lá vão uns três anos ou mais. Aquilo parece uma trapalhada para promover ainda mais o patrono, de modo que não tenho vontade de deixar as minhas coisas entregues naquelas mãos. Vamos a ver se aprecem outras fiáveis. Ali, ou alhures.

Quando mudei o *atelier* de casa do Manel, para o local actual, tive a colaboração no projecto de S. João da Madeira e de S. Mamede de Infesta do Maia Pinto, meu antigo colaborador na *Mutual*, antes de ele entrar

na função pública. Depois da volta do Alfredo, houve uma altura, por volta do fim do século, em que estava a dar aulas na *Árvore* (ESAP) e tive a necessidade de arranjar colaboração. Disseram-me que o João Pinto sabia muito de *AutoCAD*, novidade, e ele e o Ricardo Tolentino, ex-alunos, vieram trabalhar comigo em sociedade. Por falta de entrada de honorários, cada um foi à sua vida dois anos depois de terem trabalhado bem, num bom ambiente de camaradagem.

Entretanto, o Alfredo que já estava a trabalhar a meio-tempo, pediu, sem eu saber, que lhe ensinassem a desenhar em *AutoCAD* e estiveram assim o tempo suficiente para ele se reciclar e passar a desenhar em computador. Mais um milagre. Daí para cá, o desenho é feito em computador e pelo Alfredo. Quando tenho de fazer alguma coisa, faço com sempre, à mão, se necessário, cotado. Mas há muito que não tem sido necessário. Uma outra equipa que tive, em 1993, foi com o Victor Lopes e o Paulo Barros, meus alunos na *Árvore* e que fizeram uma belíssima colaboração no Plano de Pormenor de S. João da Madeira e no Plano de Pormenor e Salvaguarda da Zona Histórica de Barcelos. Infelizmente para mim, e felizmente para eles, saíram para criar o *atelier* Roda-Pé com mais dois colegas de curso, a Ana e o Audemaro.

Agora, que continuo a caminho dos oitenta, muito mais perto deles, ponho-me o problema de o que fazer com o arquivo de mais de cinquenta anos de trabalho e pelo menos quarenta de luta pela dignidade da profissão. A Casa de Chá de Matosinhos não parece merecer a minha escolha. Queimar tudo ou pedir

para que queimem é uma falta grave para com a vida e a cidade e o país. Que fazer?

A Universidade do Porto tem um serviço que poderia, se aceitasse, resolver a situação, mas logo ao mesmo tempo que descobria a sua existência, verificava que aquilo era um fóssil burocrático com uma administração, que suponho, pela prática que conheci, de cabeças velhas que administram como se de uma mercearia se tratasse. De Universidade, cultura e história, nada.

•

XIV A COOPERATIVA DE ACTIVIDADES ARTÍSTICAS ÁRVORE E AS COOPERATIVAS DE ENSINO

A *Árvore*

Ao falar da minha chegada ao Porto e do meu relacionamento com as outras artes na Escola de S. Lázaro, referi que levava obras do Eduardo e do António a Lisboa, para mostrar na *Brasileira* aos «trutas» que lá se reuniam em cujas mesas tinha assento. Conteí uma ou outra história passada com esses artistas e deixei a porta aberta para vir a falar da *Árvore* se me parecesse necessário.

Estive ontem com o Manoel Pinto, sócio fundador n.º 1. Disse-me terem-lhe tirado esse número quando, depois de sair por incompatibilidade, acedeu, uns anos depois, a voltar. Já não o via há mais de quarenta anos e a conversa leva-me a ter que falar da *Árvore* por respeito por ele e poucos mais que a fizeram.

É verdade que se a *Árvore* existe, o deve a mim. Porque a seguir a ter dado a volta, com o Zé Calvário, às cooperativas existentes na lista do telefone, descobrimos que de cooperativas não tinham nada, sendo a Cooperativa dos Pedreiros a mais refinada pois tinha, e terá, nos estatutos que só os filhos dos sócios podem ser sócios.

Não podendo servir-nos desses estatutos, para sobre eles fazermos os da *Árvore*, tivemos que inventar tudo. Inclusive que no objecto social se incluía a possibilidade de proporcionar cursos para

os sócios. O que veio a dar, por exigência do governo, nas cooperativas de ensino e, depois os cursos vários. Digo cursos vários, porque não sei se a ESAP (Escola Superior Artística do Porto) ainda é cooperativa.

Com os estatutos na mão, precisámos de arranjar dez sócios fundadores para fazer a escritura de constituição.

Peguei no Manoel Pinto, no Ângelo, no Rodrigues, no Jorge Pinheiro e em outros de quem não me lembro e que fizeram parte dos fundadores, e propus-me fazer reuniões para tratar de levar as coisas por diante. Só que nessa altura havia outras pessoas a pensar fazer uma galeria: a Manuela e o Óscar que tinham já alguns interessados.

Não sei nada de política, mas a cultura que tinha levou-me a pensar que não interessava que houvesse concorrência para o mesmo fim e que devíamos unir os nossos esforços e capacidades de trabalho. Para isso, foi necessário convencê-los a trocar a galeria pela cooperativa. Fizeram-se as reuniões no quarto andar do n.º 90 da Rua Alexandre Herculano, onde eu tinha *atelier*, na sala 5, que era pequena para tanta gente. Como a sala ao lado já tinha as dimensões convenientes e estava para alugar, fui aos senhorios, uma firma que trabalhava com azeite no rés-do-chão e na cave e era propriedade do chefe da polícia e da família, e pedi as chaves para, à noite, poder mostrar o espaço a amigos que queriam alugar.

Fui às obras buscar tábuas e tijolos, que no fim recolhia na minha sala, e armei a cena fazendo aí as assembleias que conduziram à constituição

da cooperativa depois de os estatutos terem sido aprovados por todos.

Como é óbvio e já foi dito, a cooperativa pretendia impedir que os artistas fossem explorados pelos galeristas que iriam cobrar para o seu bolso altas percentagens pelas vendas. No caso da cooperativa poderiam ser mais baixas e serem investidas no desenvolvimento da *Árvore* entendida como representante dos sócios que lhe dariam o exclusivo da comercialização.

Para a escritura, fomos ao terceiro Cartório, do pai do Tito Reboredo, que meteu uma cunha para nos facilitar a vida principalmente nos custos. Cada um dos sócios fundadores deu cem escudos para o capital social que entrou na Caixa Geral dos Depósitos (ou num banco?) e ficamos com a criança nas mãos, sem ter berço onde a colocar. Além disso, precisávamos de Presidente que tivesse experiência e tempo para se dedicar à gestão. O Henrique Alves Costa pareceu-me a pessoa indicada pois tinha estado 17 anos à frente do *Cine Clube*, de onde tinha saído numa situação pouco simpática, para não dizer mais que desagradável, por injusta. Vi-me e desejei-me para o convencer, mas lá aceitou. Fizemos a lista para os corpos directivos e lá fiquei no penúltimo lugar, como vogal, na lista da direcção. Constituída pelo Henrique, Presidente, o Eduardo da Rocha Matos, meu segundo patrão, como Vice, Carlos Morais (não sabia que era do PCP), Cassiano Abreu Lima, Luís Alvares Ribeiro, Tesoureiro, eu como 1.º vogal e o Zé Rodrigues como segundo. Esta lista foi publicada em 2000 pela

Árvore e não me merece inteira confiança. Confirmo o Henrique, o Eduardo, o Luís, o Carlos e o Zé.

Não consegui que quer os artistas, quer o Henrique, assumissem o papel social e político importantíssimo que a Árvore teria, se fosse cumprido o seu objecto social. Daí que logo que apareceu o primeiro galerista, o Jorge Brito, os artistas começaram a dar às galerias as suas produções porque elas vendiam melhor. No entanto, recebiam percentagens mais altas. Hoje, as galerias recebem 50% do valor da venda!!! Um artista recebe metade do valor de mercado da sua produção e a galeria recebe a outra metade de todos os artista que representa e comercializa. Veem o que é a sociedade de consumo? Até na arte os intermediários exploram os produtores! Só que estes deixam e não se importam. «Ó senhor, o cu é seu?»

Às tantas, o Henrique diz-me. «Ó Zé eras o sócio n.º 11, mas não pode ser porque sou eu o n.º 11, pedi ao Rodrigues que assinasse nova proposta» (a primeira tinha sido assinada por mim). Foi a primeira de muitas «filha-da-putisses» que o Zé me fez. Passei a ser o n.º 13. Até que recebi uma carta da Árvore a dizer que tinha as quotas em atraso, que fizesse o favor de pagar. Perguntei como isso podia ser se estava a pagar as quotas pelo banco. Resposta: «o banco não paga porque a quota foi aumentada e não tem autorização para pagar esse valor». Terá sido nessa altura que os mandei a primeira vez para a «puta que os pariu».

Voltemos aos primeiros tempos. Para arranjar berço para a criança, andamos à procura de coisa que servisse, sem resultado, até que o Zé, que andava

a passear com a Aida, passou na rua Azevedo de Albuquerque onde estava um palacete para alugar por três contos e seiscentos. Fui ver e soube que o dono era de Lisboa, médico, e se chamava Costa Alemão. Era o vizinho de cima do consultório do meu pai. Fui a Lisboa e trouxe o contrato por dois contos e setecentos. A malta ficou horrorizada porque, mesmo assim, era muito dinheiro. Encontrei a solução no banqueiro Afonso Pinto de Magalhães que me recebeu, ouviu, percebeu e se dispôs a dar um conto por mês para a renda. Até que de lá saí, nunca faltou.

Além disso, comprou muita pintura, sem regatear preço. Uma delas, foi, logo na primeira exposição, a compra do quadro do Augusto Gomes, *Maldição do Mar*, por trinta e cinco contos. Preço que eu tinha posto muito acima do pedido pelo pintor, 27, que assim ganhou mais. Para isso é que a cooperativa deve servir: procurar a resiliência do mercado e ir aumentando o valor das obras, sempre que merecido e justificado por critérios sérios, não especulativos.

Até Abril, as coisas foram indo, com os «pides» a ir falar com o Henrique volta e meia e a rondar na rua, quando tínhamos qualquer coisa à porta fechada, mais ou menos clandestina, embora inocente. Depois o PC que, sem me ter apercebido, já estava bem instalado desde o início, assaltou em força e veio a Laura; a Cooperativa acabou.

Passou a outro salão de chá, que volta e meia vende para se manter o acervo, constituído por peças deixadas pelos artistas que fizeram exposição. O que estava nos estatutos, caso não quisessem, ou

pudessem, pagar as despesas era contribuir com uma obra pelo menos. Claro que fui abordado algumas vezes pelo engenheiro Amândio Secca, delegado do PC, para ver se me integrava, na casa de chá da Rua Azevedo de Albuquerque Todas as vezes os mandei como antes para a p.q.p. por nada fazerem pelos artistas para os retirar das garras dos galeristas. Dão-se por contentes por o PC ter a *Árvore* na mão.

O Armando Alves até achou que deixar de ser presidente da Assembleia Geral para fazer uma galeria concorrente, a *ZEN*, era correcto. Não foi expulso. O trabalho que há a fazer para nivelar a sociedade!!!

As cooperativas de ensino

Lá para 1981 recebo um telefonema do Rodrigues, que já estava no poleiro na Direcção da Cooperativa, porque alguém tinha visto que os estatutos permitiam fazer cursos e pensavam fazer um de Arquitectura para o que já tinham convidado o Arnaldo Araújo, meu amigo e compadre, e queriam o meu apoio. «Com o Arnaldo tudo bem», disse. Foram a Carreço entregar os papéis que o Arnaldo tinha feito para a ementa do curso; pus papel de cenário no chão e fiz uma espécie de organigrama do curso com as achegas aos papéis do Arnaldo que entendi serem necessárias. A coisa foi para a frente e chegou o momento de ter de ir ao Ministério oficializar o curso. Na Direcção já se tinha infiltrado o Eduardo Calvet de Magalhães. Uns dias antes, o Ângelo, que tinha convidado o Magalhães para

ser professor na ESBAP (o Ângelo, era o presidente e utilizou a lei que permitia convidar para professor quem tivesse prática de oficinas mesmo que só tivesse a quarta classe), telefona-me a dizer que o gajo nem o sétimo ano tinha e que estava a aproveitar-se do convite para consolidar o seu estatuto de professor do ensino superior pelo que me pedia que, no Ministério denunciasses a situação.

Forneceu-me uma carta em que o fulano dizia claramente que não tinha sequer o sétimo ano. Lá fomos ao Ministério, o Magalhães, o Zé e eu, e deparamos com um Subsecretário (ou Secretário de Estado, sei lá) que ficou horrorizado por termos feito o curso ao que respondemos que tivesse paciência, que já estava feito e a lei permitia. Era o primeiro curso não oficial criado pela iniciativa de cidadãos.

Fomos embora, voltei atrás e entreguei ao fulano, sem a presença dos outros, a carta que o Ângelo me tinha dado com o pedido que a posição do individuo fosse resolvida na ESBAP.

O facto de ter colaborado na constituição do curso de arquitectura da Árvore foi um dos crimes inocentes que cometi. Digo inocente, porque não imaginei que os industriais se aproveitassem disso para fazer os seus negócios no ensino com as consequências devastadores que daí advieram.

Além do curso de Arquitectura, a Cooperativa estava a fazer cursos desde o infantário até ao superior, seguindo o *modelo Montessori*. Logo que o Governo, relembro que estávamos no princípio dos anos oitenta, se apercebeu que a Árvore tinha criado condições para

se afirmar expressivamente no plano da educação e no plano cultural, tratou de fazer leis que impediam que uma cooperativa de produção e consumo, a *Árvore original*, pudesse ter cursos. Para isso, obrigou a Cooperativa a dividir-se (para o Governo reinar) em várias, já que também não era permitido haver cursos infantis e primários juntamente com médios e superiores. Nem médios, com superiores.

O Governo, sete ou oito anos depois de Abril, estava a destruir as iniciativas de base, também na cultura, e a construir a merda em que estamos. Era a social-democracia a crescer. Era a esquerda a meter o rabo entre as pernas, porque se não o tivesse feito, o PC, já infiltrado na *Árvore* desde o início, e a UDP e os outros maoistas e leninistas, tinham reagido.

Claro que há a presumível hipótese de todos serem tão pouco cultos, tão pouco ligados às pessoas, que nem sequer eram capazes de pensar em termos políticos. Nem sequer foi preciso o recurso aos supositórios «Teixeira». Foi limpinho. O cú era o deles e não se importaram. Parece que gostaram, deu-lhes jeito.

Mais uma prova da degradação moral que este Estado Novo produziu. Ninguém sabe onde está e para o que anda. A porta está aberta ao *post-modern*. Mostra a falta de ideias próprias, independentes dos panfletos e eventuais livros revolucionários que não eram compreendidos. Foram lá buscar imagens e palavras de ordem, julgando que se estava a contribuir para a construção de uma sociedade justa e socialista. Portanto, a *Árvore* foi dinamitada e desmembrada pelos governos e pela «esquerda», para dar no que

deu: um feudo do PC e algumas pessoas a fazer o possível para se governar, e, eventualmente, admito, outras a fazer o que podem pelo bem da cultura e da promoção social.

•

XV
.FINAL

Pergunto-me muitas vezes se teria havido outra, ou outras, maneira de viver a minha vida e ainda não cheguei a uma conclusão. Na verdade, a génese da minha personalidade assenta na cristalina verticalidade ética, deontológica e cívica do meu pai.

Dizia ele que quando dava consultas, transmitia ao cliente a sua opinião sobre o caso e que nada tinha a ver com o que ele fazia com ela. Também me disse, logo nos primeiros momentos da minha vida profissional, que eu só tinha que fazer o meu trabalho e cobrar por ele; que negócios não fazem parte da minha actividade. Queria dizer com isso que fazer «sociedade» com clientes não era correcto.

Daí que nunca aceitei propostas de trabalho que tivessem como pagamento percentagem sobre o resultado que viesse a ser obtido com a aprovação do projecto; ou, que só seriam pagos se o projecto fosse aprovado. Obviamente que se infere que cambalachos ou percentagens e comissões sobre materiais, equipamentos ou custos de obra, estiveram excluídos. Assim como baixar ao valor dos honorários, para entrar na concorrência de preços; também, seguindo as instruções para o cálculo de honorários da organização profissional, não fazer trabalhos com preço fixo.

Claro que no caso das Cooperativas não recebi o que seria estabelecido, seguindo as regras. Nesses casos, considereei lícito aceitar os trabalhos naquelas

condições por se tratar de pessoas necessitadas de ajuda. Assim como ofereci muitas vezes todo o trabalho realizado, foi legítimo assumir os contratos nos moldes em que eram propostos.

A minha prestação de serviços incluía sempre a tarefa de apoiar e defender o cliente nas contratações e no acompanhamento das obras, o que me obrigava a alertar o cliente para o facto de lá pelo meio, a começar pelo empreiteiro, haver tentativas de nos separar para melhor o manobrem.

Por essa razão, incluía no caderno de encargos uma cláusula que obrigava o empreiteiro a mostrar-me as facturas para rubricar, antes de as apresentar ao cliente, para que pudesse ver se o cliente estava, ou não, a ser tratado como deve ser. Muitas vezes, quando se chegava aos acabamentos e aos «já agora», o cliente pagava sem que soubesse quando e quanto, ficando a obra sem controlo e o empreiteiro em condições de a fazer custar mais caro do que seria correcto. Penso que o cliente agia assim para que eu não soubesse o custo total da obra e assim poupar nos meus honorários. Pura estupidez e cupidez, uma vez que os meus honorários foram sempre uma percentagem sobre os custos conforme as «instruções para o cálculo dos honorários das obras públicas».

Sendo as coisas como são, tendo estado o mercado da maneira que estive, não é de admirar que não tivesse tido possibilidade de fazer carreira de outra maneira. Pergunto-me o que me teria acontecido se tivesse de ser economicamente independente desde muito cedo. Teria mudado de profissão? Teria entrado

na luta armada? Tudo menos dobrar a espinha e me prostituir. Como diz o meu João Cutileiro, «isto é ganga, mas é limpinho!»

Maio de 2015

